

Relatório de Resultados

Ano
2019

Plano Estratégico
da Justiça do Trabalho
2015-2020





Relatório de Resultados

Ano de 2019

Plano Estratégico

da Justiça do Trabalho

A apresentação

A Justiça do Trabalho tem como visão “ser reconhecida perante a sociedade como instrumento efetivo de justiça célere e comprometida com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho”. Para alcançá-la, a Resolução CSJT nº 145/2014 aprovou o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período 2015-2020, cujos objetivos, perseguidos por metas, são materializados mediante a implantação de ações direcionadas ao alcance de resultados positivos para a prestação jurisdicional.

Em virtude de mudanças que impactam o cenário da Justiça do Trabalho, as metas são anualmente revisadas com o objetivo de adequá-las à realidade emergente e de realinhar os elementos técnicos. Nesse contexto, a Resolução CSJT nº 233/2019 aprovou, para 2019, metas definidas após deliberações no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Comitê e dos Subcomitês Gestores da Estratégia da Justiça do Trabalho, do COLEPRECOR e do 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Este Relatório de Resultados apresenta o desempenho da Justiça do Trabalho no cumprimento das metas estabelecidas para 2019. Por meio do acompanhamento da execução do plano estratégico, busca-se fornecer subsídios que possibilitem aos Tribunais Regionais do Trabalho avaliar a contribuição das ações empreendidas para o cumprimento das metas estratégicas e, se necessário, aplicar medidas corretivas.

Os dados utilizados para a produção deste relatório foram extraídos do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – Sigest, no período do dia 27 de janeiro a 06 de fevereiro de 2020, uma vez que o prazo de cadastramento e retificação de valores pelos Tribunais Regionais do Trabalho, no sistema, encerrou-se no dia 24 de janeiro. Além disso, os Tribunais anexaram no referido sistema o Formulário de Acompanhamento de Metas, em que

foram apresentadas as iniciativas desenvolvidas durante o ano visando ao aprimoramento do Tribunal na respectiva meta.

Ressalta-se que o iGovPessoas, iGovTI e iGov - metas 1, 3 e 12, nesta ordem – são mensurados a partir dos resultados aferidos no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). No ano de 2019, não houve aplicação do questionário, impossibilitando o acompanhamento dos mencionados índices. Dessa forma, as aludidas metas não foram consideradas no cálculo do Índice de Alcance das Metas (IAM), cuja pontuação mínima foi recalculada de 62 para 55 pontos.

Os Tribunais Regionais do Trabalho foram agrupados em grande, médio e pequeno portes, conforme abaixo. Essa classificação foi definida na 15ª edição do Relatório Justiça em Números, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, e considera variáveis como: despesas totais, casos novos, número de magistrados e número de servidores.

Grande Porte

TRT 01ª Região

TRT 04ª Região

TRT 02ª Região

TRT 15ª Região

TRT 03ª Região

Médio Porte

TRT 05ª Região

TRT 09ª Região

TRT 06ª Região

TRT 10ª Região

TRT 07ª Região

TRT 12ª Região

TRT 08ª Região

TRT 18ª Região

Pequeno Porte

TRT 11ª Região

TRT 13ª Região

TRT 14ª Região

TRT 16ª Região

TRT 17ª Região

TRT 19ª Região

TRT 20ª Região

TRT 21ª Região

TRT 22ª Região

TRT 23ª Região

TRT 24ª Região

A partir deste trabalho, pretende-se auxiliar magistrados, gestores, servidores e demais colaboradores no acompanhamento dos resultados obtidos e na definição de esforços que contribuam para o alcance dos objetivos traçados.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

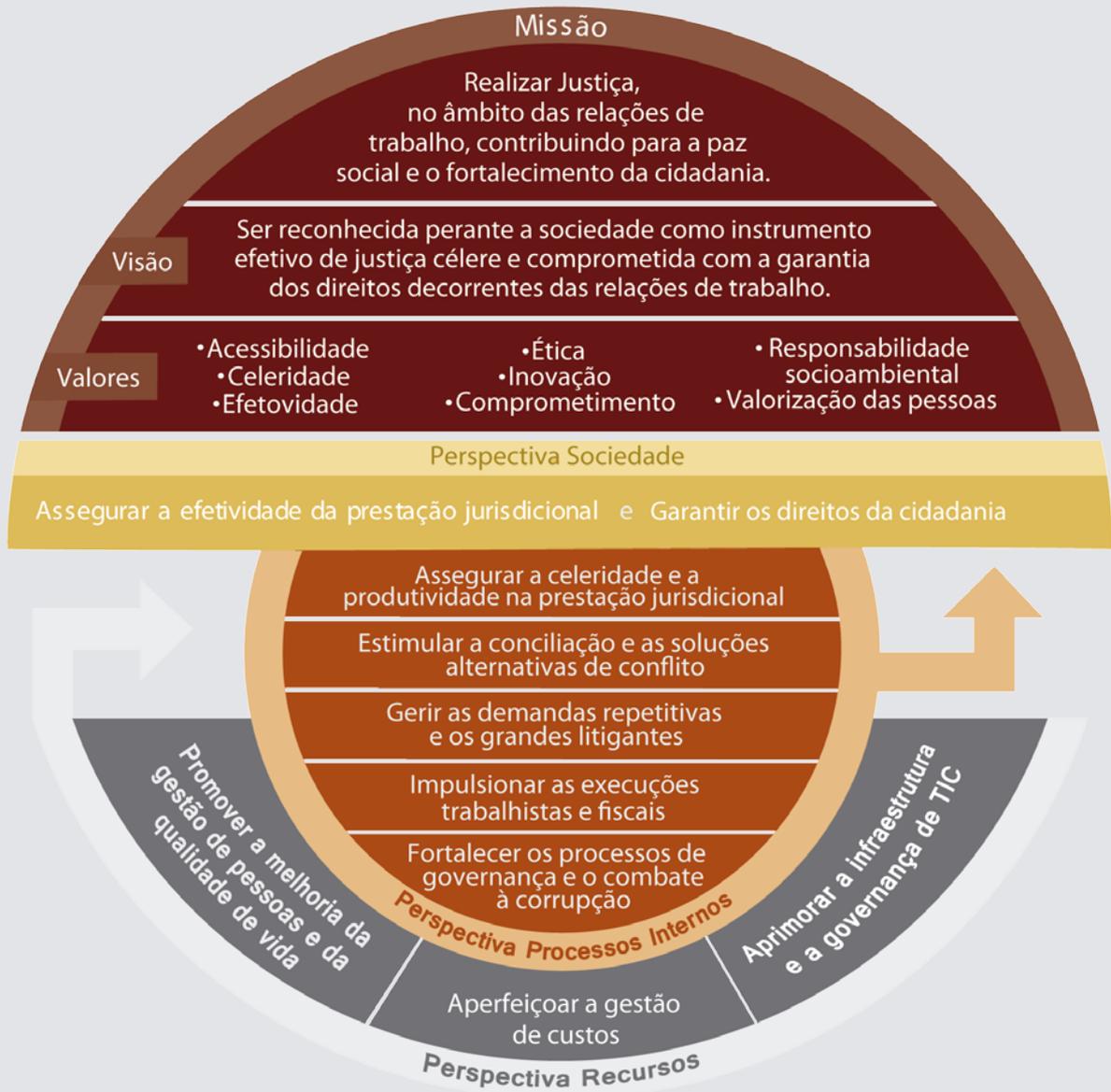
M apa Estratégico da Justiça do Trabalho	11
---	-----------

M etas da Justiça do Trabalho	13
--------------------------------------	-----------

Resumo dos Resultados.....	19
Meta 1. iGovPessoas.....	15
Meta 2. IEOD – Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado.....	25
Meta 3. iGovTI.....	34
Meta 4. TMDP2 – Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância.....	40
Meta 5. TMDP1c - Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância Fase de Conhecimento.....	49
Meta 6. IPJ – Índice de Processos Julgados.....	58
Meta 7. IPA – Índice de Processos Antigos.....	68
Meta 8. IACJ – Índice de Ações Coletivas Julgadas – 1º Grau.....	77
Meta 8. IACJ – Índice de Ações Coletivas Julgadas – 2º Grau.....	86
Meta 9. ICONc – Índice de Conciliações – Fase de Conhecimento.....	95
Meta 10. IRA – Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes.....	104
Meta 11. IE – Índice de Execução.....	113
Meta 12. iGov.....	122
Meta 13. IAM – Índice de Alcance das Metas.....	127

I niciativas	137
---------------------	------------

G lossário	139
-------------------	------------





METAS

da Justiça do Trabalho
2015-2020

Resultados
2019

R esumo dos Resultados

Justiça do Trabalho



■ R >= 100% ■ 90% <= R < 100% ■ 80% <= R < 90% ■ R < 80% ■ R <= 100% ■ 100% < R <= 110% ■ 110% < R <= 120% ■ R > 120%

Metas 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13

Metas 4 e 5

Faróis por TRT e Meta

TRT	Meta 2	Meta 4	Meta 5	Meta 6	Meta 7	Meta 8	Meta 8	Meta 9	Meta 10	Meta 11	Meta 13
	IEOD	TMDP2	TMDP1c	IPJ	IPA	IACJ 1º grau	IACJ 2º grau	ICONc	IRA	IE	IAM
TRT 1ª RJ	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 2ª SP	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 3ª MG	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 4ª RS	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 5ª BA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 6ª PE	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 7ª CE	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 8ª PA e AP	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 9ª PR	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 10ª DF e TO	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 11ª RR e AM	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 12ª SC	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 13ª PB	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 14ª RO e AC	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 15ª Campinas/SP	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 16ª MA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 17ª ES	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 18ª GO	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 19ª AL	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 20ª SE	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 21ª RN	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 22ª PI	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 23ª MT	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRT 24ª MS	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

■ R >= 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ 80% <= R < 90%
 ■ R < 80%
 ■ R <= 100%
 ■ 100% < R <= 110%
 ■ 110% < R <= 120%
 ■ R > 120%

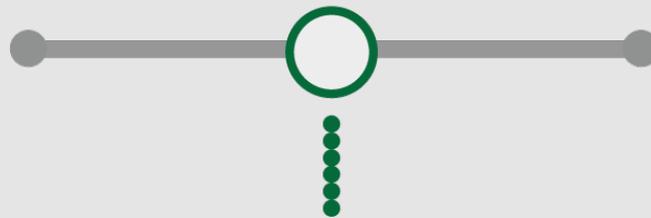
Metas 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13

Metas 4 e 5

1 META

Atingir
o nível
“Intermediário”

Meta
2019

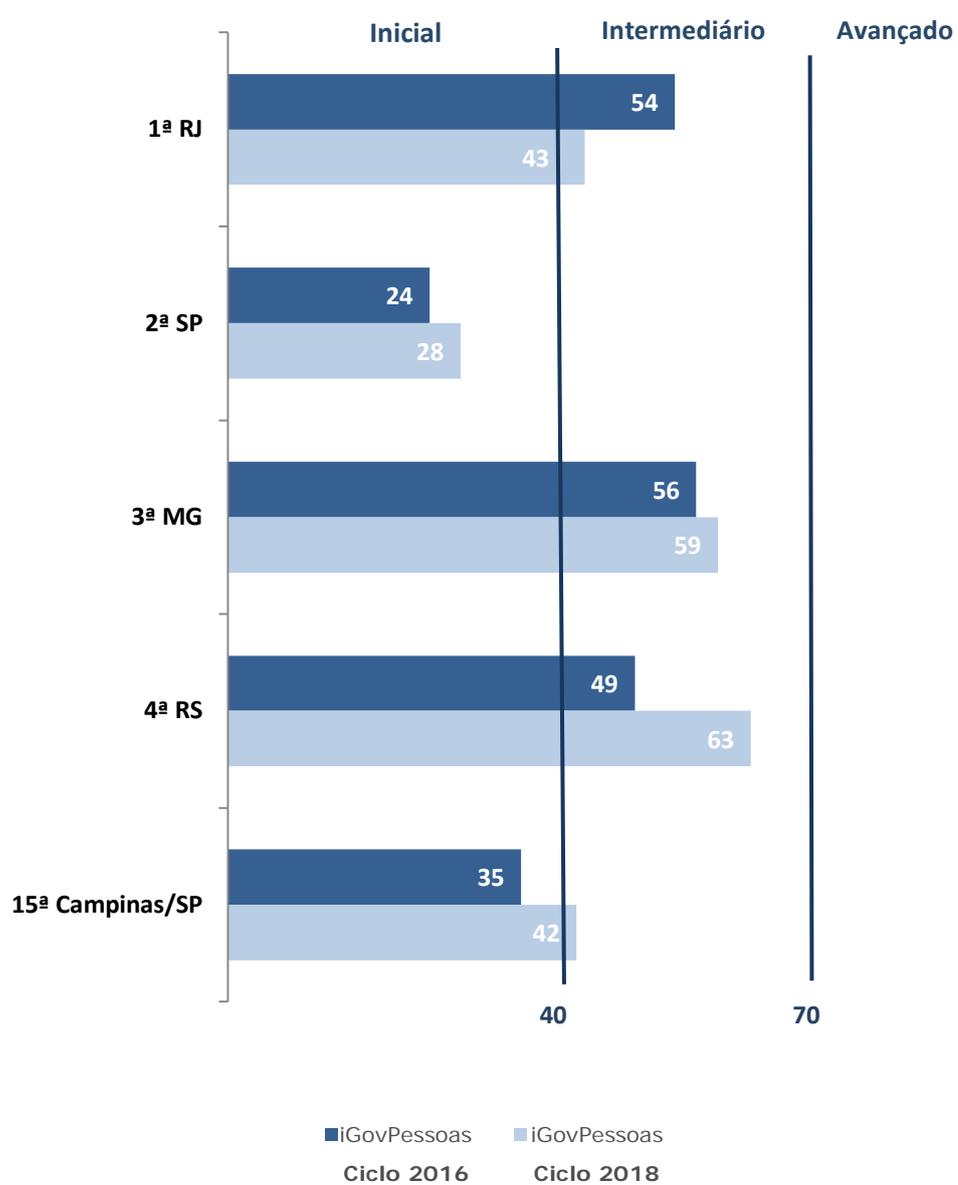


na avaliação
iGovPessoas

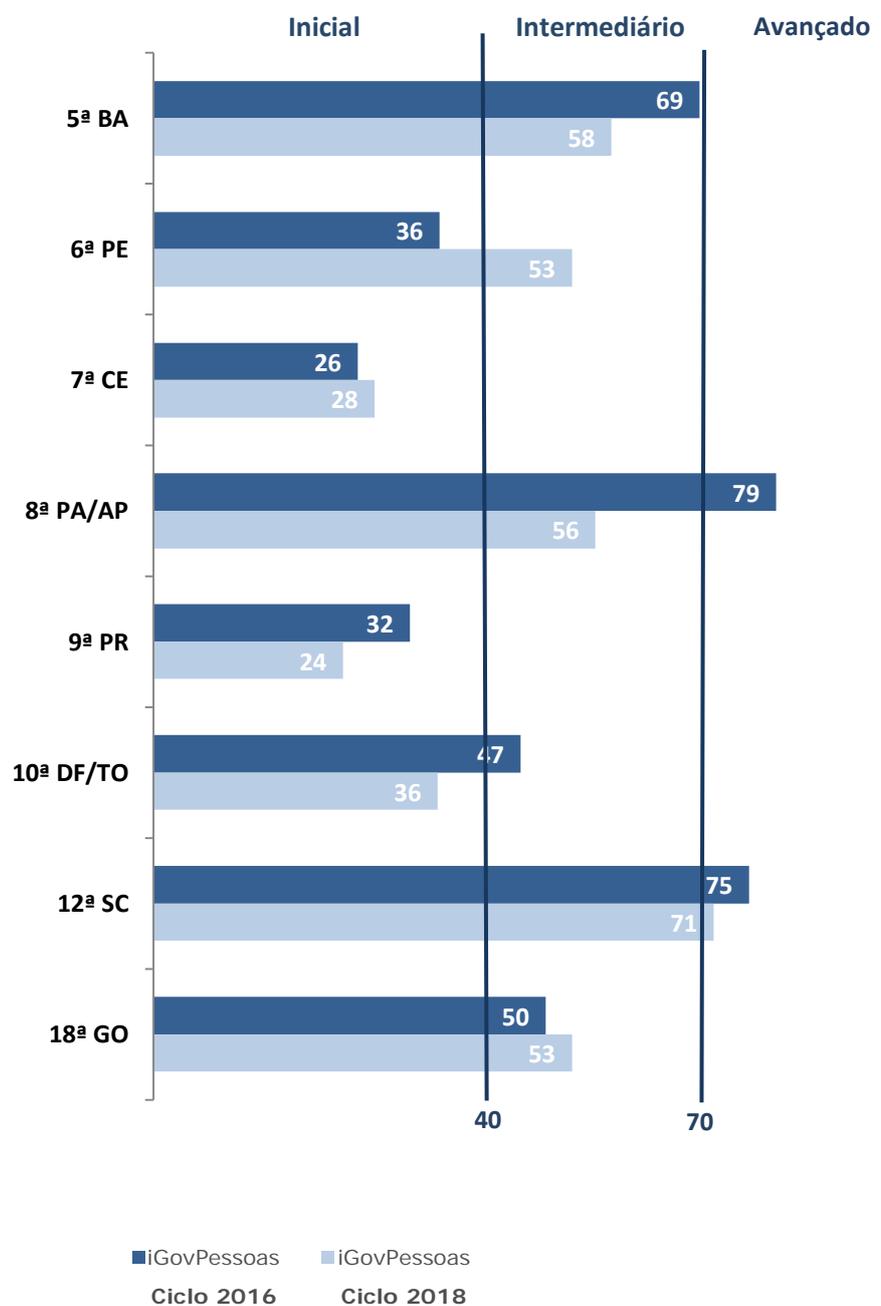
Fórmula: percentual alcançado pelos componentes
do modelo de avaliação do iGovPessoas

Nota: em 2019, o Tribunal de Contas da União não realizou o Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas e consequentemente não ocorreu à mensuração da meta no ano de 2019. Os dados apresentados abaixo correspondem aos resultados obtidos nos ciclos 2016 e 2018.

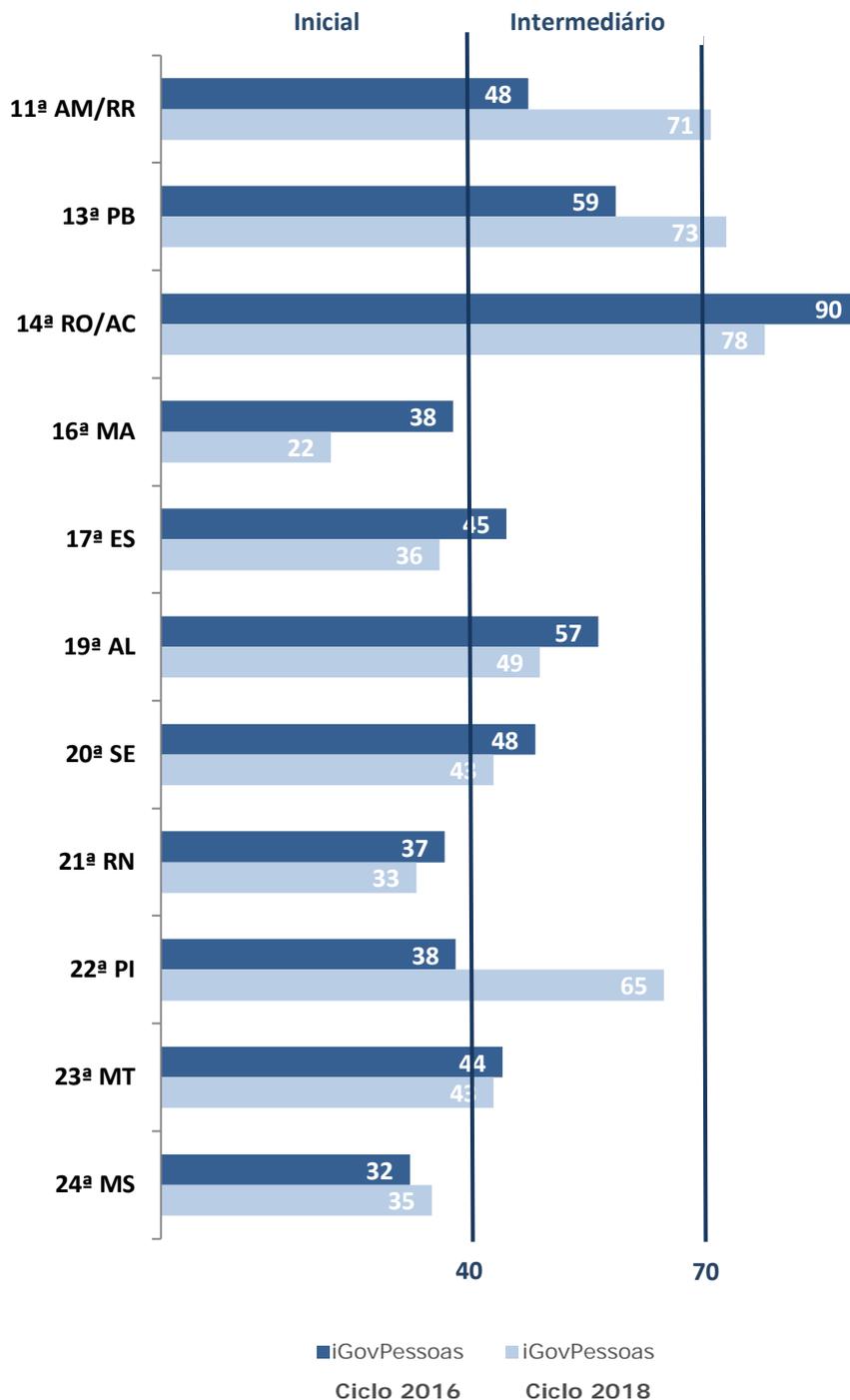
Série Histórica do iGovPessoas por TRT
Ciclos 2016 e 2018(%)



Série Histórica do iGovPessoas por TRT
Ciclos 2016 e 2018 (%)



Série Histórica do iGovPessoas por TRT
Ciclos 2016 e 2018 (%)



META

Síntese

No ano de 2013, o Tribunal de Contas da União realizou o 1º Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas. A pesquisa visou avaliar a situação da governança e da gestão de pessoas na Administração Pública Federal, uma vez que os resultados de qualquer organização dependem fundamentalmente das pessoas que nela trabalham. É essencial, portanto, o alinhamento entre os objetivos organizacionais e as políticas e práticas de gestão de pessoas. Para isso, foram avaliados itens como: liderança da alta administração; alinhamento estratégico; cultura orientada para resultados; perfil da força de trabalho e das despesas de pessoal.

Os resultados obtidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho, no 1º Levantamento, foram utilizados como valor base para o exame da evolução das referidas Cortes Regionais na governança de pessoas durante a execução do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

O 2º Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas foi aplicado no primeiro semestre de 2016, abrangendo itens como: liderança da alta administração; planejamento organizacional; planejamento da gestão de pessoas; planejamento da força de trabalho; unidade de gestão de pessoas como parceira estratégica.

Considerando que o 2º Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas foi a primeira mensuração do iGovPessoas para fins de monitoramento da meta 1 e que o seu resultado foi divulgado apenas em 2017, de acordo com a 2ª Revisão Técnica do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, a meta inicialmente estipulada para 2016 foi realocada para 2017. Desse modo, para efeito de cumprimento da Meta 13, o resultado de 2016 também foi computado em 2017.

Posteriormente, o TCU elaborou o 1º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, aplicado em 2017. No novo formato, reuniram-se os temas abordados no iGovPessoas, no iGovTI e no iGov em um único instrumento de avaliação. Buscou-se uma análise mais ampla, pelo Tribunal e pelas demais partes interessadas, em virtude de a governança e a gestão estarem presentes em todas as funções corporativas.

Mesmo com a mudança de metodologia, os três índices continuam tendo resultados apurados isoladamente, seguindo os mesmos critérios e classificações de níveis de capacidade já adotados. Contudo, a aplicação do questionário integrado ocorreu em 2017 e em 2018 e o Tribunal de Contas da União, de forma diversa às anteriores, divulgou os resultados dos ciclos 2017 (1º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública) e 2018 (2º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública) neste último ano. Por isso, a apuração de 2017 foi utilizada como parâmetro para o estabelecimento da meta de 2018 e o resultado de 2018 para averiguação do cumprimento da referida meta naquele ano.

META

Síntese

Durante todos os anos, a meta prevê a evolução dos Tribunais Regionais em níveis de capacidade, de acordo com o intervalo das pontuações definido pelo Tribunal de Contas da União.

Nível de Capacidade	Percentual
Inexpressivo	0% a 14,9%
Inicial	15% a 39,9%
Intermediário	40% a 69,9%
Aprimorado	70% a 100%

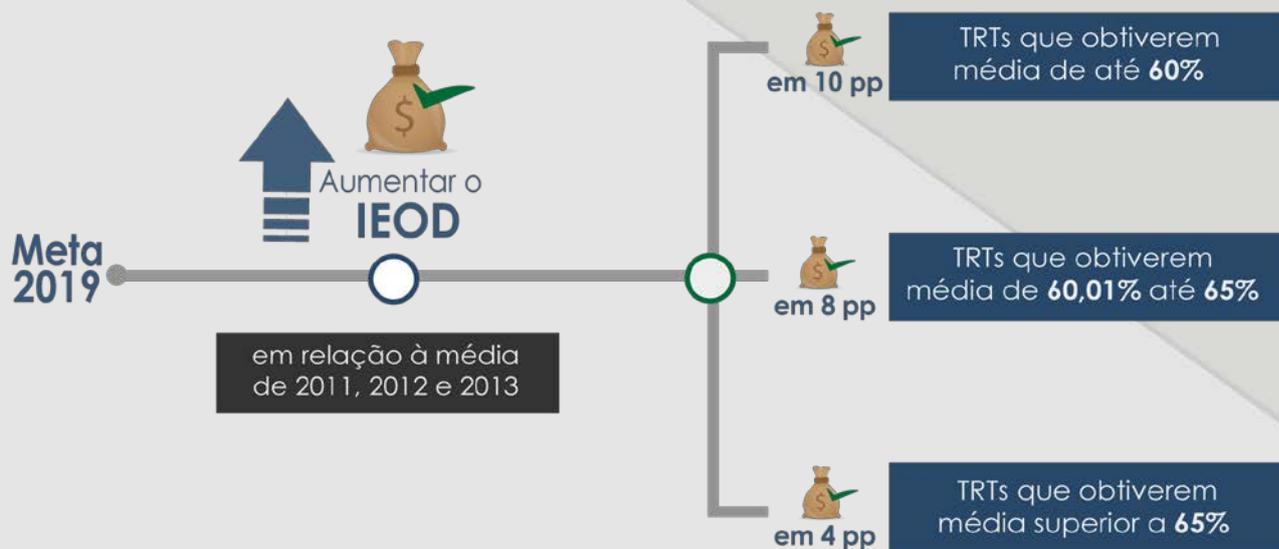
O Tribunal de Contas da União realizou uma reestruturação do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, razão pela qual não ocorreu sua aplicação em 2019. Diante desse fato, não houve mensuração do iGovPessoas em 2019, sendo prevista a aplicação do levantamento em maio de 2020, segundo o site do Tribunal de Contas da União.

A Meta em 2020

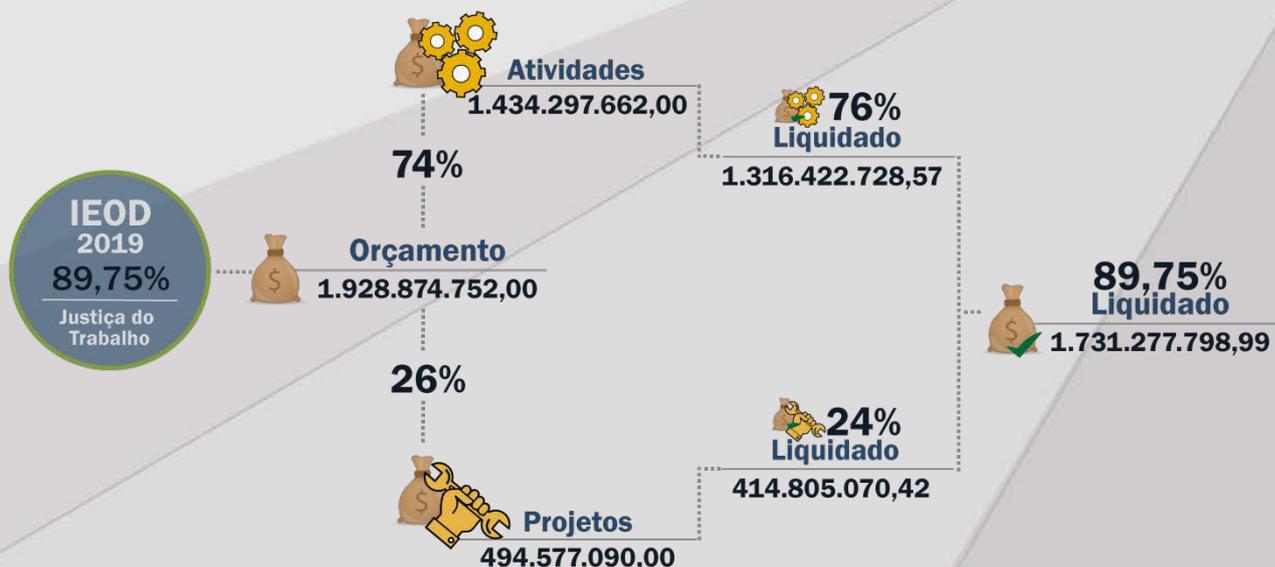
Para 2020, aprovou-se a meta: "Atingir o nível de capacidade aprimorado, na avaliação do iGovPessoas".

2 META

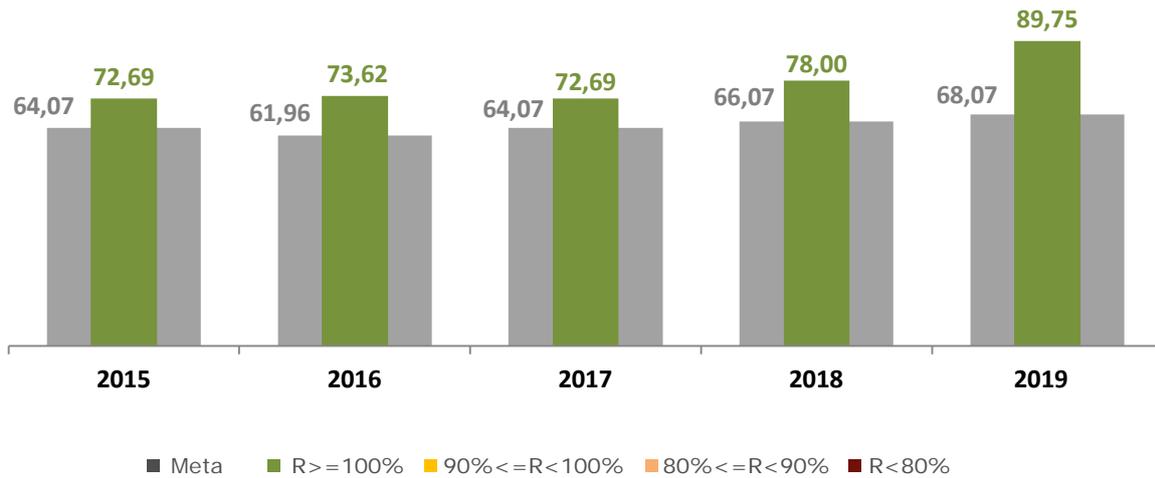
Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)



$$\text{IEOD} = \frac{\text{Valor Efetivamente Liquidado do Orçamento Disponibilizado}}{\text{Total do Orçamento Disponibilizado}} \times 100$$

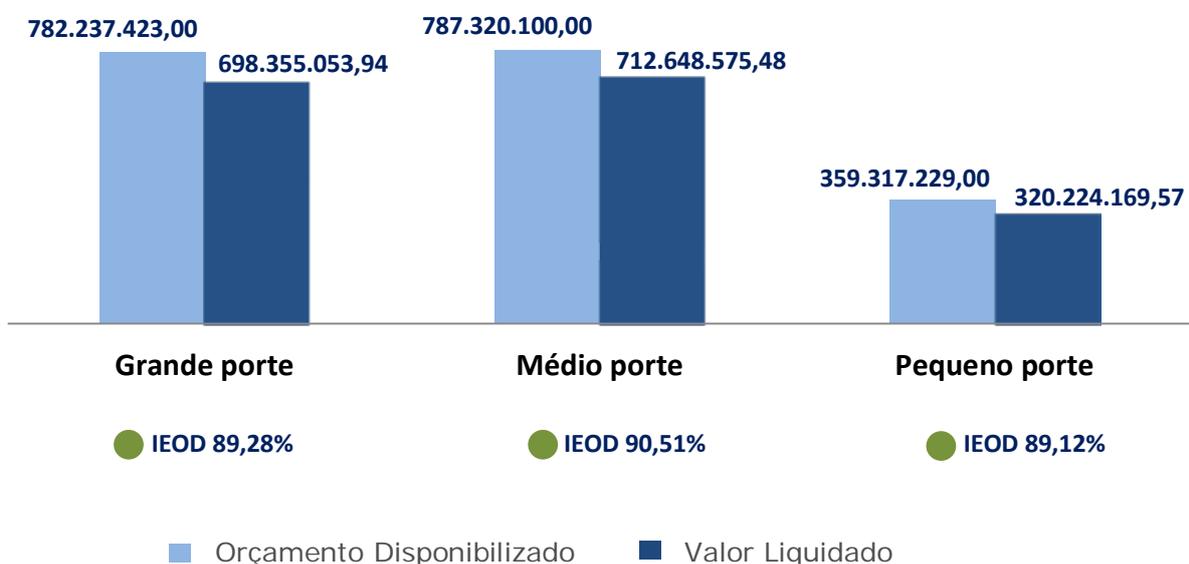


Série Histórica do IEOD da Justiça do Trabalho (%) 2015 a 2019



Resultado por Porte

IEOD X Orçamento Disponibilizado X Valor Liquidado por porte - 2019



2

Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

Cumprimento da meta 2 da Justiça do Trabalho por região geográfica



● R >= 100% ● 90% <= R < 100% ● 80% <= R < 90% ● R < 80%

Nota: sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2

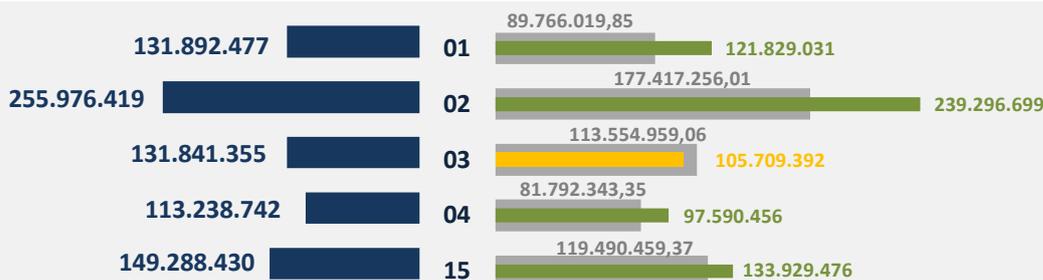
Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

Resultados dos TRTs por Porte

Orçamento Disponibilizado

Orçamento Liquidado

Grande Porte



Médio Porte



Pequeno Porte



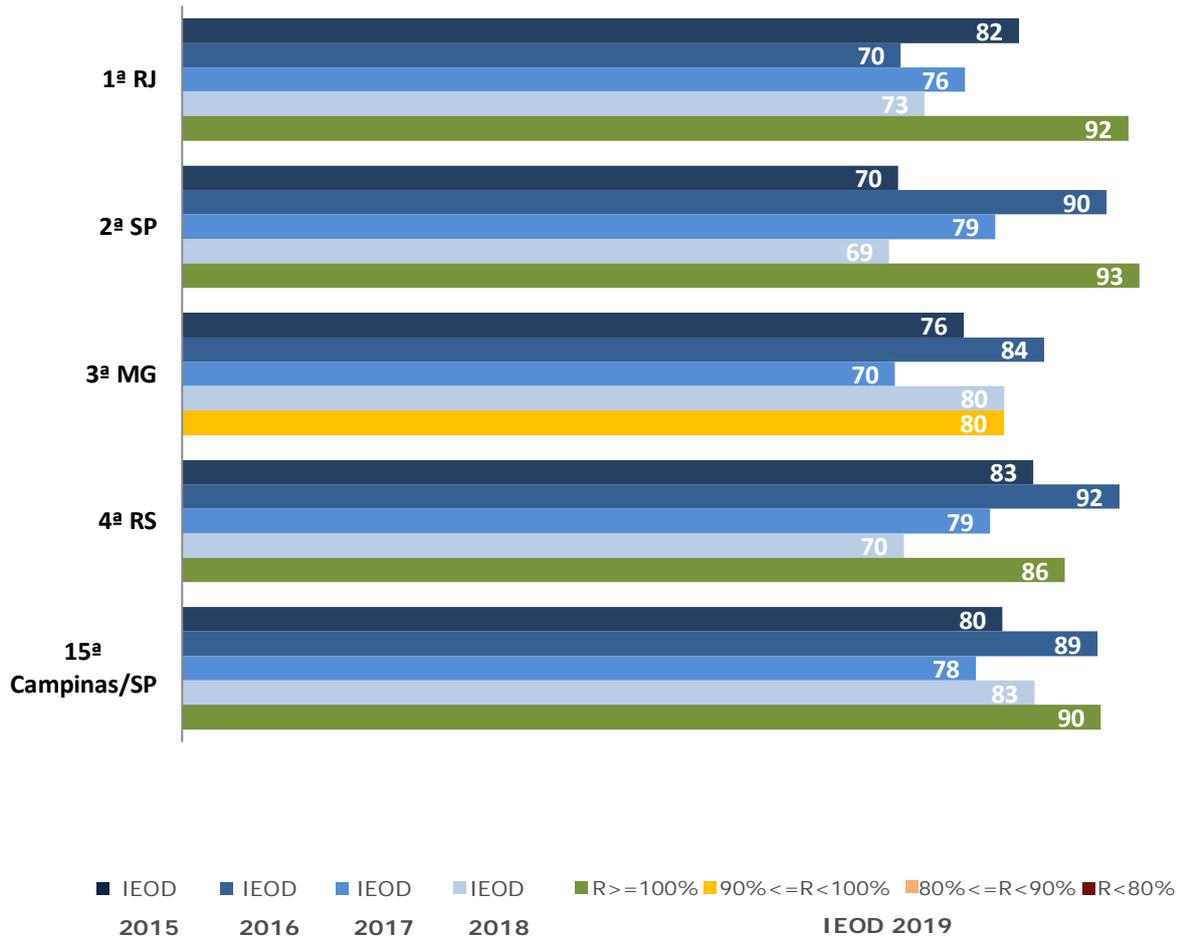
■ R >= 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ 80% <= R < 90%
 ■ R < 80%
 ■ Meta
 ■ Disponibilizado

2

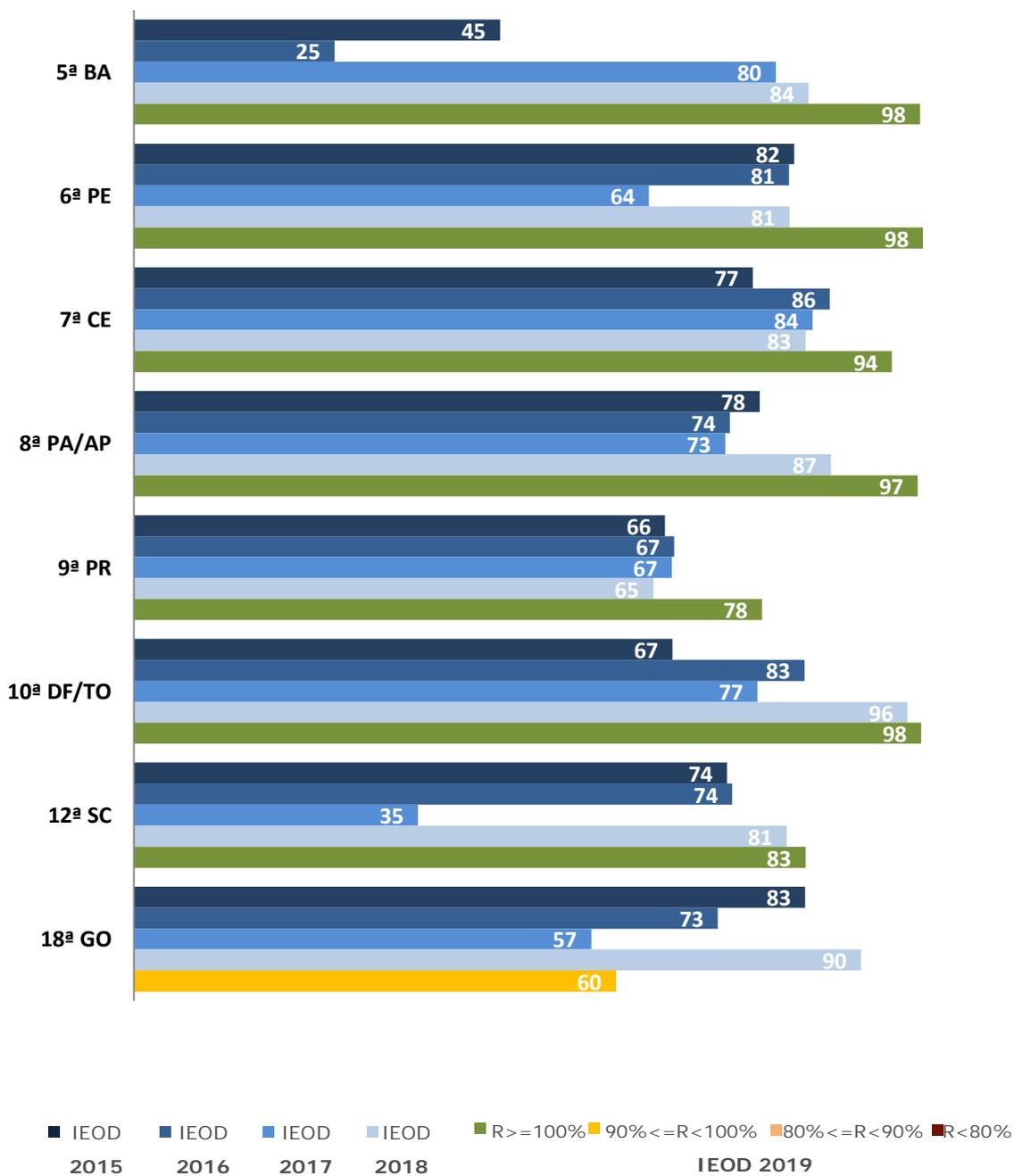
Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

Grande Porte

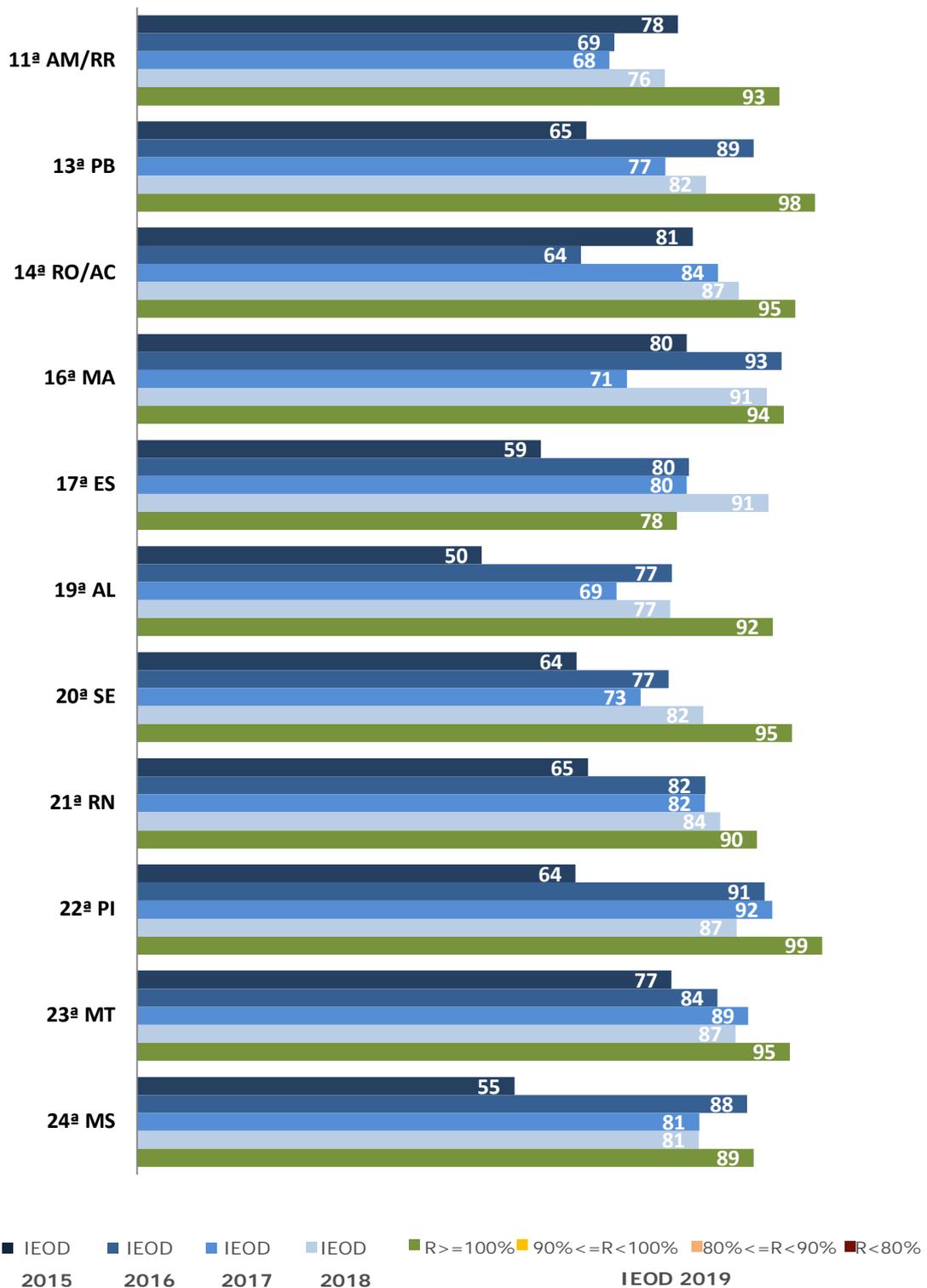
Série Histórica do IEOD por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do IEOB por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do IEOD por TRT – 2015 a 2019 (%)





TRT 22^a
Região
99,25%

Melhor
Resultado

..... DESTAQUE

Manteve índices de execução
orçamentária elevados de 2016 a 2019.

2015	2016	2017	2018	2019
63,54%	90,95%	92,04%	86,87%	99,25



TRT 22^a
Região

Em 2019, a Justiça do Trabalho alcançou o maior Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD) – 89,75%. O resultado reflete a superação da meta de 22 TRTs. Apenas os TRTs da 3ª e 18ª Regiões não alcançaram o valor previsto, posicionando-se na faixa amarela de cumprimento.

Ressalta-se que o índice da 18ª Região foi impactado pelo atraso da licitação em uma das fases do Projeto 1B39 - “Construção do Complexo Trabalhista do TRT da 18ª Região”, ocasionado pela aplicação de medida cautelar de suspensão. O orçamento disponibilizado para o projeto foi executado em apenas 16,79%, sendo que representou cerca de 48% do total disponibilizado para o Tribunal.

Meta em 2020

Considerando o desempenho dos Tribunais Regionais, aprovou-se a meta para 2020 da seguinte forma:

Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em:

- 12 pontos percentuais para aqueles TRTs que obtiverem média de até 60%;
- 10 pontos percentuais para aqueles TRTs que obtiverem média de 60,01% até 65%;
- 5 pontos percentuais para aqueles TRTs que obtiverem média superior a 65%.

3 META

Atingir
o nível
“Intermediário”

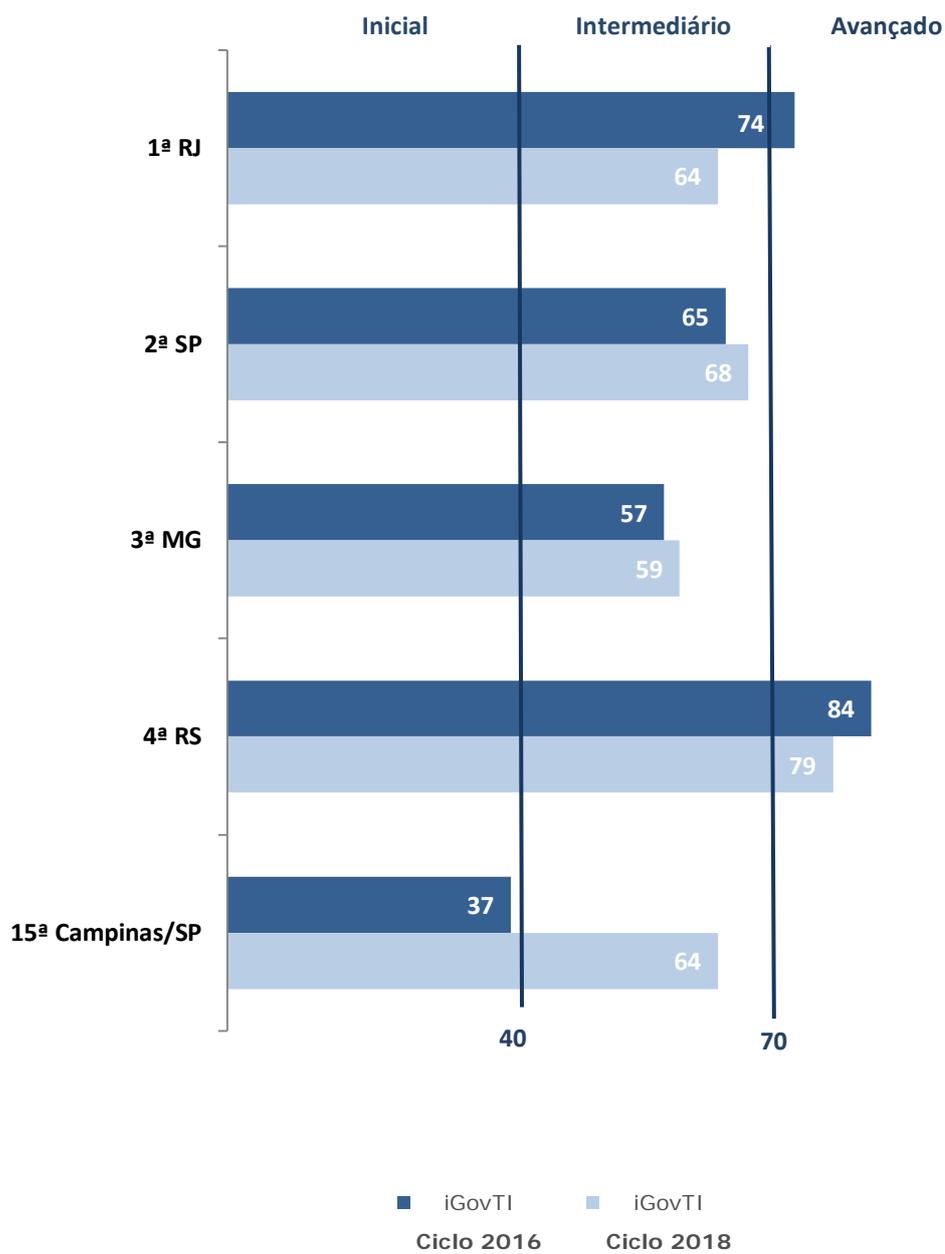
Meta
2019



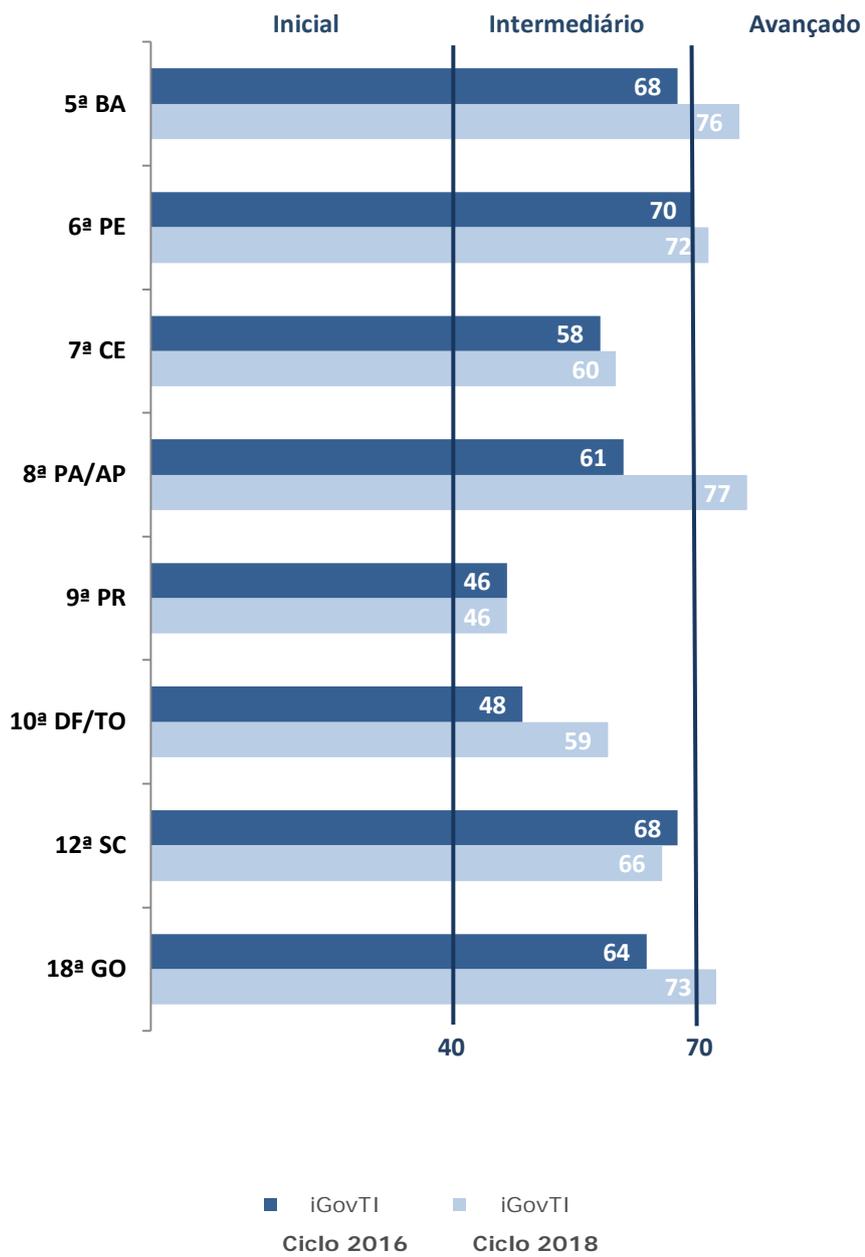
Fórmula: percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovTI

Nota: em 2019, o Tribunal de Contas da União não realizou o Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas e consequentemente não ocorreu à mensuração da meta no ano de 2019. Os dados apresentados abaixo correspondem aos resultados obtidos nos ciclos 2016 e 2018.

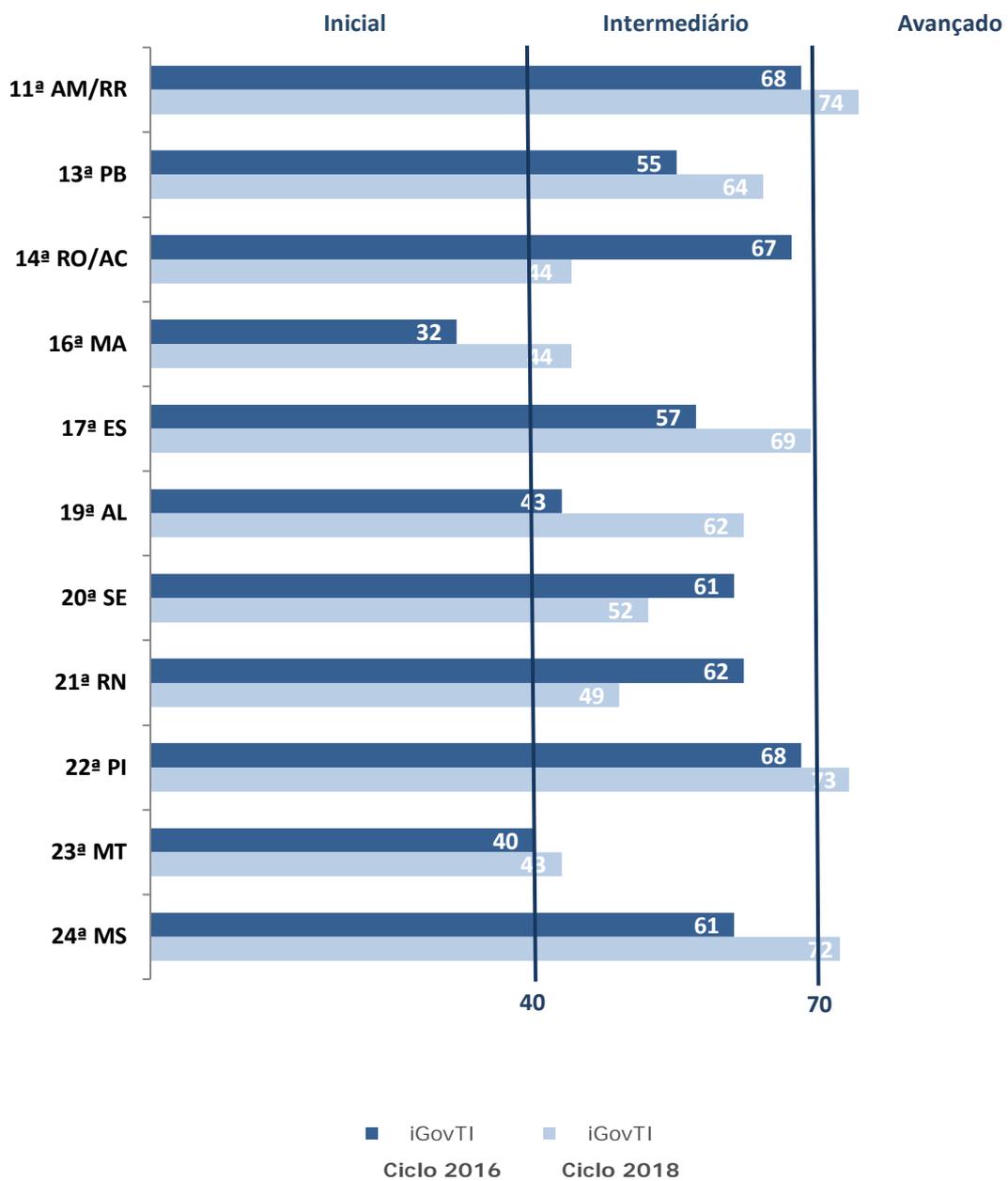
Série Histórica do iGovTI por TRT
Ciclos 2016 e 2018 (%)



Série Histórica do iGovTI por TRT
Ciclos 2016 e 2018 (%)



Série Histórica do iGovTI por TRT Ciclos 2016 e 2018 (%)



Síntese

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza levantamentos com o intuito de conhecer a situação da governança no setor público e auxiliar as organizações públicas no direcionamento, avaliação e monitoramento de ações que culminem em boas práticas de governança.

O Plano Estratégico da Justiça do Trabalho tem como um de seus objetivos, “aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC”. Considerando as pesquisas já realizadas pelo TCU, os presidentes das Cortes Regionais, durante a 1ª Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho, em 2014, decidiram utilizar o resultado obtido no iGovTI como parâmetro para mensurar o aludido objetivo.

O último resultado divulgado antes da elaboração do Plano (ciclo 2012) foi utilizado como referência para estabelecer as metas. Contudo, considerando que a fixação da meta base deve considerar a última apuração realizada, o desempenho obtido no Levantamento de Governança de TI - ciclo 2014 foi determinado como linha de base a partir da qual o desempenho das Cortes Regionais é mensurado.

A meta prevê a evolução dos Tribunais Regionais em níveis de capacidade, de acordo com o intervalo das pontuações definido pelo Tribunal de Contas da União.

Nível de Capacidade	Percentual
Inexpressivo	0% a 14,9%
Inicial	15% a 39,9%
Intermediário	40% a 69,9%
Aprimorado	70% a 100%

Nota: escala adotada a partir de 2017.

O 5º Levantamento de Governança de TI foi aplicado no primeiro semestre de 2016, comportando a mesma estrutura observada em 2014. Essa foi a primeira mensuração do índice para fins de monitoramento da meta 3. Como o seu resultado foi divulgado apenas em 2017, de acordo com a 2ª Revisão Técnica do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, a meta inicialmente estipulada para 2016 foi realocada para 2017. Desse modo, o efeito do cumprimento da meta para o Índice de Alcance das Metas (IAM) também foi computado em 2017.

Posteriormente, o TCU elaborou o 1º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, aplicado em 2017. No novo formato, reuniram-se os temas abordados no iGovPessoas, no iGovTI e no iGov em um único instrumento de avaliação. Buscou-se com isso possibilitar uma análise mais ampla pelo Tribunal e pelas demais partes interessadas, em virtude de a governança e a gestão estarem presentes em todas as funções corporativas.

Mesmo com a mudança de metodologia, os três índices continuam tendo resultados apurados isoladamente, seguindo a classificação por níveis de capacidade, conforme já adotados. Contudo, a aplicação do questionário integrado se dá anualmente. Com essa alteração, de forma diversa à ocorrida anteriormente, o TCU divulgou os resultados dos ciclos 2017 (1º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública) e 2018 (2º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública) neste último ano, razão pela qual a apuração de 2017 foi utilizada como parâmetro para o estabelecimento da meta de 2018 e o resultado de 2018 para averiguação do cumprimento da referida meta naquele ano.

As perguntas utilizadas no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública foram reestruturadas durante o ano de 2019. Por esse motivo, não houve aplicação do questionário, inviabilizando a mensuração da meta. A realização de um novo levantamento está prevista para maio de 2020, segundo o site do Tribunal de Contas da União.

A Meta em 2020

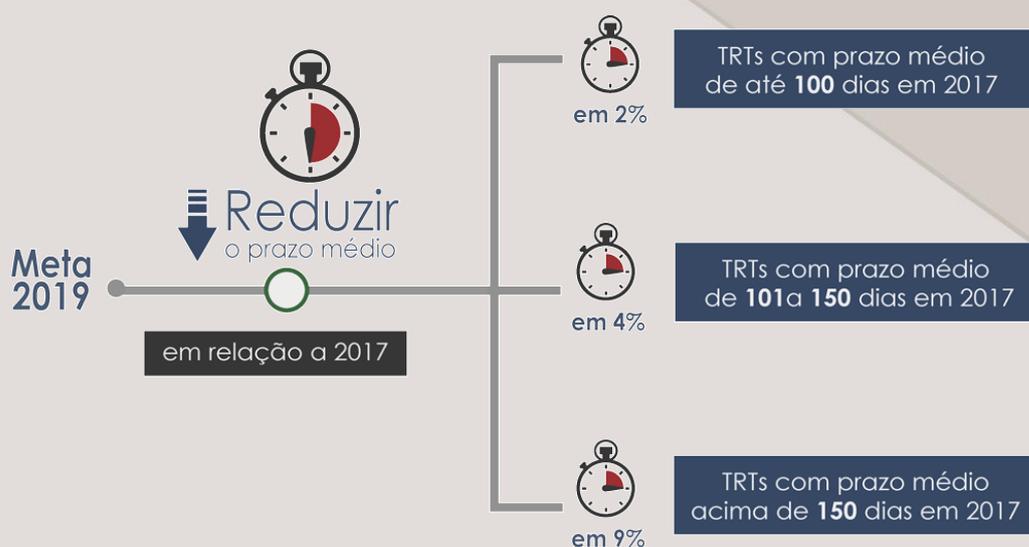
Para 2020, aprovou-se a meta: “Atingir o nível de capacidade aprimorado, na avaliação do iGovTI”.

4 META

Perspectiva Processos Internos

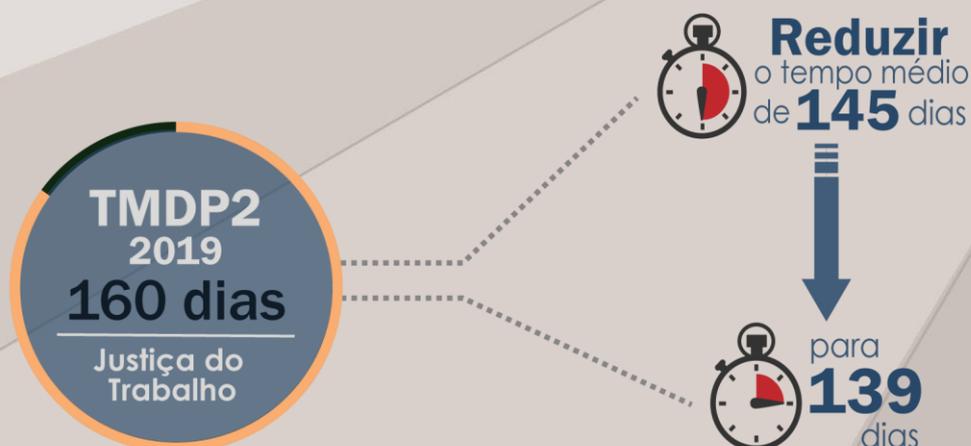
Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tempo Médio de Duração do Processo 2ª Instância (TMDP2)



Observação: se o tempo médio atingir prazo igual ou inferior a 139 dias, a meta considerar-se-á cumprida.

TMDP2 = Somatório (Data do Julgamento - Data da Autuação)
Julgados



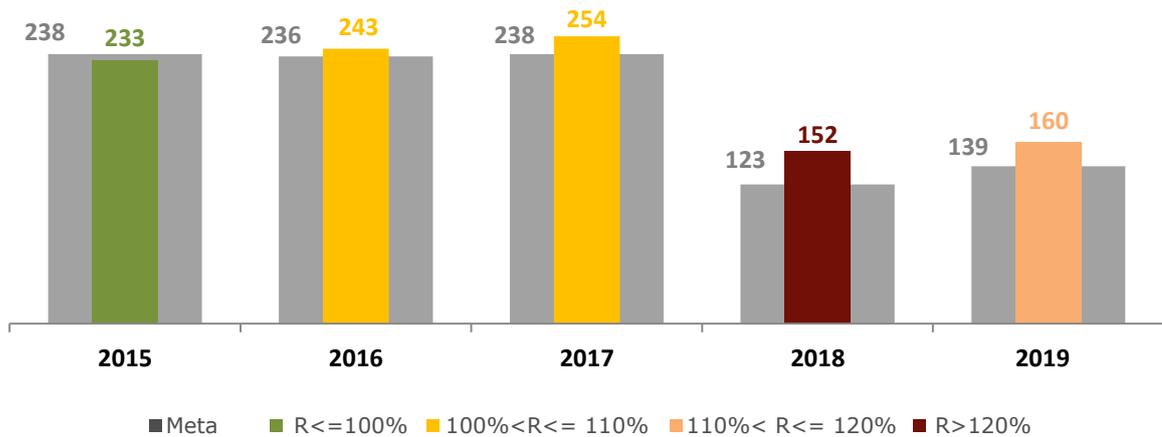
4

Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

META

Justiça do Trabalho

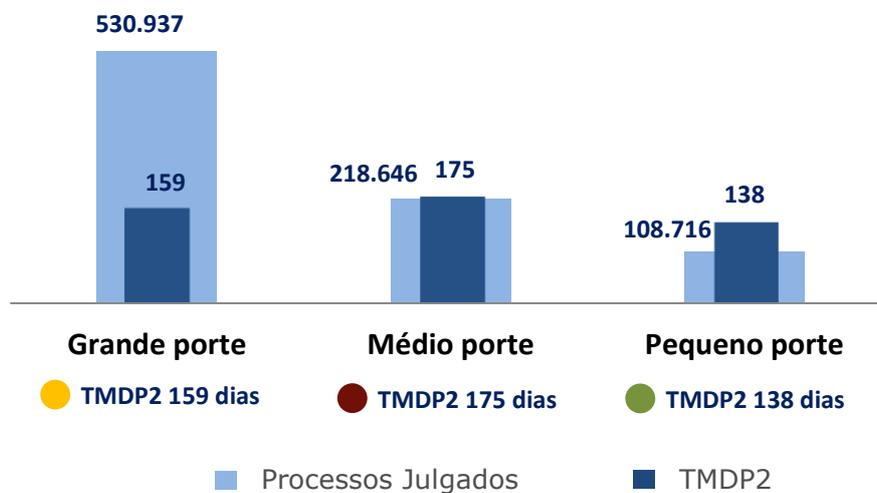
Série Histórica do TMDP2 da Justiça do Trabalho (em dias) 2015 a 2019



Nota: a partir de 2018, o TMDP2 passou a considerar o período da data da autuação até o julgamento, em vez da data da autuação até a baixa.

Resultado por Porte

Processos julgados X TMDP2 por porte (em dias) - 2019



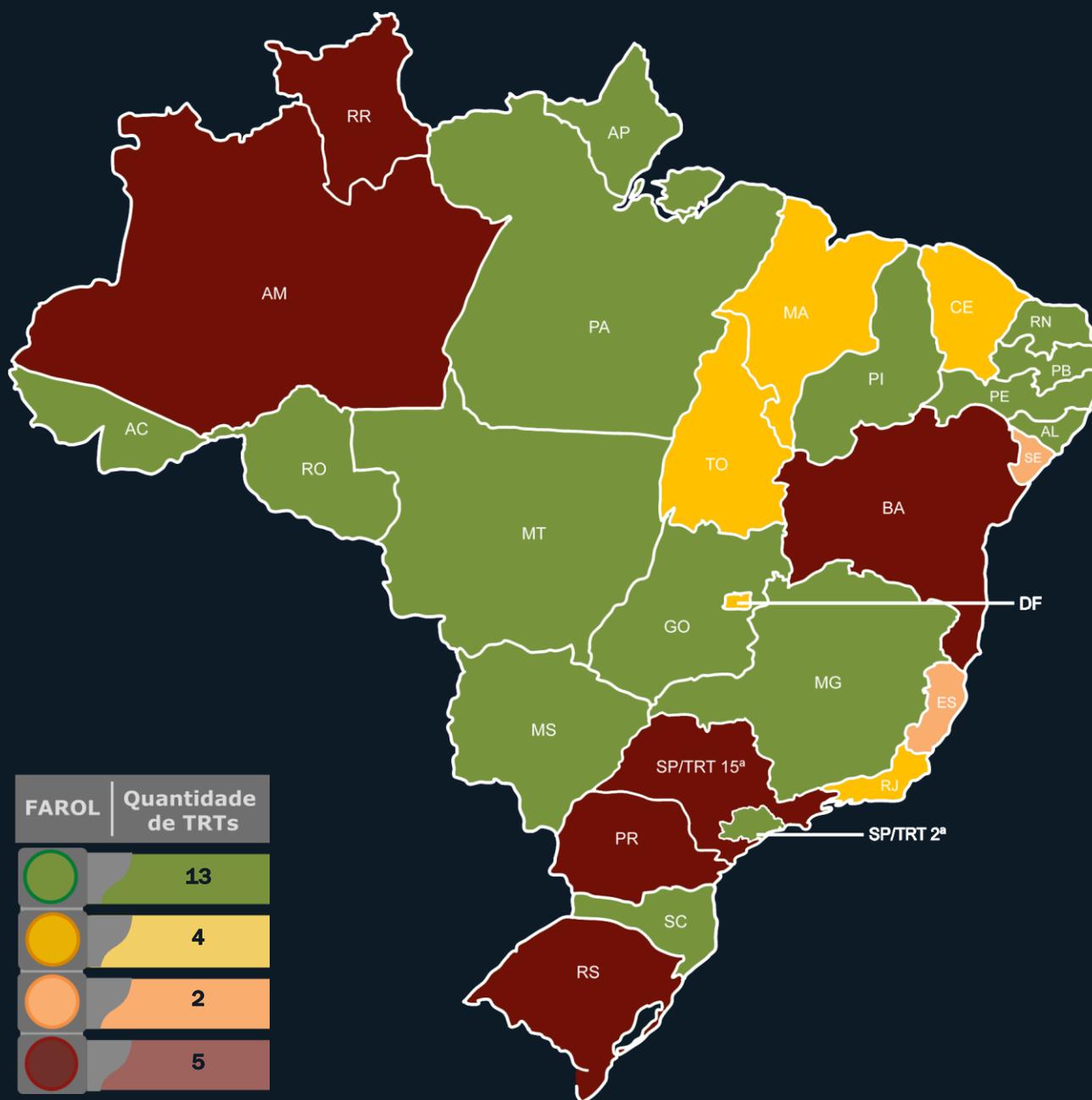
Nota: o farol dos portes foi calculado considerando a cláusula de barreira de 139 dias.

4

Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

META

Cumprimento da meta 4 da Justiça do Trabalho por região geográfica



● R <= 100% ● 100% < R <= 110% ● 110% < R <= 120% ● R < 120%

4

Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

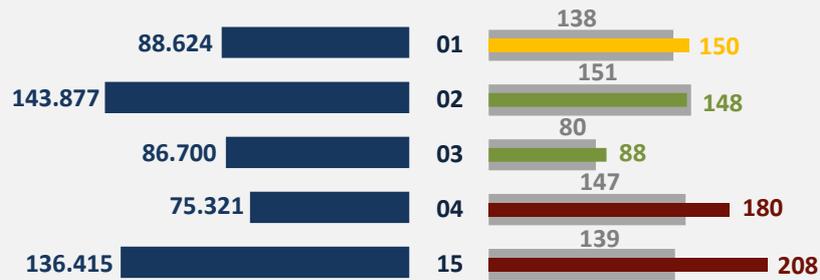
META

Resultados dos TRTs por Porte

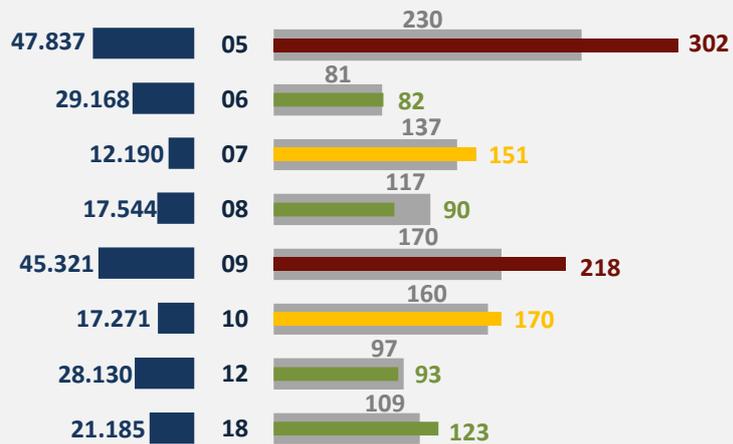
Julgados



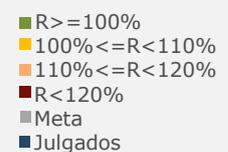
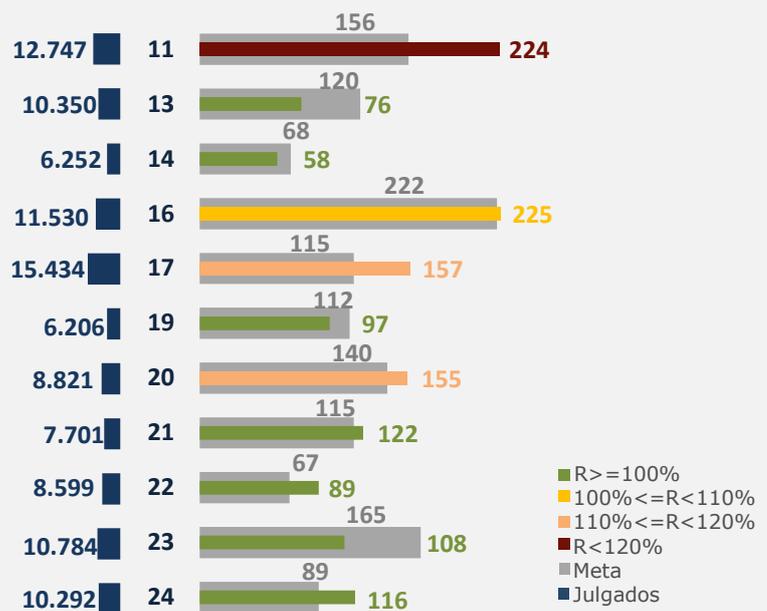
Grande Porte



Médio Porte



Pequeno Porte



Nota: se o tempo médio atingir prazo igual ou inferior a 139, a meta considerar-se-á cumprida.

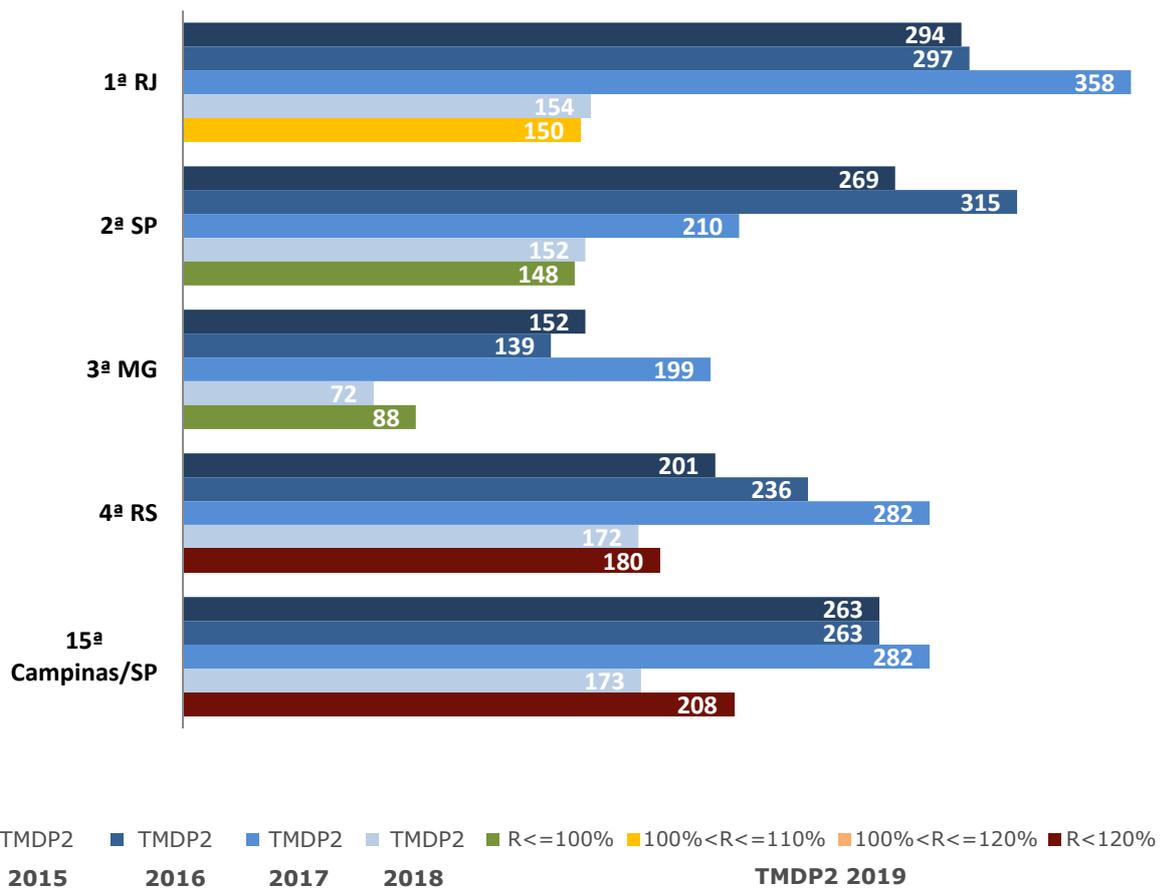
4

Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

META

Grande Porte

Série Histórica do TMDP2 por TRT – 2015 a 2019 (%)



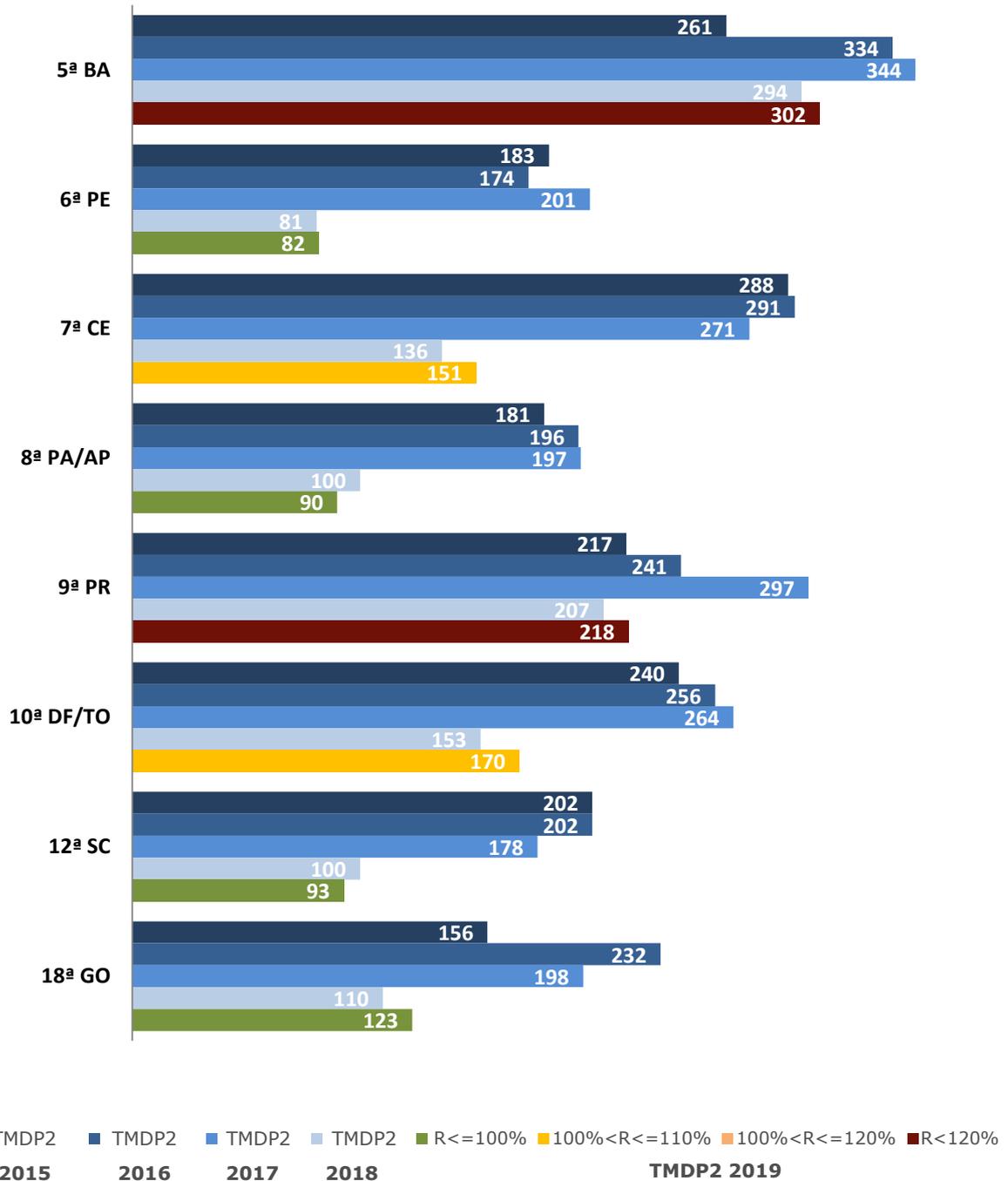
4

Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

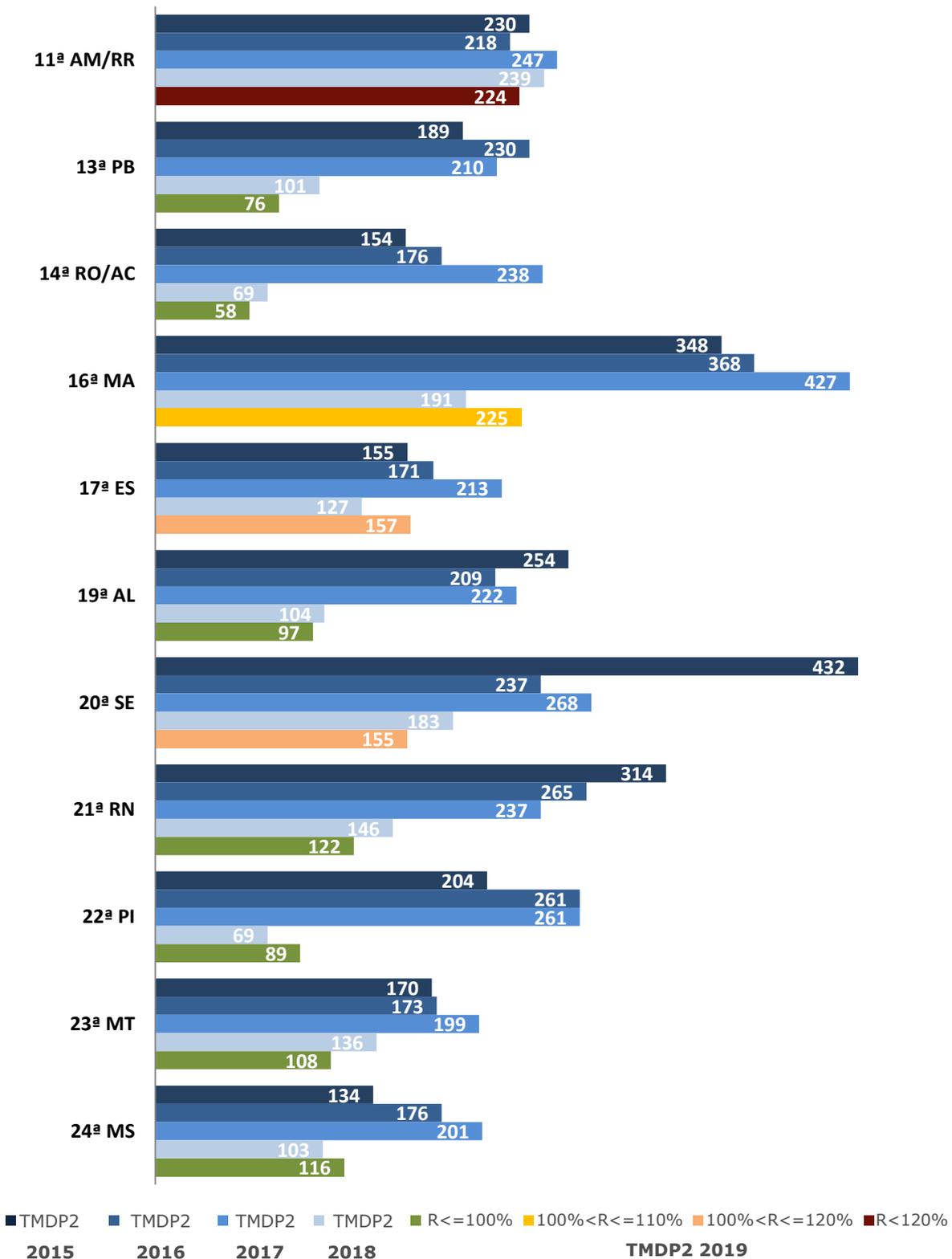
META

Médio Porte

Série Histórica do TMDP2 por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do TMDP2 por TRT – 2015 a 2019 (%)



4

Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

META

Destaques

TRT 14^a
Região
58 dias

Melhor
Resultado

.....DESTAQUE.....

Maior quantidade de processos julgados da
Justiça do Trabalho (143.877).

Segundo menor TMDP2 do grande porte.

Diminuiu seu tempo médio na 2ª instância
desde 2016.

2015	2016	2017	2018	2019
269	315	210	152	148

TRT 2^a
Região

4

Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

META

Síntese

A análise dos dados revelou que a quantidade de processos julgados não está relacionada com o tempo médio de duração do processo do Tribunal Regional. Por exemplo, o Tribunal com o maior TMDP2 (302) não teve o maior número de julgamentos. Corroborando a análise, o TRT que apresentou o menor tempo médio na 2ª instância (58), não obteve a menor quantidade de julgamentos. Dessa forma, os principais fatores de influência são a idade dos processos julgados e o método de gestão processual.

Os anos de 2018 e 2019 tiveram o mesmo intervalo de mensuração da meta, autuação até o julgamento. Nesse contexto, observa-se que onze Tribunais Regionais diminuíram o tempo médio de duração do processo na 2ª instância em até 28 dias. Por outro lado, treze TRTs aumentaram o tempo em até 35 dias.

No panorama geral, catorze Tribunais Regionais conquistaram a faixa verde de cumprimento. Sete por ficarem abaixo da meta estipulada para o ano e sete por alcançarem TMDP2 menor que a cláusula de barreira de 139 dias.

A Meta em 2020

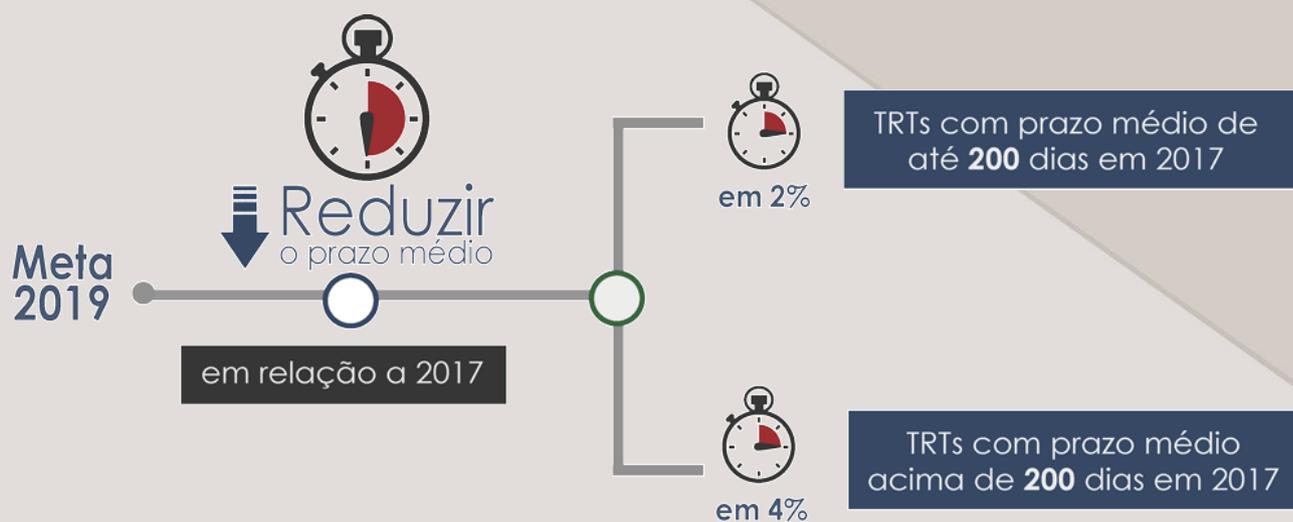
Em 2020, a linha de base da Meta 4 será alterada do ano de 2017 para 2018 e os percentuais de redução mantidos conforme 2019. A cláusula de barreira será, portanto, recalculada de acordo com os resultados do ano anterior e do novo período de base.

5 META

Perspectiva Processos Internos

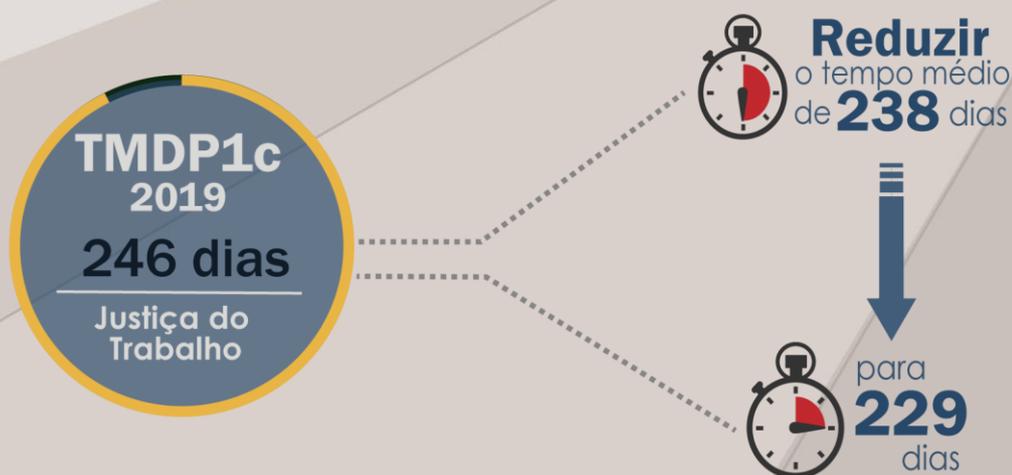
Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tempo Médio de Duração do Processo
1ª Instância (TMDP1c)



Observação: se o tempo médio atingir prazo igual ou inferior a 229 dias, a meta considerar-se-á cumprida.

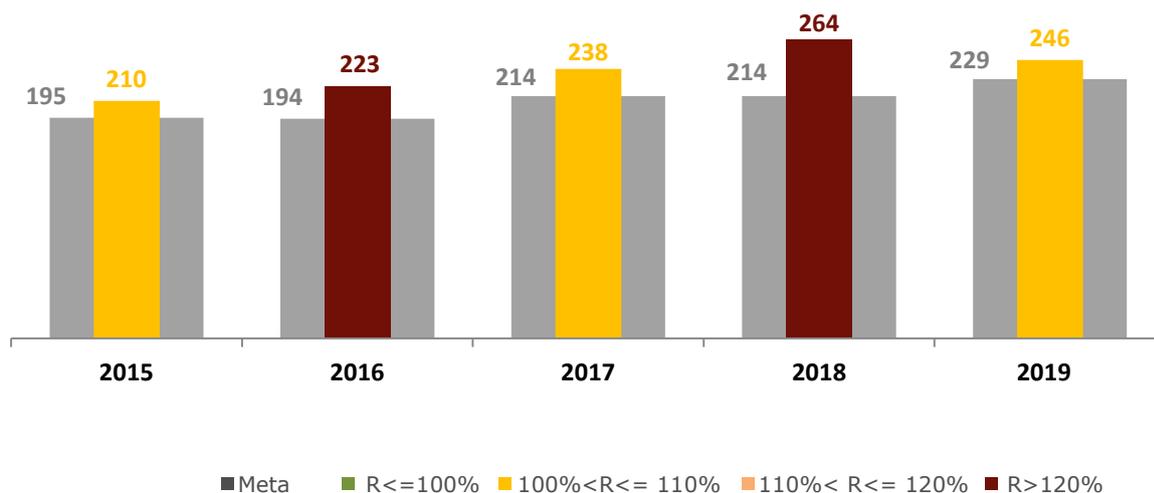
TMDP1c = Somatório (Data da Prolação da Sentença – Data do Ajuizamento da Ação)
Processos com Prolação de Sentença



META

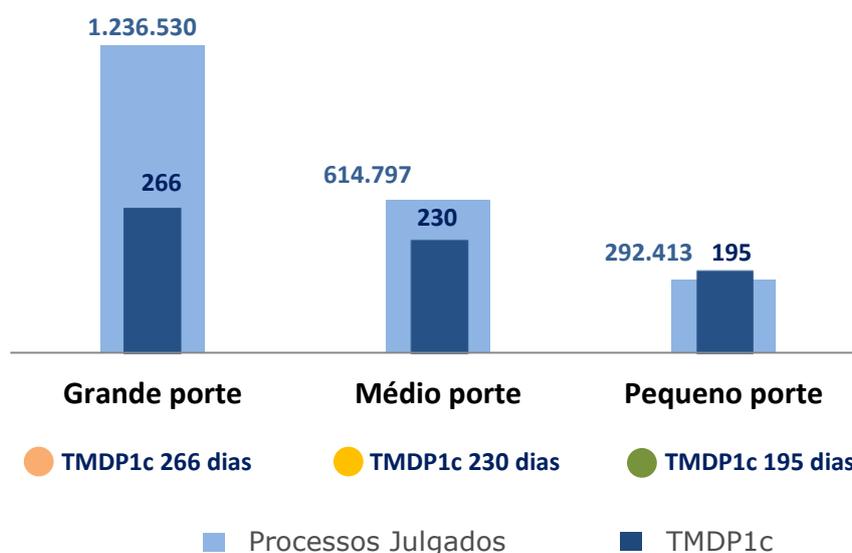
Justiça do Trabalho

Série Histórica do TMDP1c da Justiça do Trabalho (em dias)
2015 a 2019



Resultado por Porte

Processos Julgados e TMDP1c (em dias) por porte - 2019



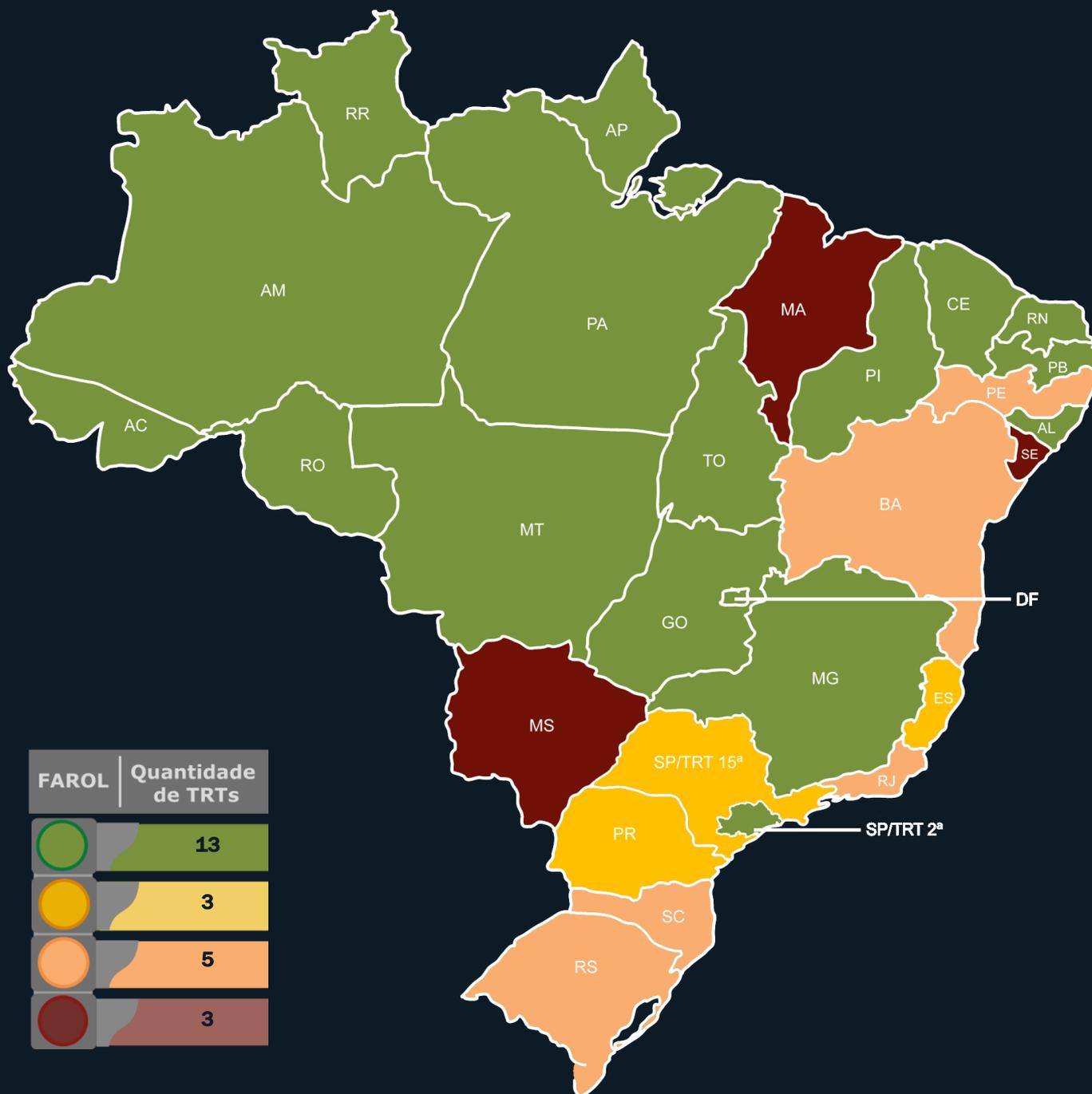
Nota: o farol dos portes foi calculado considerando a cláusula de barreira de 229 dias.

5

Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento 1ª Instância (TMDP1c)

META

Cumprimento da meta 5 da Justiça do Trabalho por região geográfica



● R <= 100% ● 100% < R <= 110% ● 110% < R <= 120% ● R < 120%

5

Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento 1ª Instância (TMDP1c)

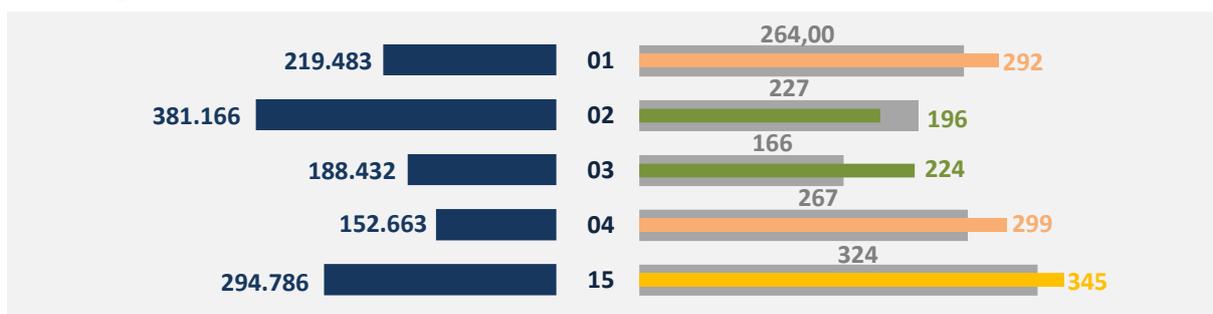
META

Resultados dos TRTs por Porte

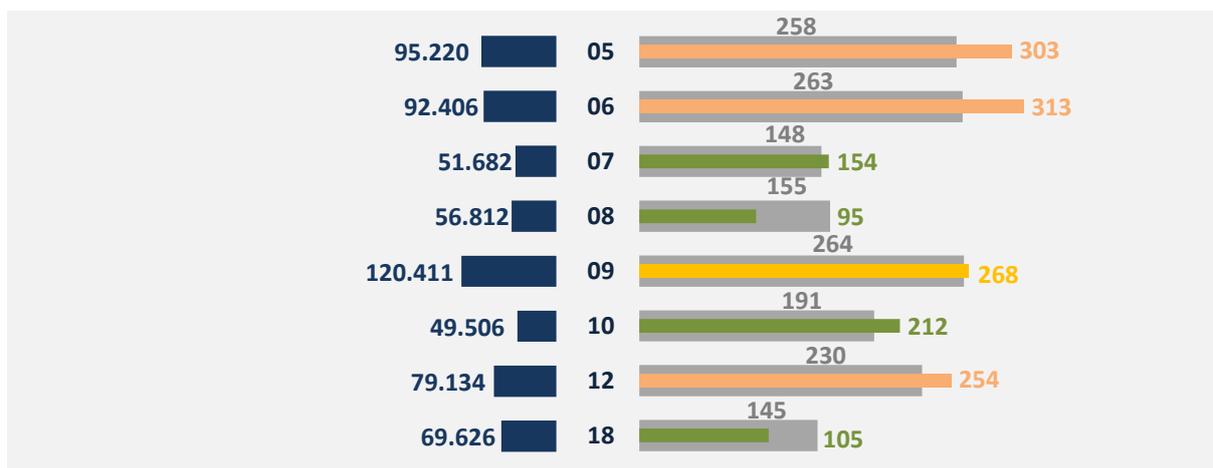
Julgados

TMDP1c

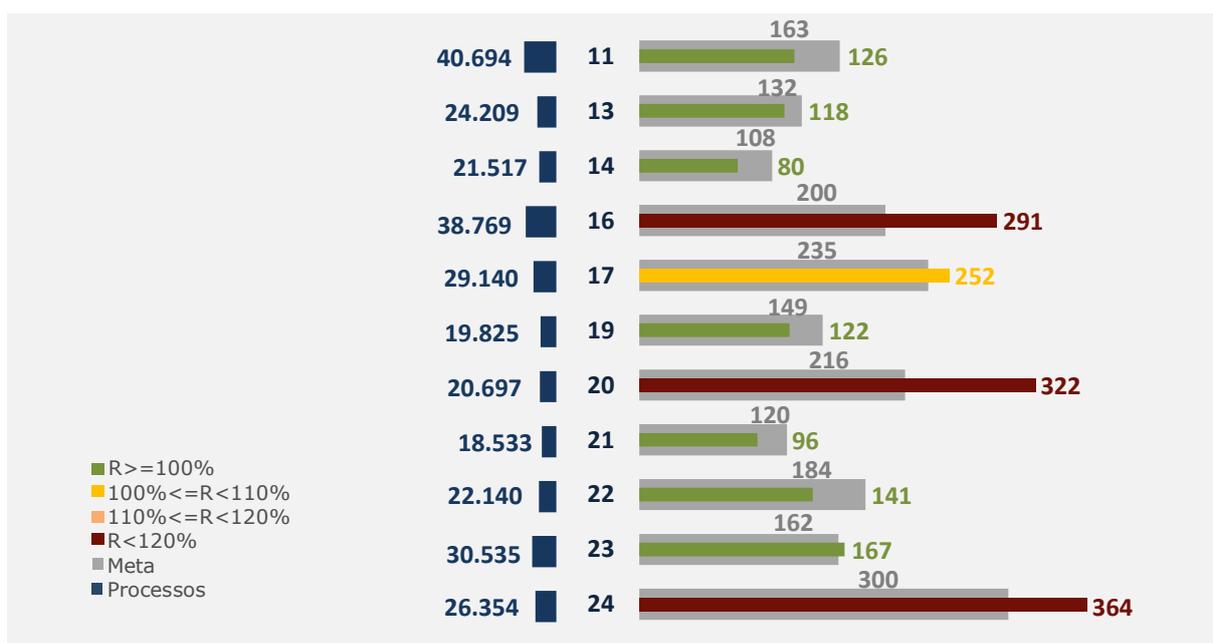
Grande Porte



Médio Porte



Pequeno Porte



■ R >= 100%
■ 100% <= R < 110%
■ 110% <= R < 120%
■ R < 120%
■ Meta
■ Processos

Nota: se o tempo médio atingir prazo igual ou inferior a 229, a meta considerar-se-á cumprida.

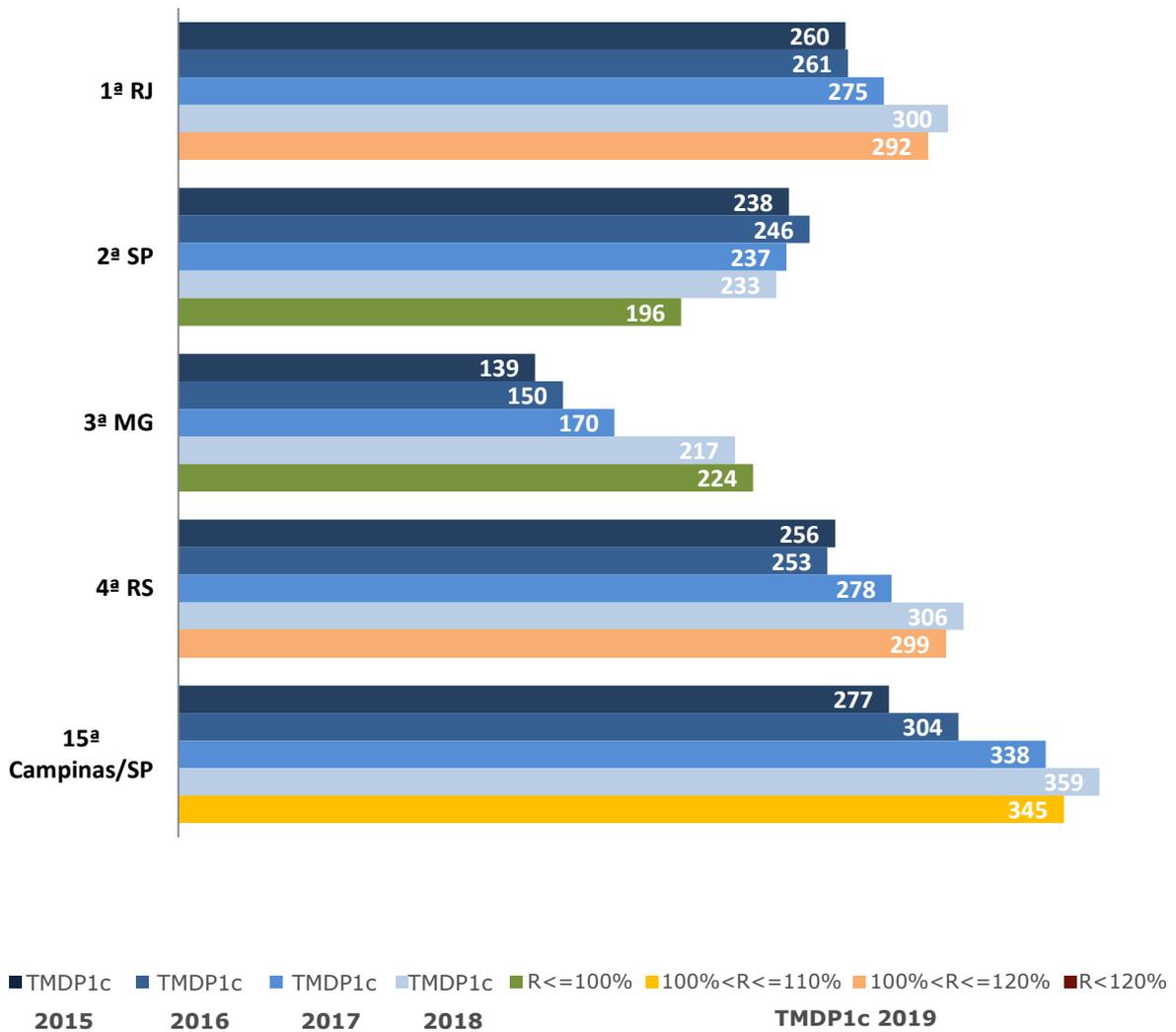
5

Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento 1ª Instância (TMDP1c)

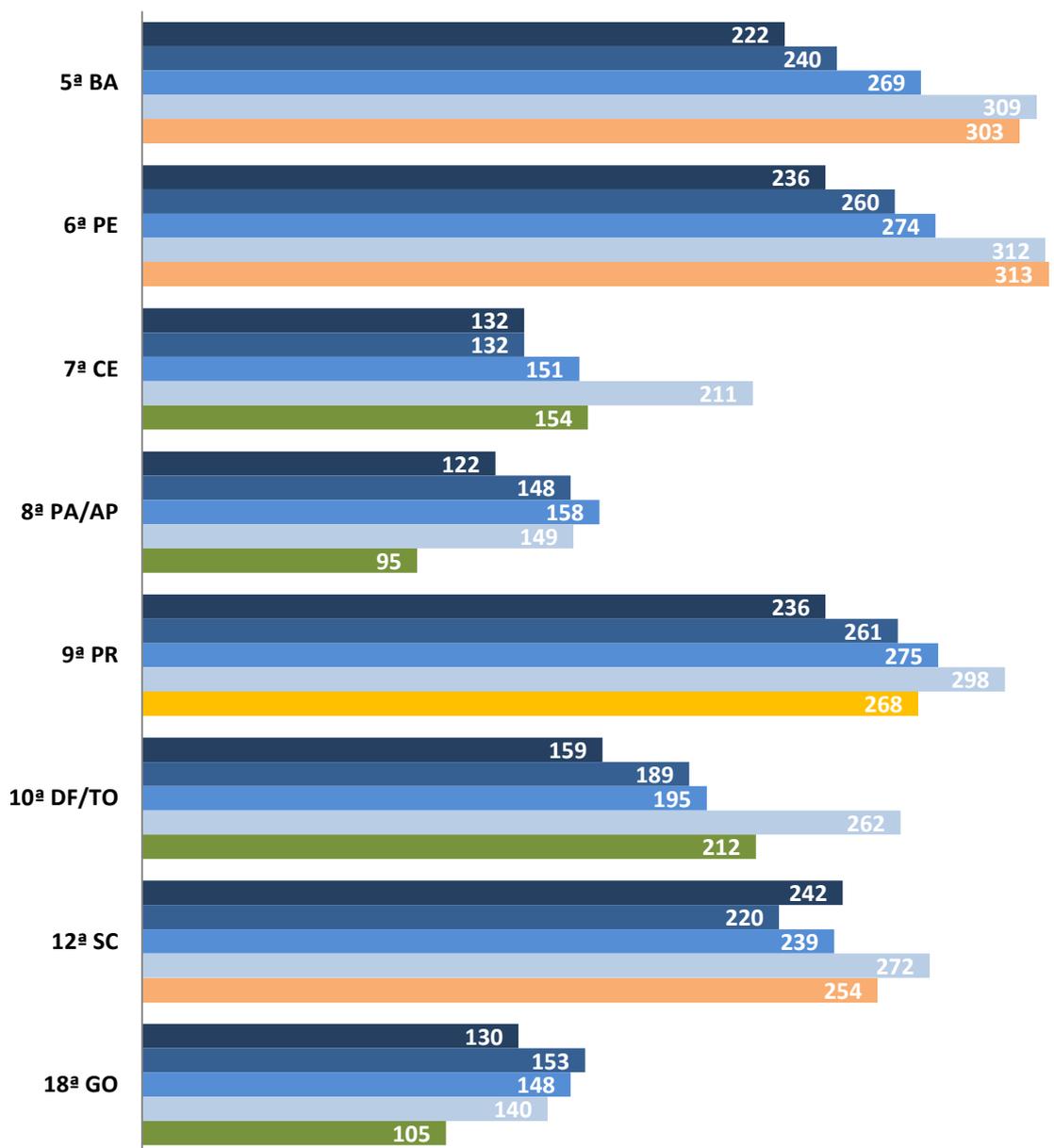
META

Grande Porte

Série Histórica do TMDP1c por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do TMDP1c por TRT – 2015 a 2019 (%)



■ TMDP1c 2015
 ■ TMDP1c 2016
 ■ TMDP1c 2017
 ■ TMDP1c 2018
 ■ R<=100%
 ■ 100%<R<=110%
 ■ 100%<R<=120%
 ■ R<120%

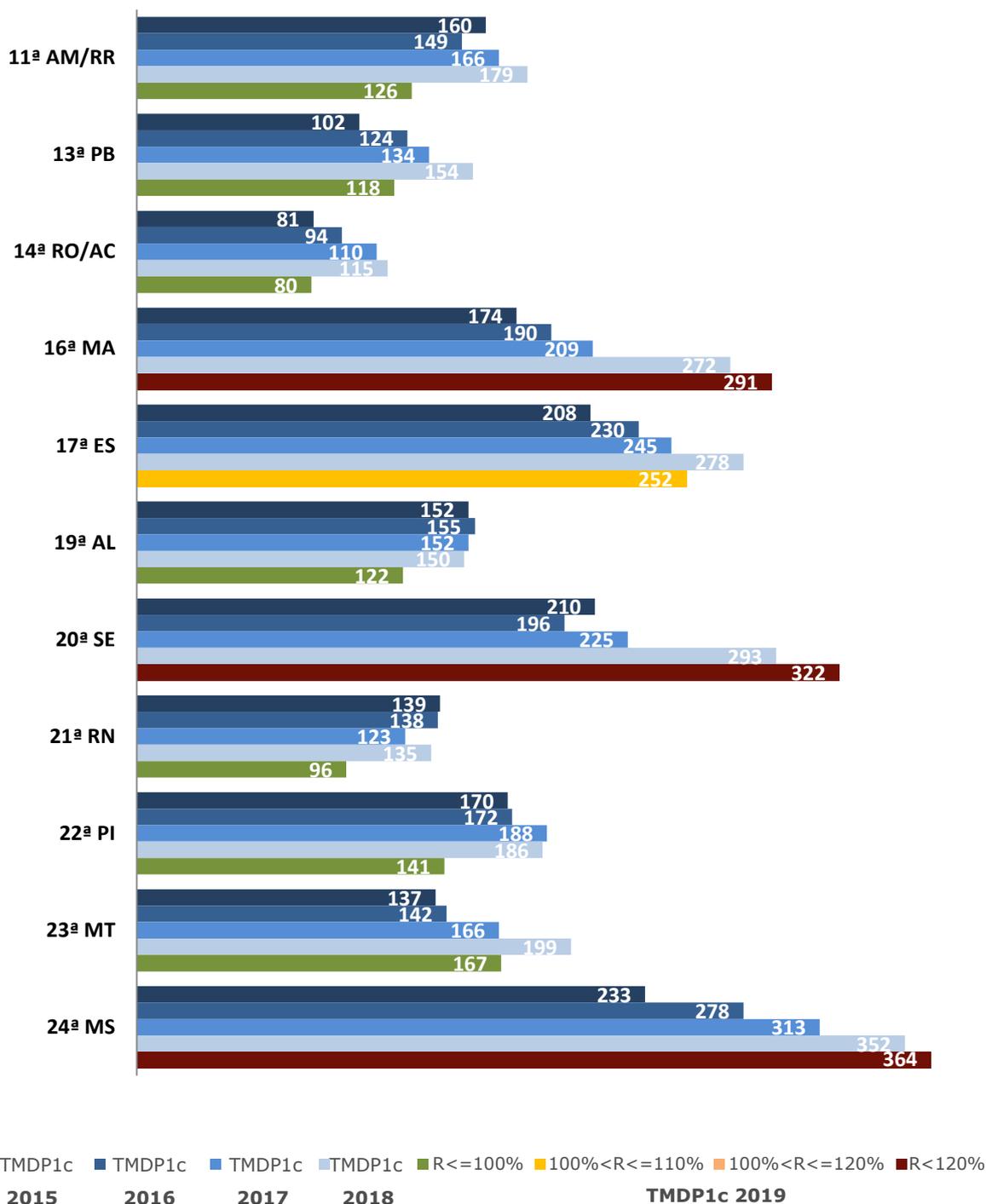
5

Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento 1ª Instância (TMDP1c)

META

Pequeno Porte

Série Histórica do TMDP1c por TRT – 2015 a 2019 (%)



5

Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento
1ª Instância (TMDP1c)

META

Destaques



TRT 14^a
Região
80 dias

Melhor
Resultado



DESTAQUE

Segundo menor TMDP1c
da Justiça do Trabalho.
Diminuiu seu TMDP1c em 54 dias
de 2018 para 2019.

2015	2016	2017	2018	2019
122	148	158	149	95

5

Tempo Médio de Duração do Processo – Fase de Conhecimento 1ª Instância (TMDP1c)

META

Resumo

A análise dos dados evidenciou a diminuição do TMDP1c, de 2018 para 2019, em dezenove TRTs. Apesar disso, deve-se considerar que, em 2018, a maioria dos TRTs alcançaram suas maiores médias temporais. Essa situação se repete no resultado geral da Justiça do Trabalho, pois, em 2018, alcançou seu maior tempo, 264 dias, e, em 2019, decaiu para 246 dias.

Enfatiza-se, por outro lado, os TRTs da 2ª, 8ª, 11ª, 14ª, 18ª, 19ª, 21ª e 22ª Regiões, que, em 2019, apresentaram seu menor tempo médio.

Destacam-se, ainda, os TRTs da 8ª, 13ª, 14ª, 18ª e 21ª Regiões, que registram menor variação do tempo médio e mantêm valores mais baixos, quando relacionados aos demais.

TRT	2015	2016	2017	2018	2019
8ª Região	122	148	158	149	95
13ª Região	102	124	134	154	118
14ª Região	81	94	110	115	80
18ª Região	130	153	148	140	105
21ª Região	139	138	123	135	96

A Meta em 2020

Em 2020, a linha de base da Meta 5 será alterada do ano de 2017 para 2018 e os percentuais de redução mantidos conforme 2019. A cláusula de barreira será, portanto, recalculada de acordo com os resultados do ano anterior e do novo período de base.

6 META

Perspectiva Processos Internos

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Índice de Processos Julgados (IPJ)



$$\text{IPJ} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de processos de conhecimento julgados}}{\text{N}^\circ \text{ de processos de conhecimento distribuídos}} \times 100$$

**IPJ
2019
109,34%**
Justiça do Trabalho

**Meta Julgar
2.706.448**

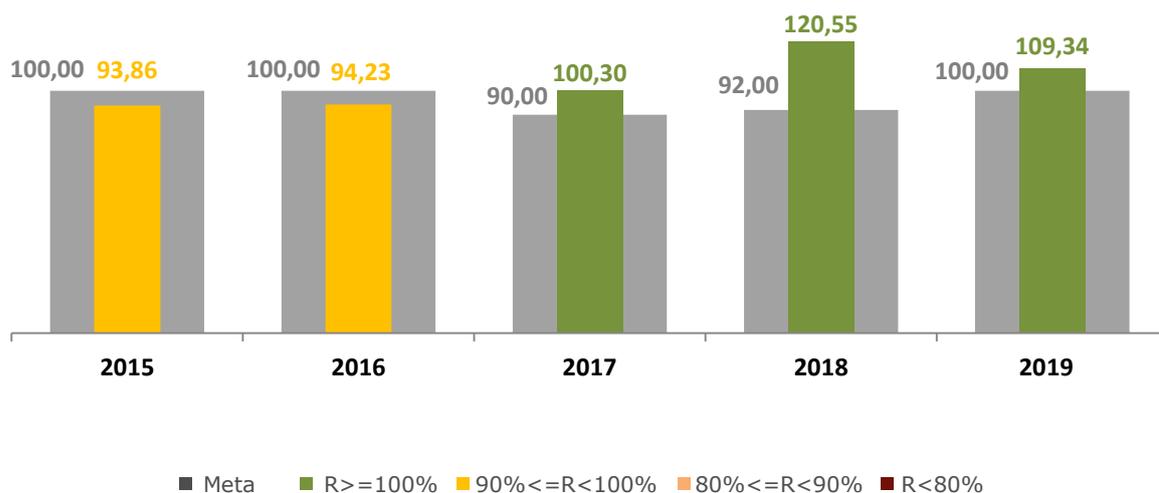
**2.706.447
Distribuídos**

**2.959.157
Julgados**

META

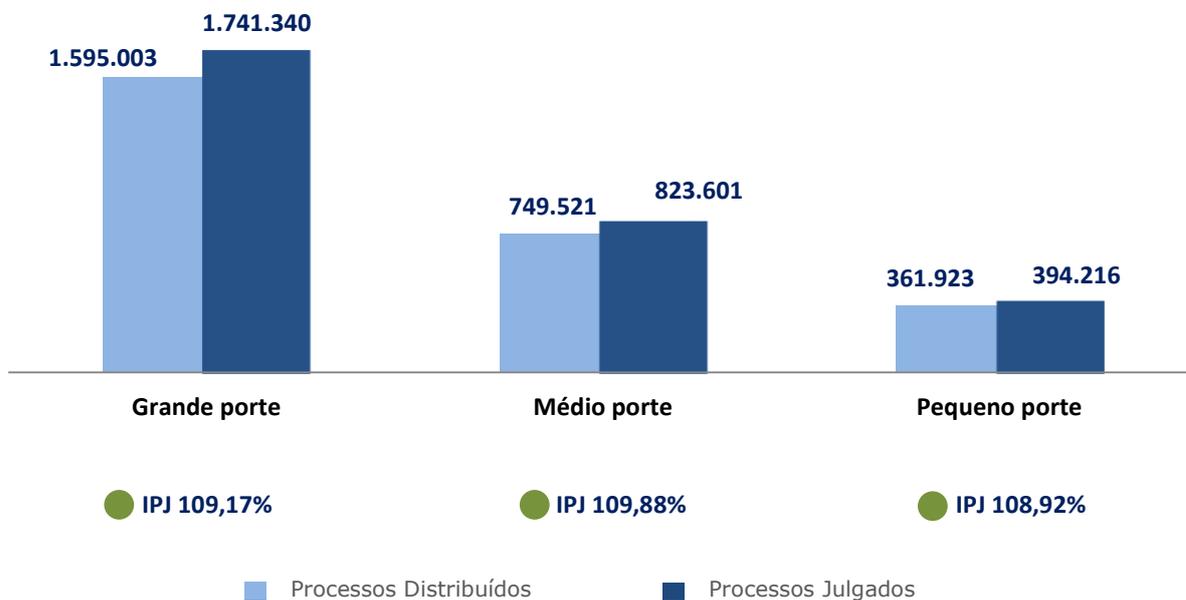
Justiça do Trabalho

Série Histórica do IPJ da Justiça do Trabalho (%)
2015 a 2019



Resultado por Porte

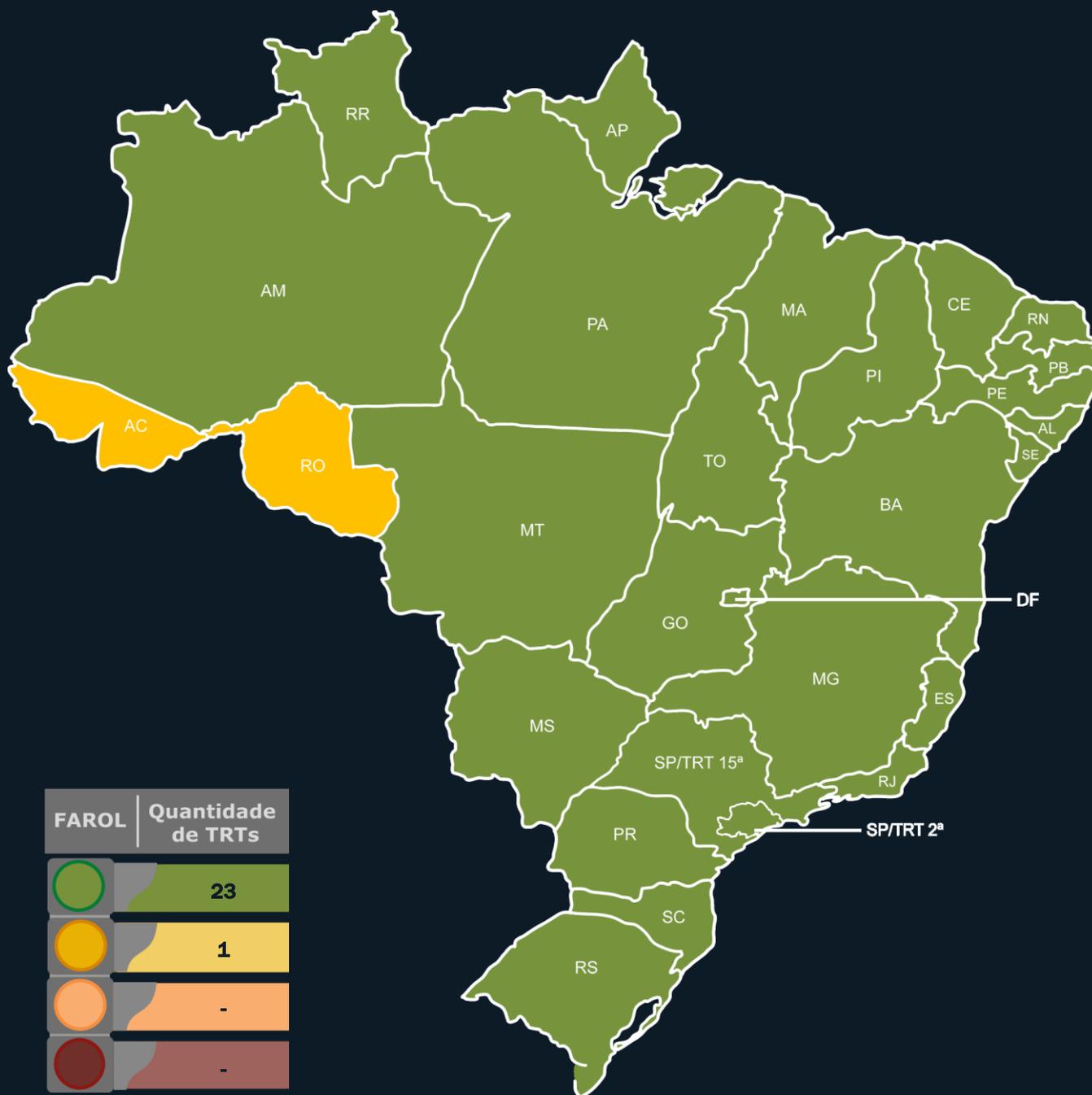
IPJ X Processos Distribuídos X Processos Julgados por porte - 2019



6

META

Cumprimento da Meta 6 da Justiça do Trabalho por região geográfica



● R >= 100% ● 90% <= R < 100% ● 80% <= R < 90% ● R < 80%

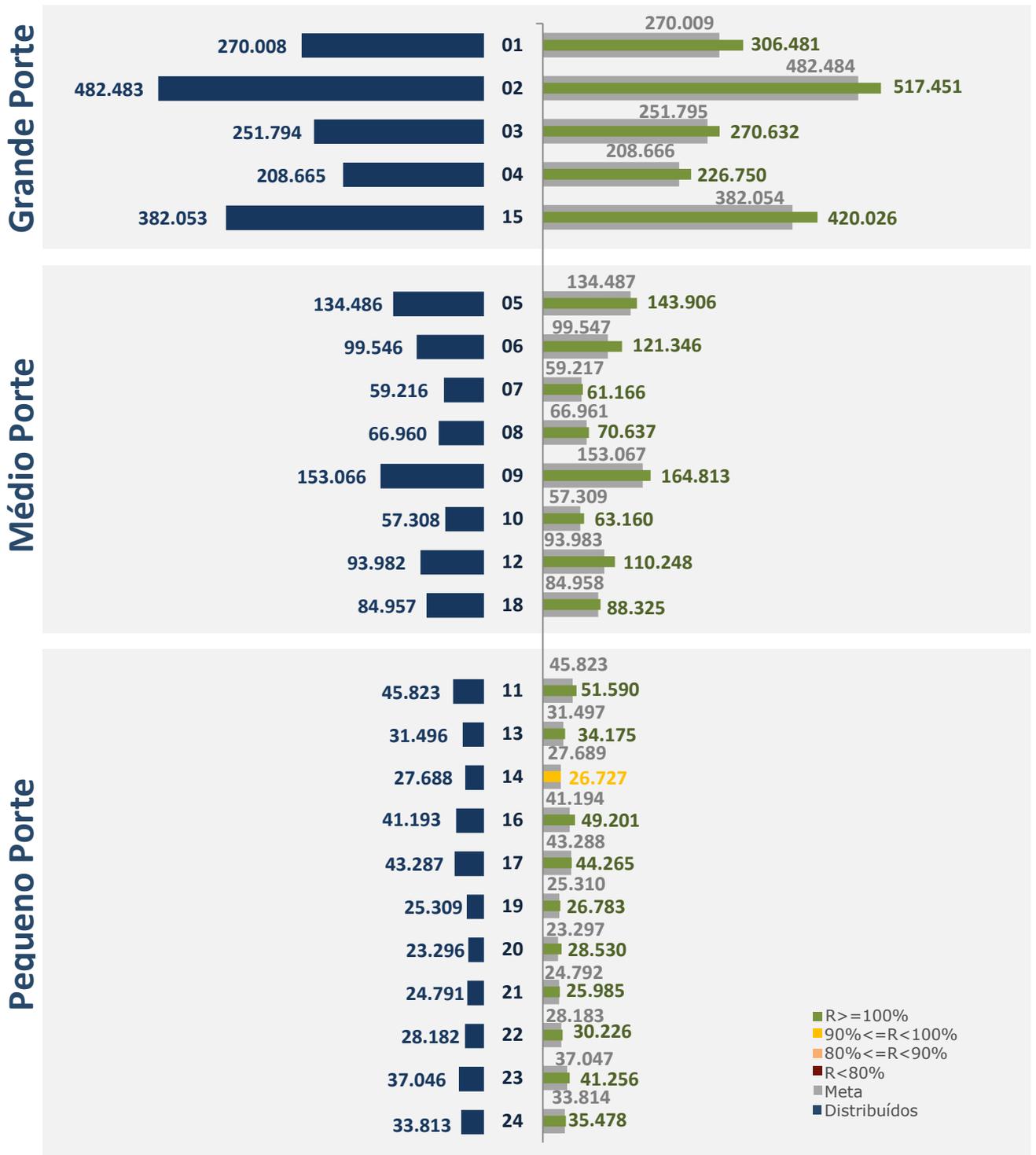
Nota: sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

META

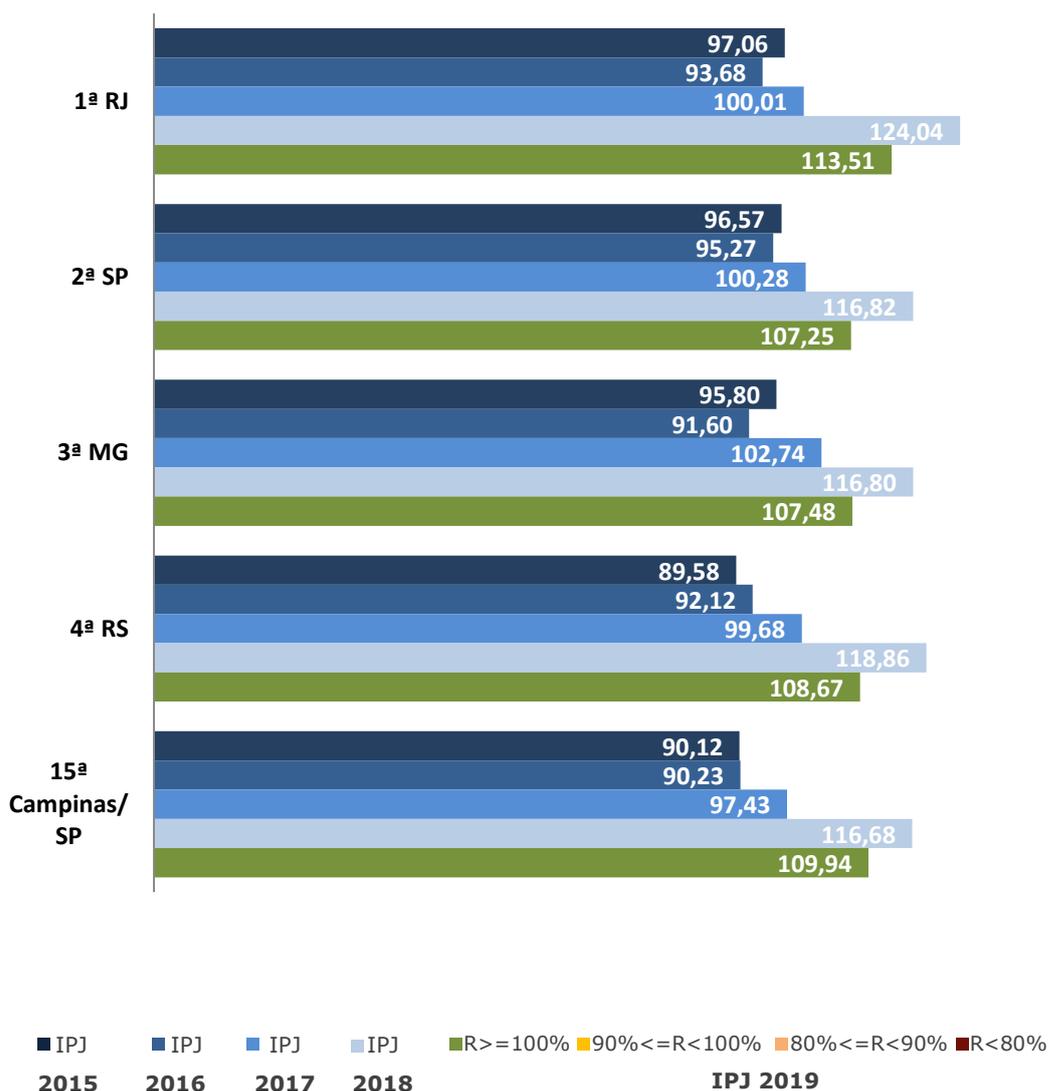
Resultados dos TRTs por Porte

 **Distribuídos**

Julgados 



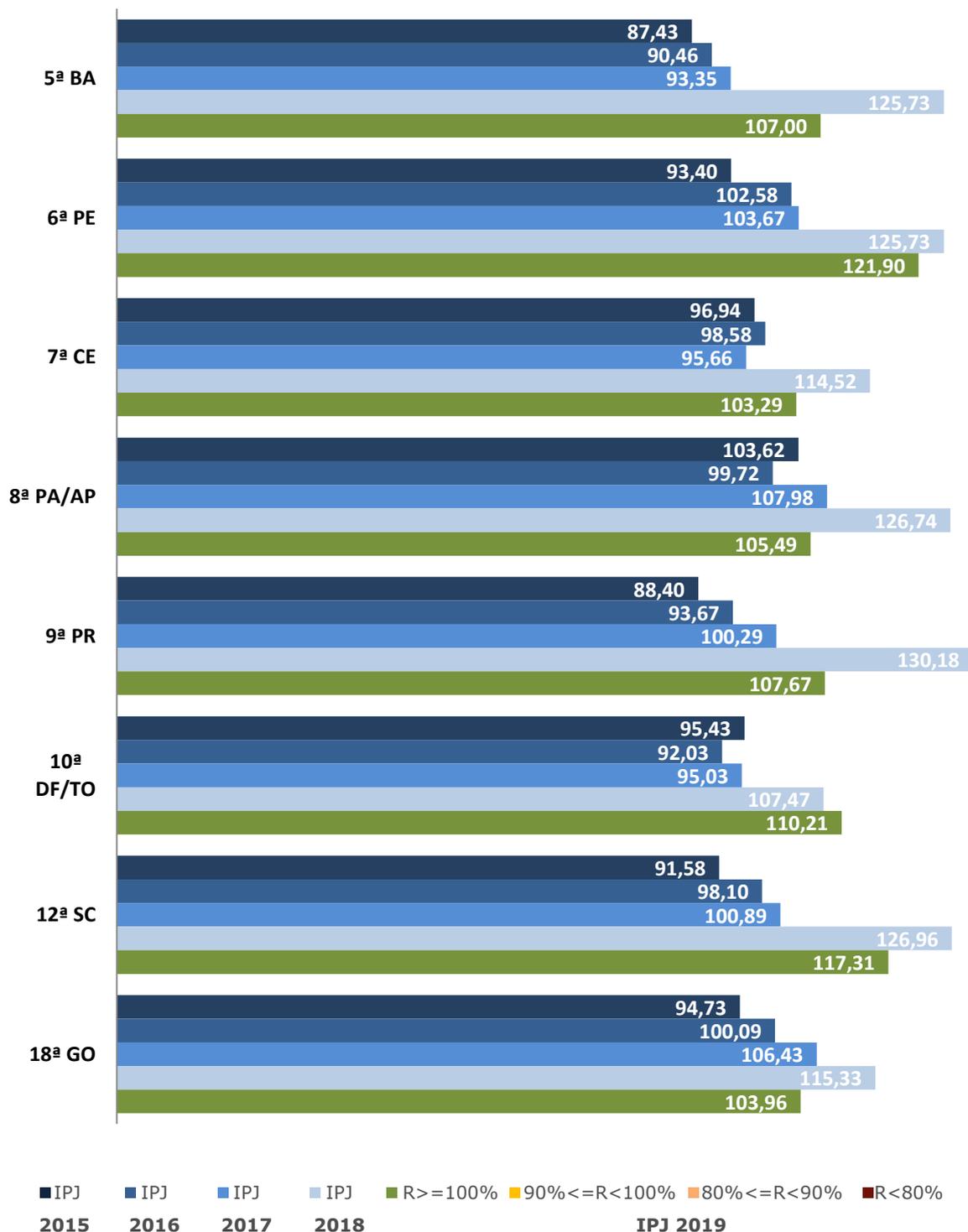
Série Histórica do IPJ por TRT - 2015 a 2019 (%)



META

Médio Porte

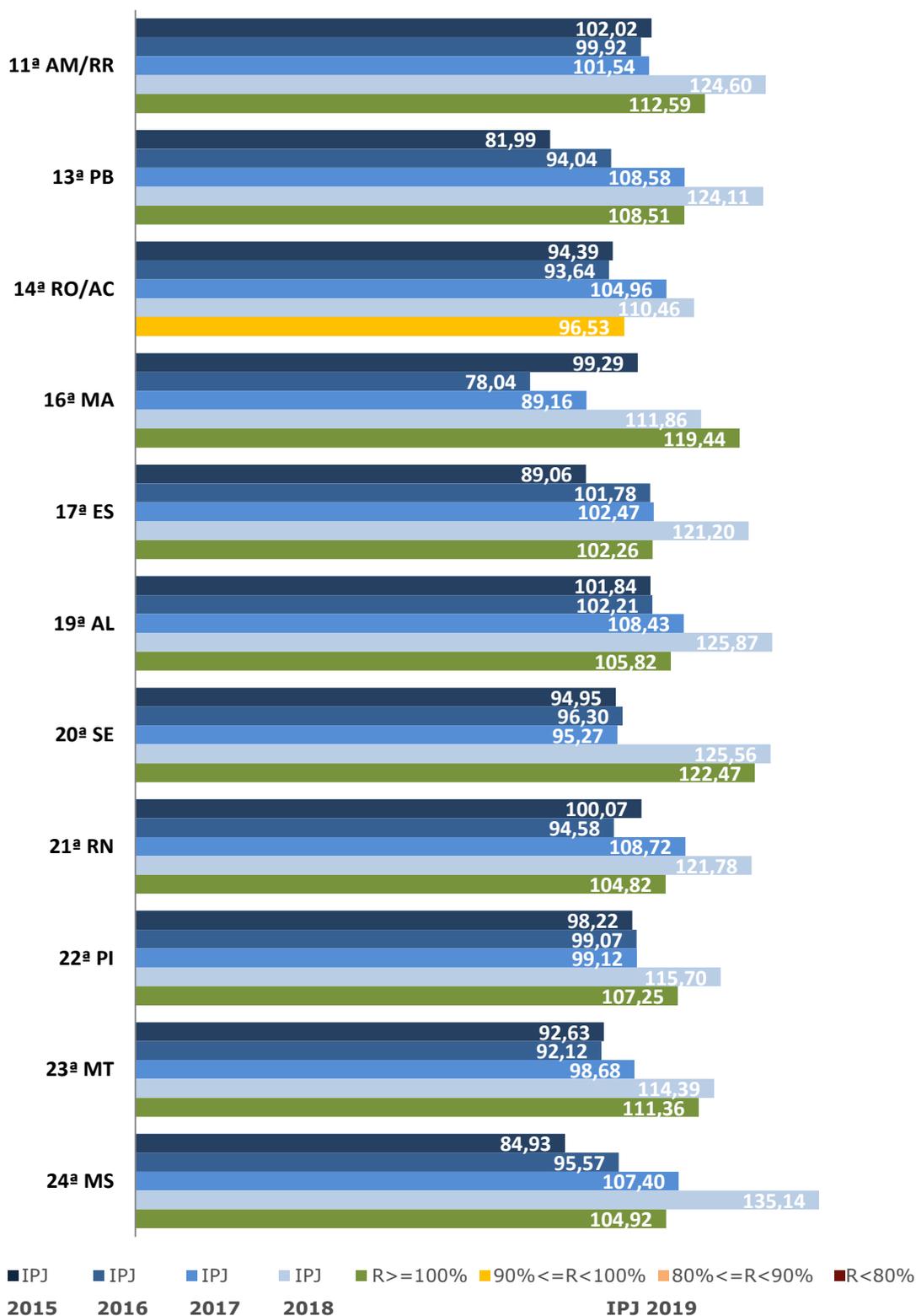
Série Histórica do IPJ por TRT – 2015 a 2019 (%)



META

Pequeno Porte

Série Histórica do IPJ por TRT – 2015 a 2019 (%)



META

Destques



TRT 20^a
Região

122,47%



Melhor
Resultado

..... DESTAQUE

Apresenta índices elevados desde 2015.
Registrou o maior número de processos
julgados do porte.

2015	2016	2017	2018	2019
102,02%	99,92%	101,54%	124,60%	112,59%



TRT 11^a
Região

META

Síntese

Em 2019, foram distribuídos 2.706.447 processos, na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, e julgados 2.959.157. Como resultado, o Índice de Processos Julgados (IPJ) foi de 109,34%, com 252.709 processos julgados além do previsto.

No grande porte, em relação à Justiça do Trabalho, foram distribuídos 58,93% do total de processos e julgados 58,84%. Nesse grupo, encontra-se o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com os maiores números de processos distribuídos e julgados, 517.451 e 482.484, respectivamente.

	Distribuídos	Julgados
Grande Porte	58,93%	58,84%
Médio Porte	27,69%	27,83%
Pequeno Porte	13,37%	13,32%

Apesar de o TRT da 14ª Região não ter atingido a Meta 1, ficou próximo ao índice esperado, com um IPJ de 96,53%. O resultado é consequência do aumento de processos distribuídos no Tribunal no quarto trimestre do ano, combinado com um baixo número de processos pendentes distribuídos em anos anteriores. Esses fatos dificultaram julgar quantidade maior de processos que a distribuída no ano corrente e ocasionaram a queda do índice.

A Meta em 2020

Para 2020, manteve-se a meta de julgar mais processos do que os distribuídos e incluiu-se cláusula de barreira considerando a taxa de congestionamento. A cláusula foi aprovada pelos Presidentes dos Tribunais Regionais, considerando a possibilidade do aumento de distribuição de processos no final do ano, diante de uma baixa pendência processual na Justiça do Trabalho.

Ocorre que a redução do tempo de tramitação processual até o primeiro julgamento e de processos pendentes vem sendo acompanhada pela Justiça do Trabalho com o intuito de imprimir celeridade à prestação jurisdicional. Desse modo, mesmo com um desempenho de julgamento positivo, caso o estoque processual seja pequeno e, ao mesmo tempo, no último trimestre, a distribuição aumente, o cumprimento da meta pode não ser possível, pois poderá

6

META

Síntese

ser necessário julgar todos os processos distribuídos no próprio ano sem que haja tempo hábil para o julgamento daqueles que entraram nos últimos três meses.

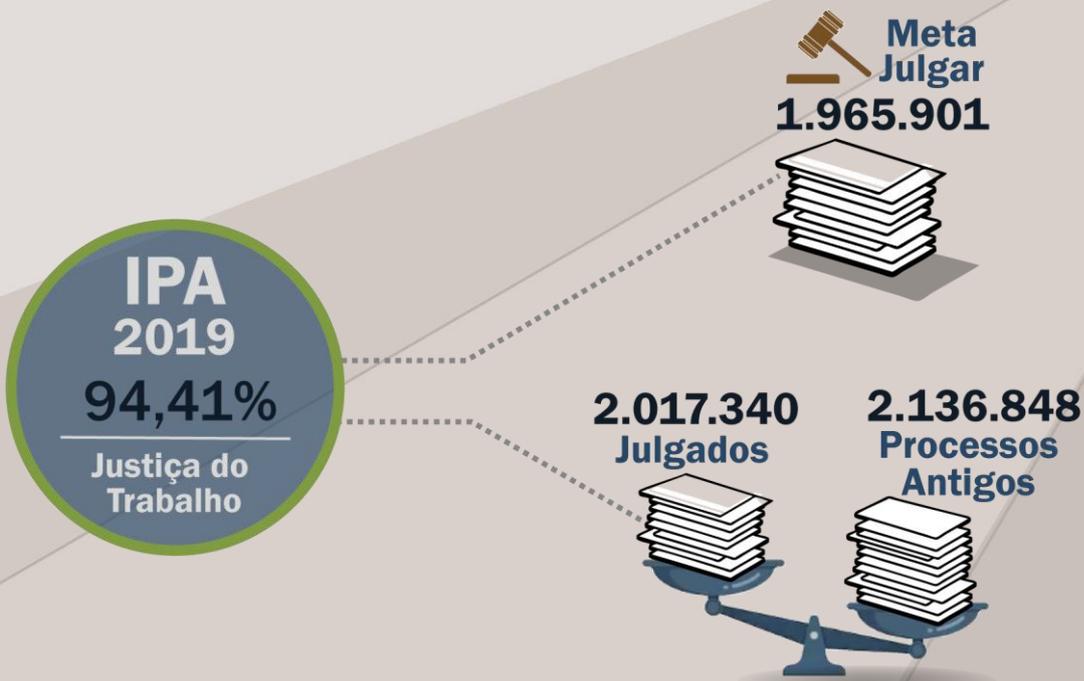
7

META

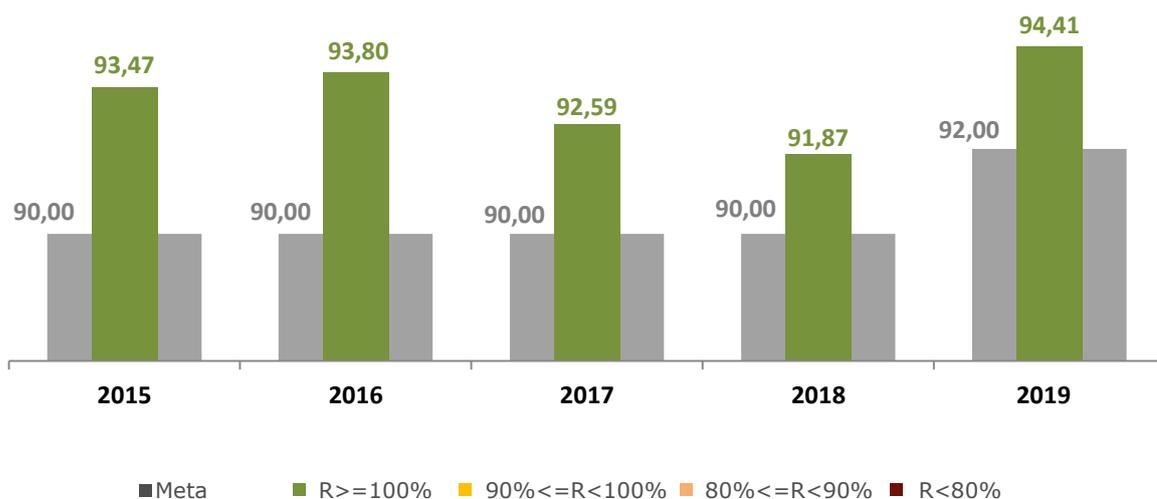
Índice de Processos Antigos (IPA)



$$\text{IPA} = \frac{\text{Processos antigos julgados}}{\text{Processos antigos distribuídos}} \times 100$$

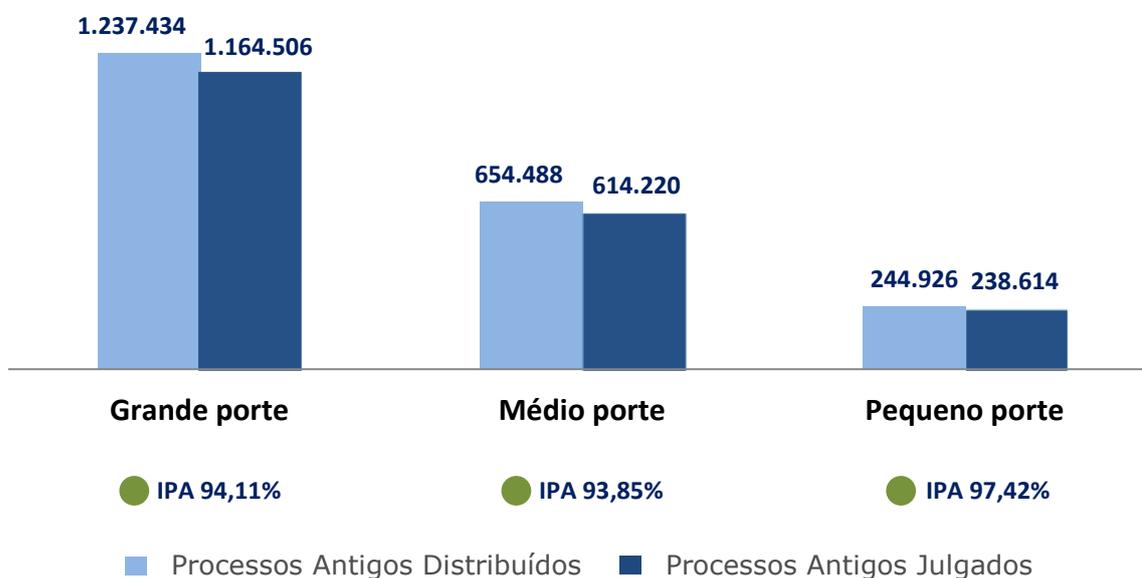


Série Histórica do IPA da Justiça do Trabalho (%)
2015 a 2019



Resultado por Porte

IPA X Processos Antigos Distribuídos X Processos Antigos Julgados - 2019



7

Índice de Processos Antigos (IPA)

META

Cumprimento da meta 7 da Justiça do Trabalho por região geográfica



● $R \geq 100\%$ ● $90\% \leq R < 100\%$ ● $80\% \leq R < 90\%$ ● $R < 80\%$

Nota: sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

META

Resultados dos TRTs por Porte

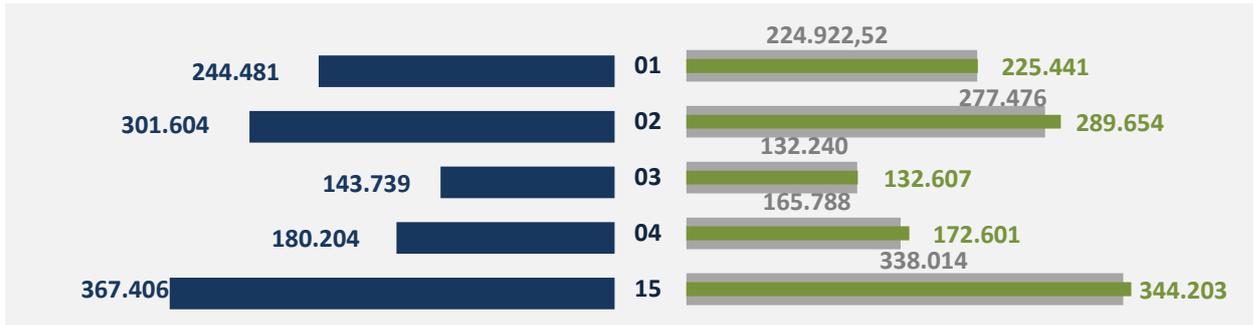


Processos Antigos

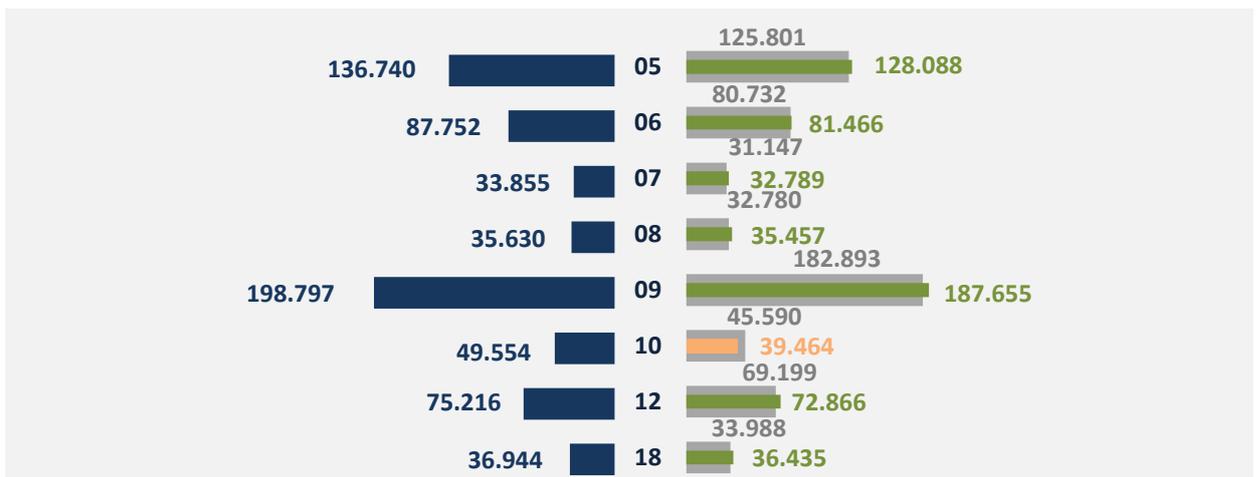
Julgados



Grande Porte



Médio Porte

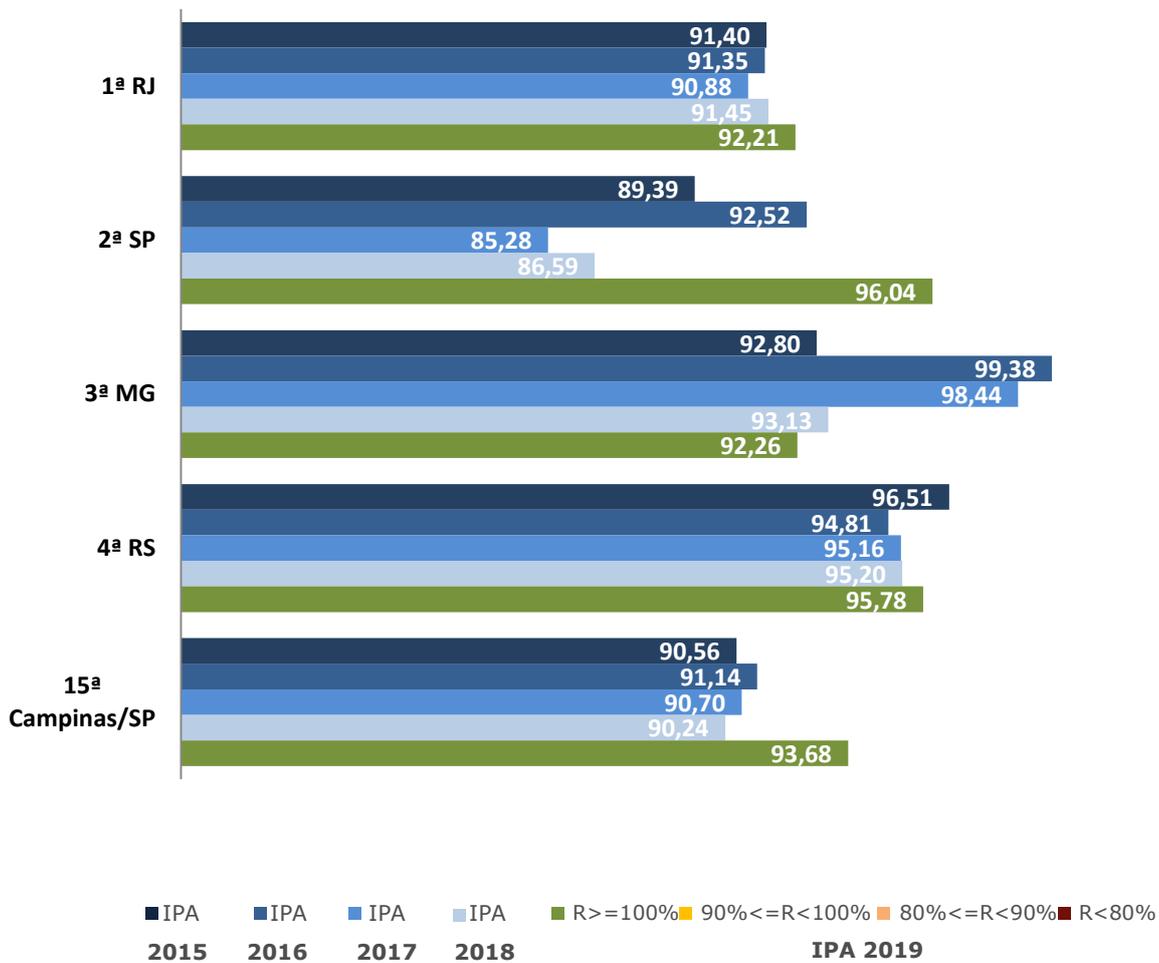


Pequeno Porte

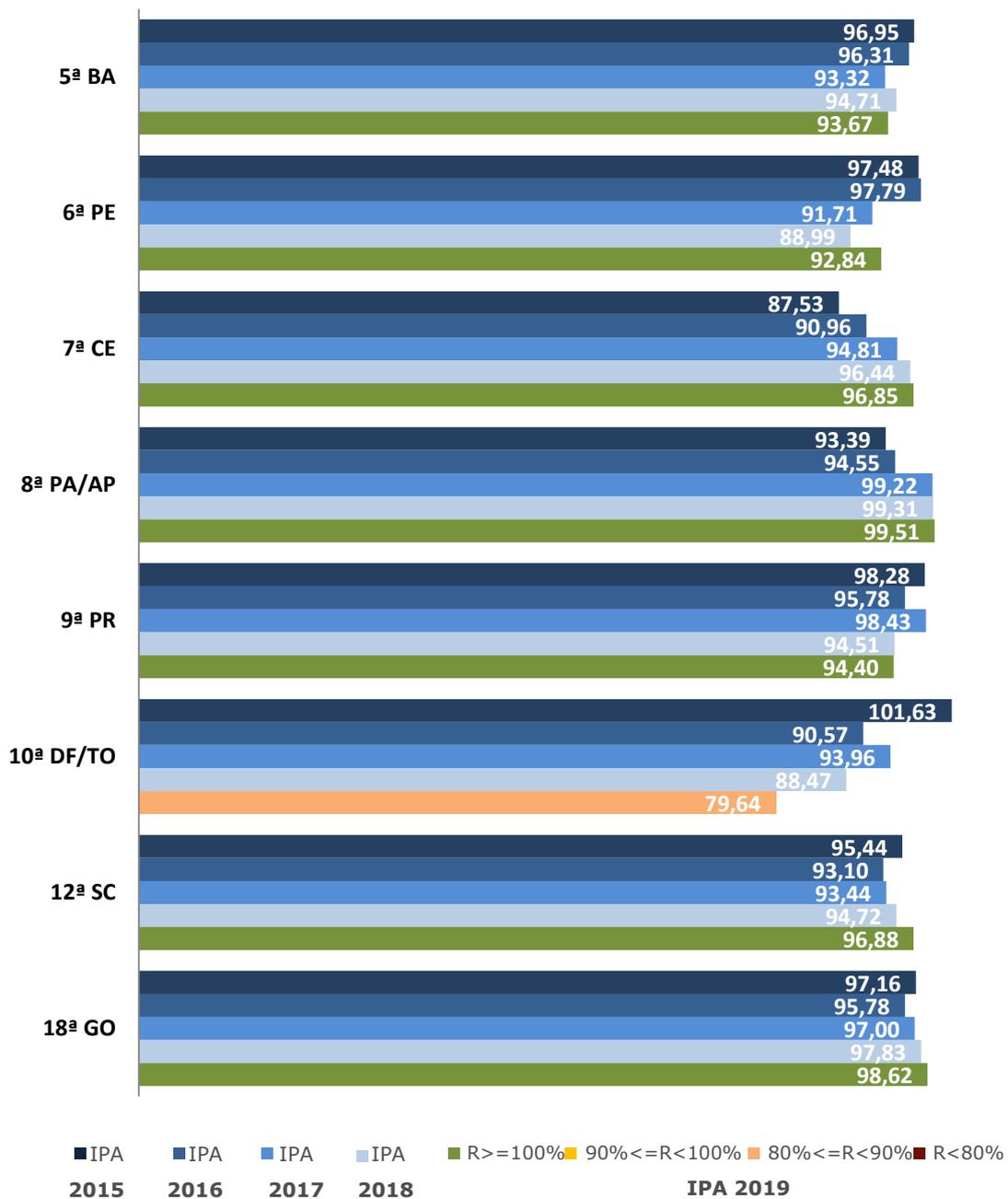


- Meta de Julgados
- Julgados
- R >= 100%
- 90% <= R < 100%
- 80% <= R < 90%
- R < 80%
- Processos Antigos

Série Histórica do IPA por TRT – 2015 a 2019 (%)



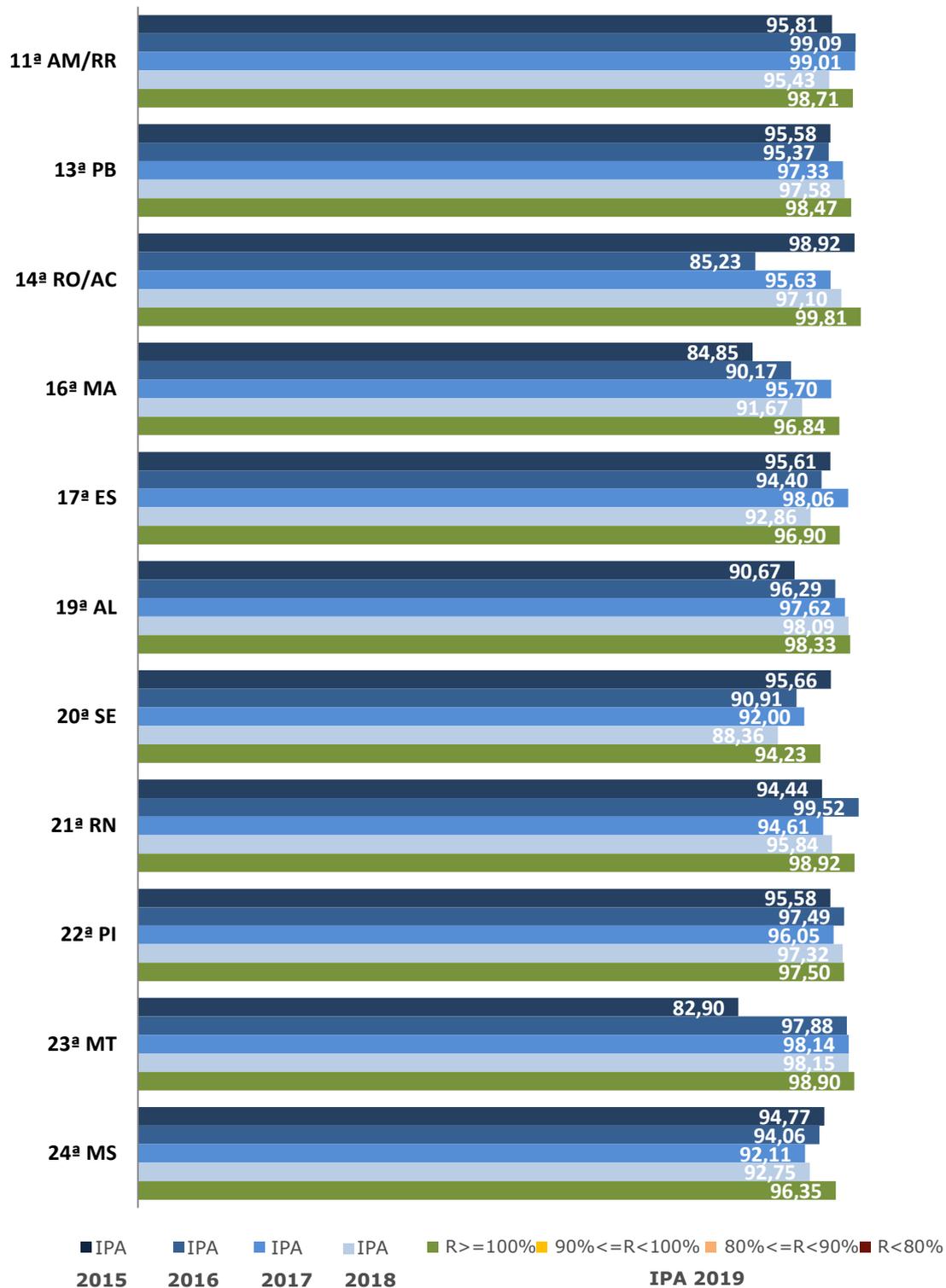
Série Histórica do IPA por TRT – 2015 a 2019 (%)



META

Pequeno Porte

Série Histórica do IPA por TRT – 2015 a 2019 (%)



TRT 14^a
Região
99,81%

Melhor
Resultado



DESTAQUE

Mantém altos percentuais no IPA.
Vem aumentando seu índice desde 2016.

2015	2016	2017	2018	2019
97.16%	95.78%	97.00%	97.83%	98.62%

META

Síntese

O Índice de Processos Antigos da Justiça do Trabalho, em 2019, foi de 94,41%. O maior percentual observado desde o início do plano. Esse resultado se deve ao julgamento de 2.017.340 processos, frente à 2.136.848 presentes no acervo de processos distribuídos até 31/12/2017.

O maior índice se deu no pequeno porte, que contabilizou 244.926 processos distribuídos, dos quais foram julgados 238.614. Esses números representam 11,46% e 11,83%, nesta ordem, do total da Justiça do Trabalho.

	Processos Antigos	Julgados
Grande Porte	57,91%	57,72%
Médio Porte	30,63%	30,45%
Pequeno Porte	11,46%	11,83%

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região alcançou o maior índice na meta (99,81%). Julgou 7.791 processos antigos, quase a totalidade do universo da meta, do qual restaram apenas 15 processos. O TRT da 10ª Região, por outro lado, foi o único TRT a não cumprir a meta 7, pois julgou 80% (39.464) dos processos antigos distribuídos (49.554), quando o percentual previsto era de 92% (45.590).

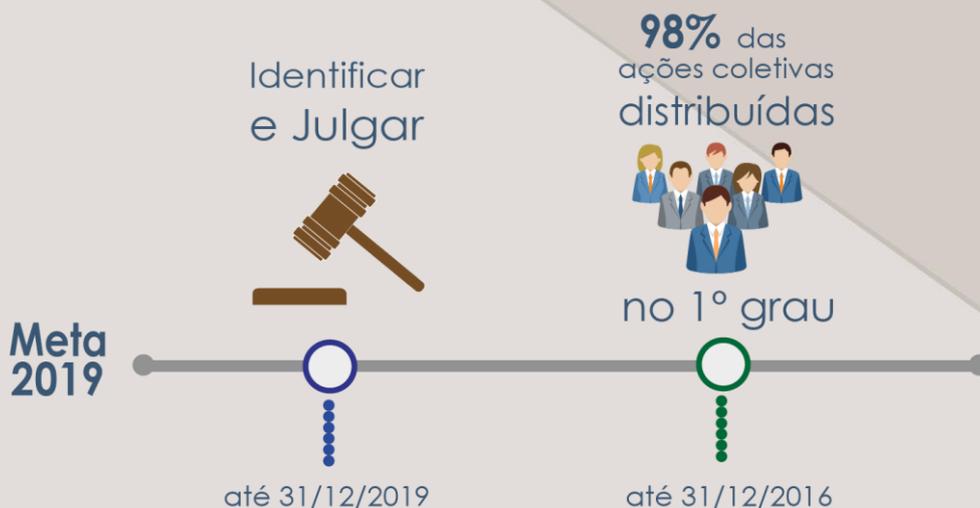
Destaca-se que, em 2019, a maioria dos Tribunais Regionais do Trabalho alcançaram seus melhores índices.

A Meta em 2020

Diante do desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho, para 2020, manteve-se a meta de identificar e julgar 92% dos processos distribuídos, passando-se o período base para 2018.

8 META

Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 1º Grau

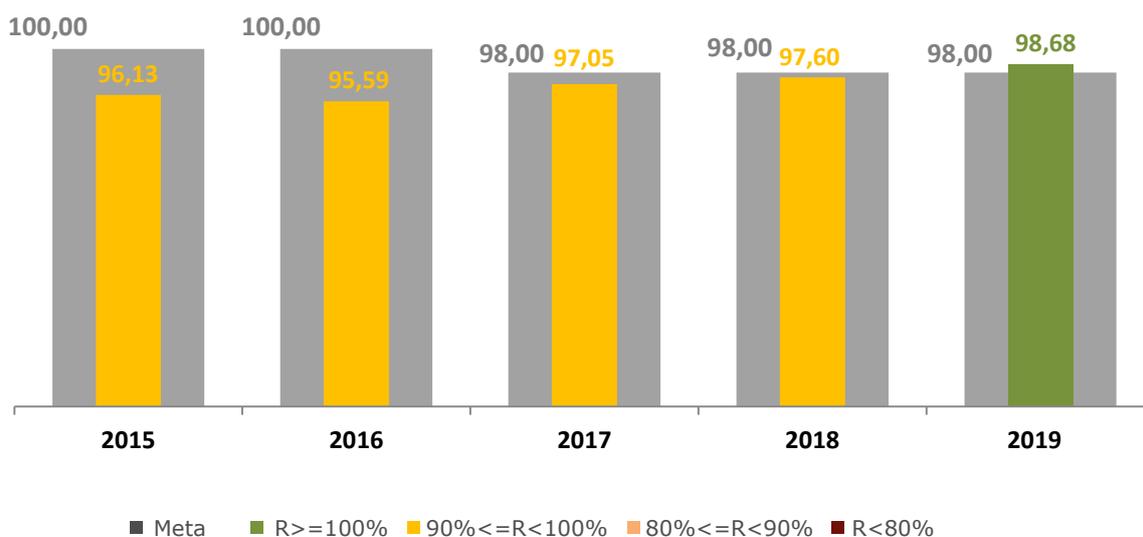


$$\text{IACJ} = \frac{\text{Ações coletivas julgadas}}{\text{Ações coletivas distribuídas}} \times 100$$



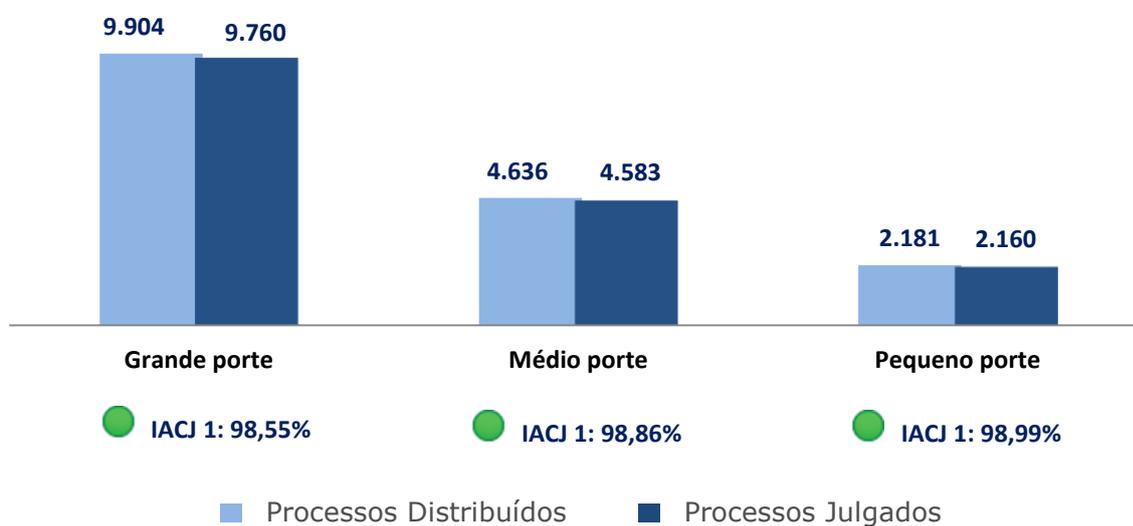


Série Histórica do IACJ – 1º grau da Justiça do Trabalho (%)
2015 a 2019

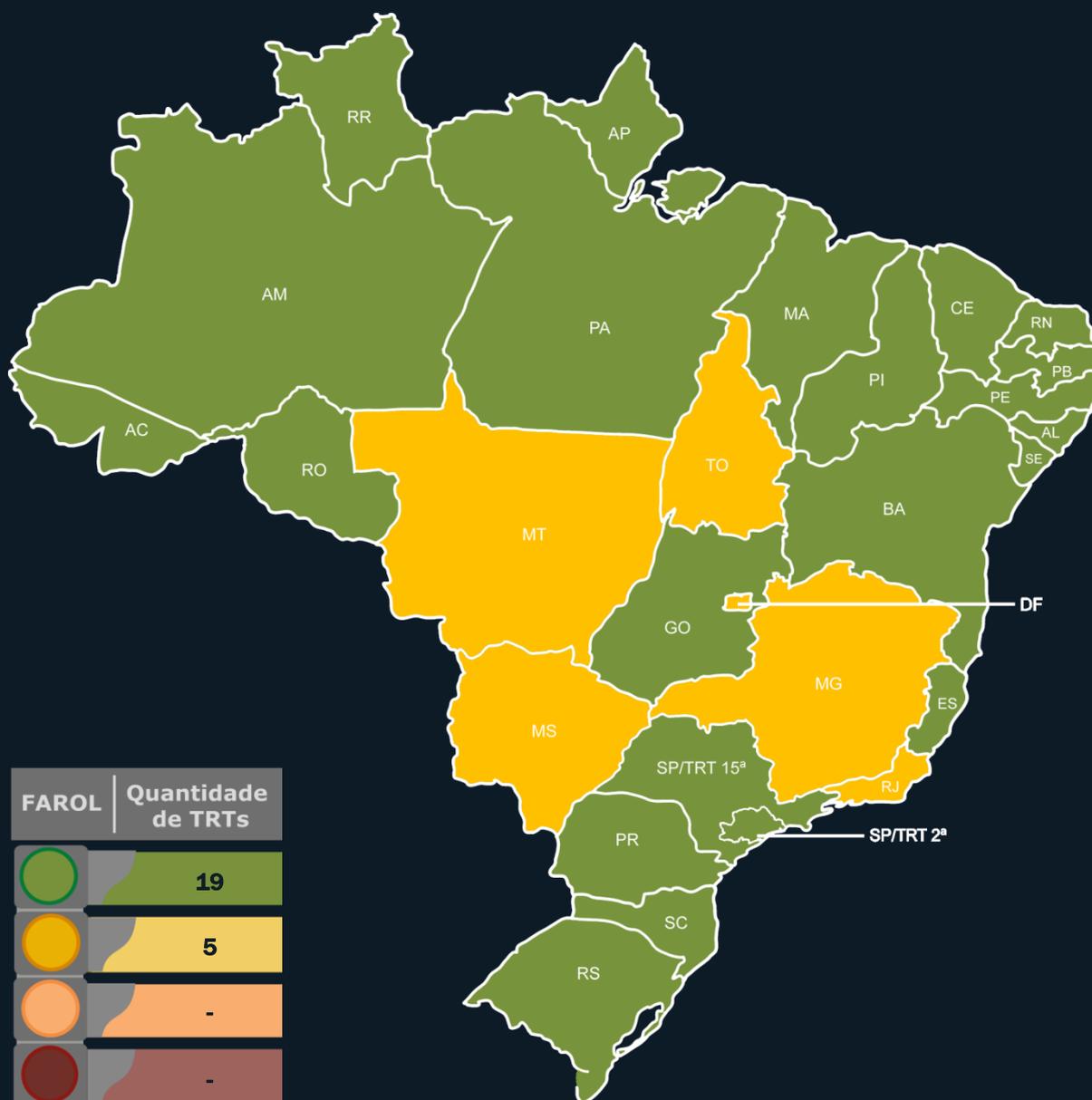


Resultado por Porte

IACJ – 1º grau X Ações Coletivas Distribuídas X Ações Coletivas Julgadas - 2019



Cumprimento da meta 8 do 1º grau de jurisdição da Justiça do Trabalho por região geográfica



● $R \geq 100\%$
● $90\% \leq R < 100\%$
● $80\% \leq R < 90\%$
● $R < 80\%$

Nota: sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

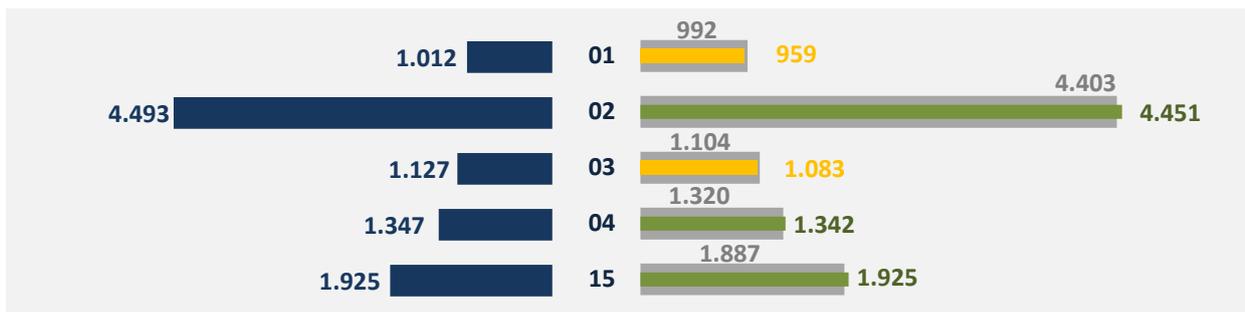
META

Resultados dos TRTs por Porte

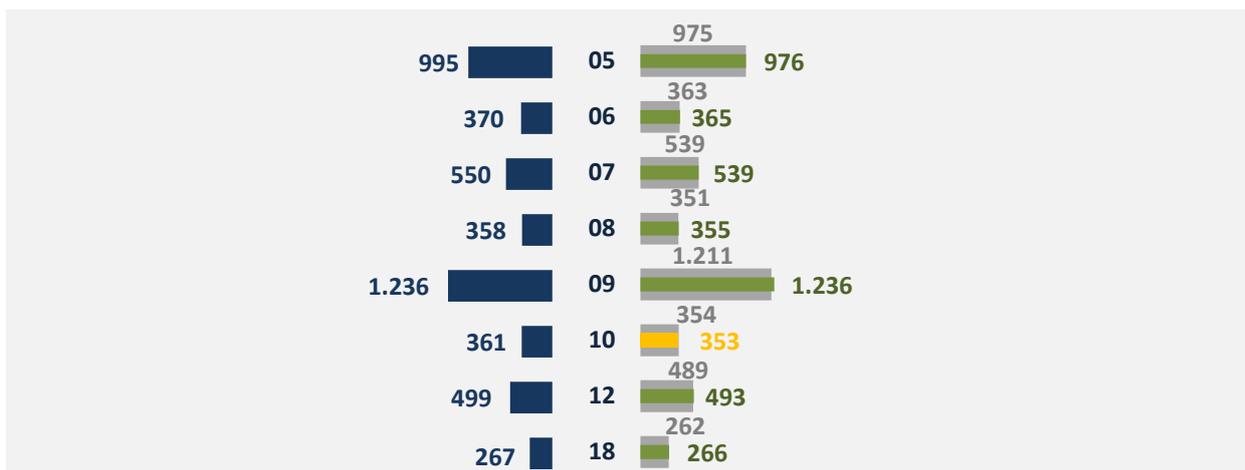
Distribuídas

Julgadas

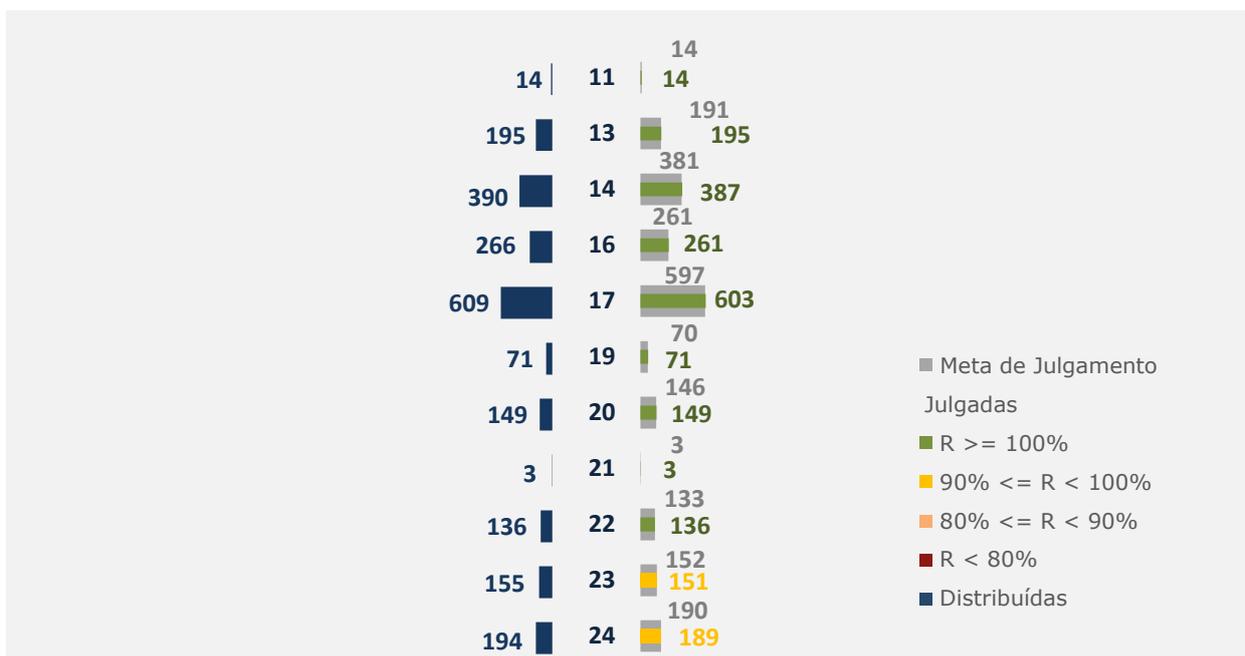
Grande Porte



Médio Porte

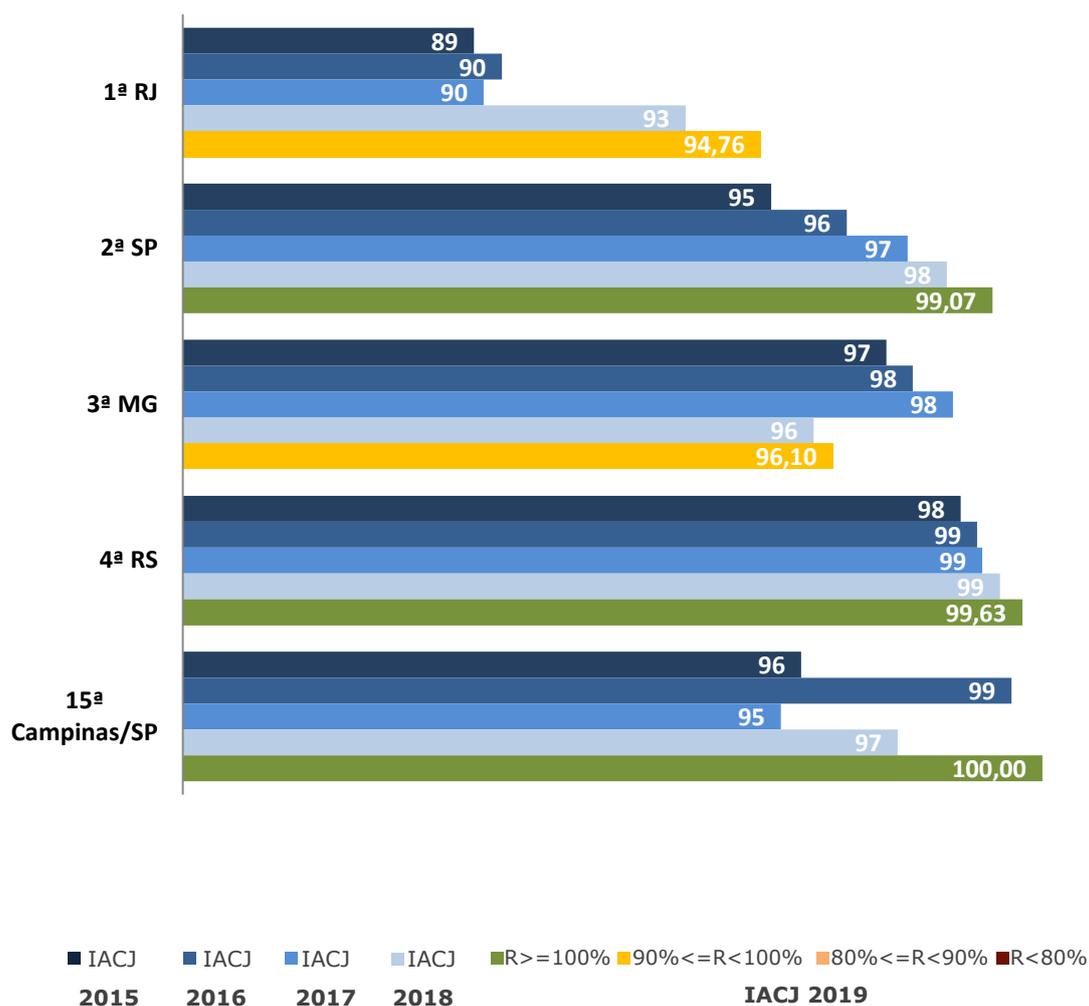


Pequeno Porte

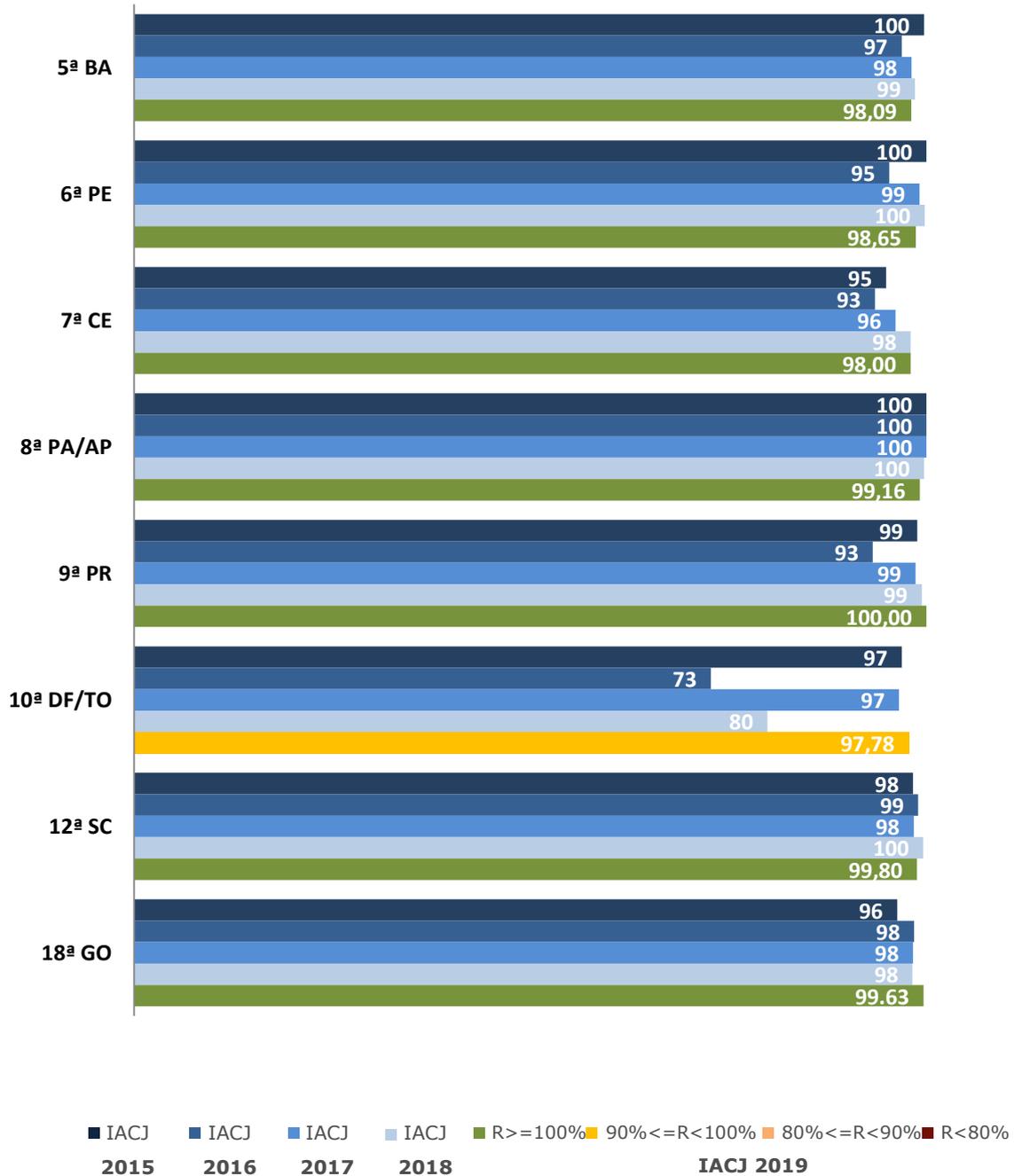


■ Meta de Julgamento
 ■ Julgadas
 ■ R >= 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ 80% <= R < 90%
 ■ R < 80%
 ■ Distribuídas

Série Histórica do IACJ – 1º grau por TRT – 2015 a 2019 (%)

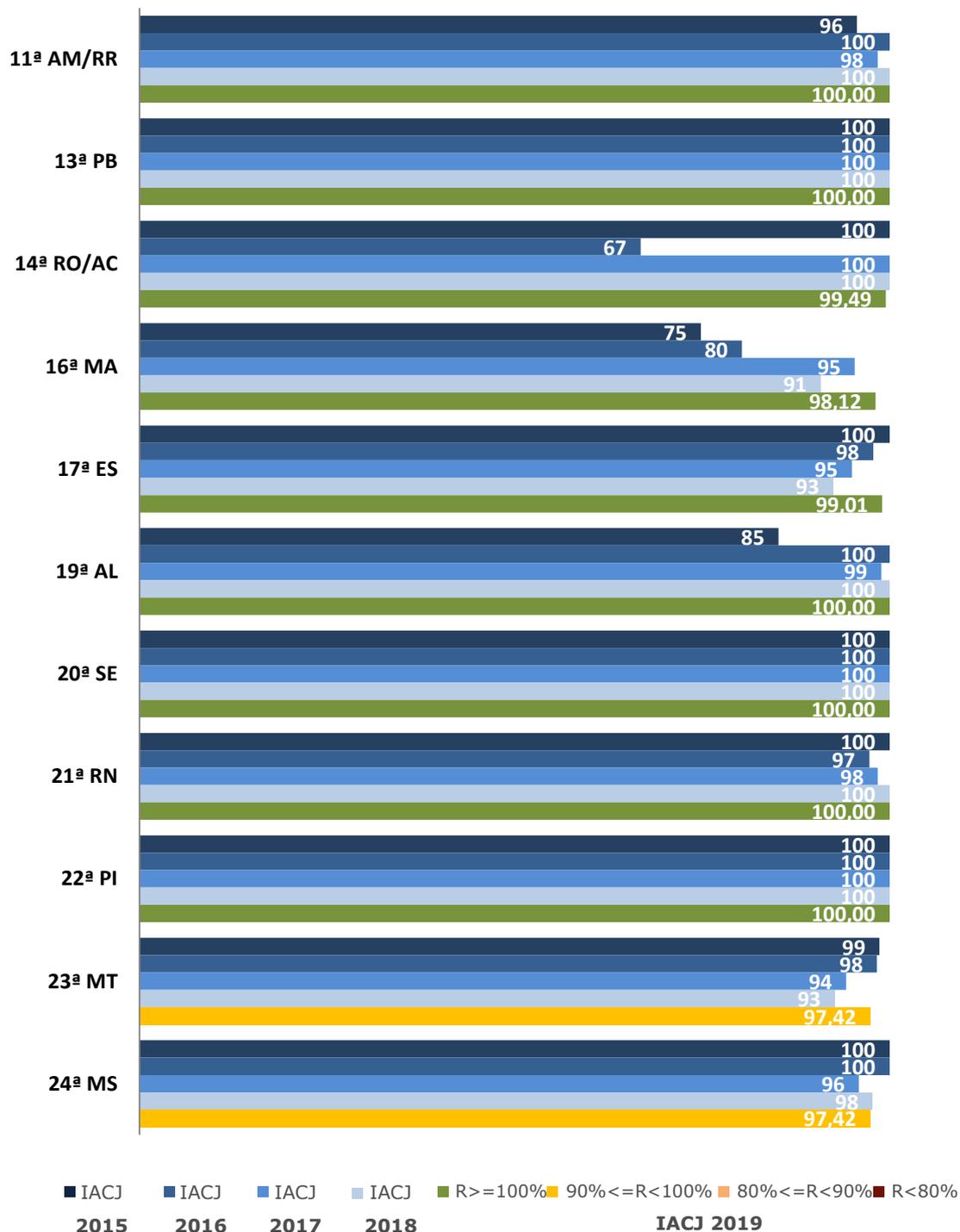


Série Histórica do IACJ – 1º grau por TRT – 2015 a 2019 (%)





Série Histórica do IACJ – 1º grau por TRT – 2015 a 2019 (%)





8 TRTs
100%

Melhor Resultado

TRTs da 9ª, 11ª, 13ª, 15ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Regiões

DESTAQUE

Dentre os TRTs com desempenho de 100%, informou o acompanhamento do julgamento das ações coletivas e manteve os gestores informados sobre os resultados, com o objetivo de garantir o alcance da meta.

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%



TRT 20ª
Região



META

Síntese

A meta 8 equivale à Meta Nacional 6 para 2019, aprovada no 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário, e consiste em identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, o IACJ – 1º grau da Justiça do Trabalho foi de 98,68%, o maior índice obtido durante a execução do Plano Estratégico e a primeira vez em que se alcançou e superou a meta. Foram julgadas 16.502 ações além do esperado para a meta (16.387).

No total, foram contabilizadas 16.721 ações coletivas distribuídas, pendentes de julgamento desde 2016. Dessas, 9.904 foram distribuídas ao Grande Porte, 4.636 aos Tribunais de Médio Porte e 2.181, aos do Pequeno Porte.

Observando o comportamento dos portes, verificam-se índices semelhantes. O pequeno porte tem o maior resultado entre eles na relação distribuídos/julgados (98,99%), seguido pelo médio (98,86%) e grande porte (98,55%).

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região teve o maior número de ações coletivas distribuídas (4.493) e julgou o maior número também (4.451). O TRT da 21ª Região, por outro lado, apresentou o menor número de ações coletivas distribuídas até 2016, pendentes de julgamento (3), tendo julgado a sua totalidade.

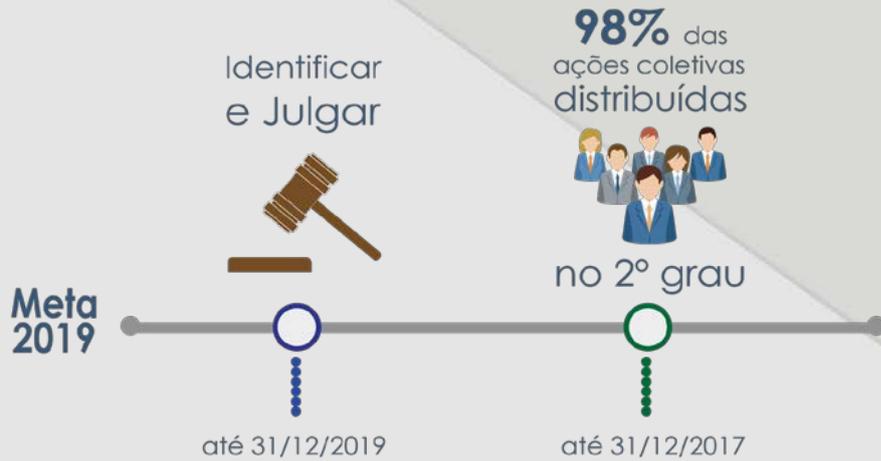
A Meta em 2020

Para 2020, manteve-se a meta de identificar e julgar, no 1º grau, 98% das ações coletivas pendentes de julgamento, com o acréscimo de um ano em relação ao período de 2016, mantendo-se o padrão dos anos anteriores.

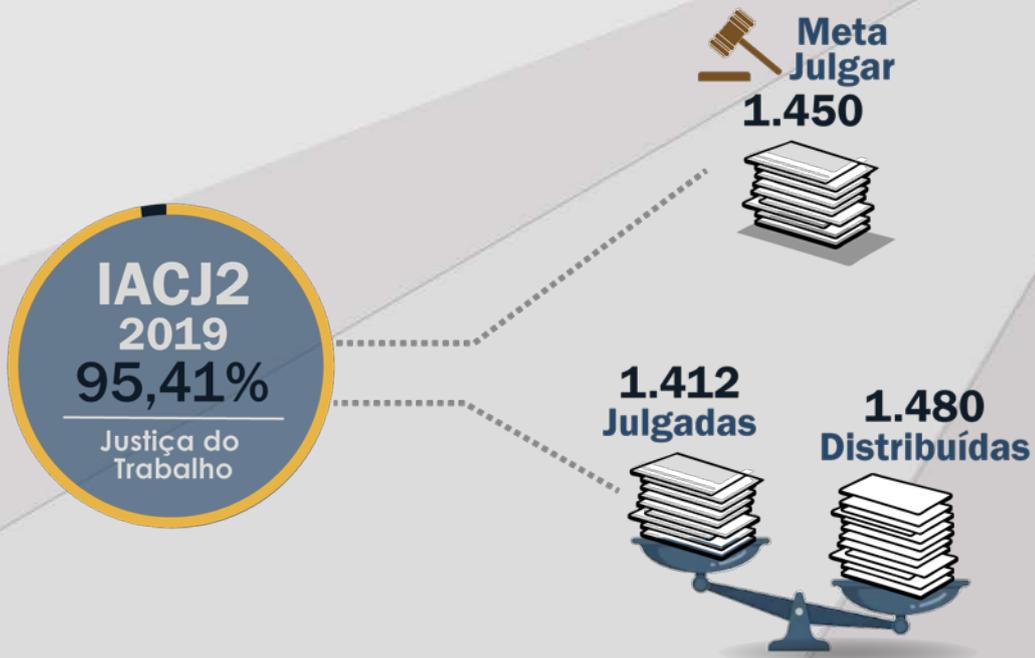
8

META

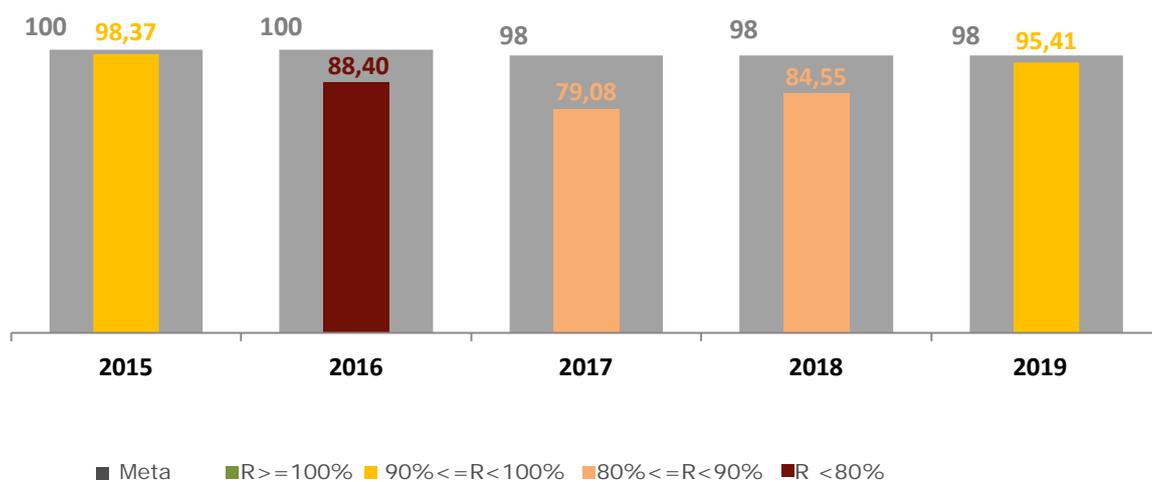
Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 2º Grau



$$\text{IACJ} = \frac{\text{Ações coletivas julgadas}}{\text{Ações coletivas distribuídas}} \times 100$$

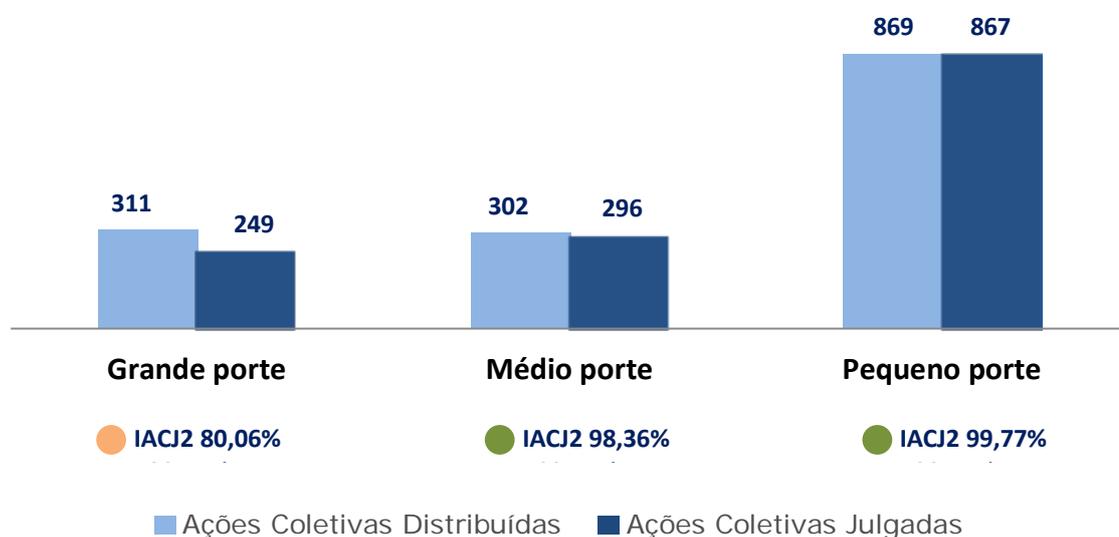


Série Histórica do IACJ – 2º grau da Justiça do Trabalho (%)
2015 a 2019



Resultado por Porte

IACJ – 2º grau X Ações Coletivas Distribuídas X Ações Coletivas Julgadas - 2019

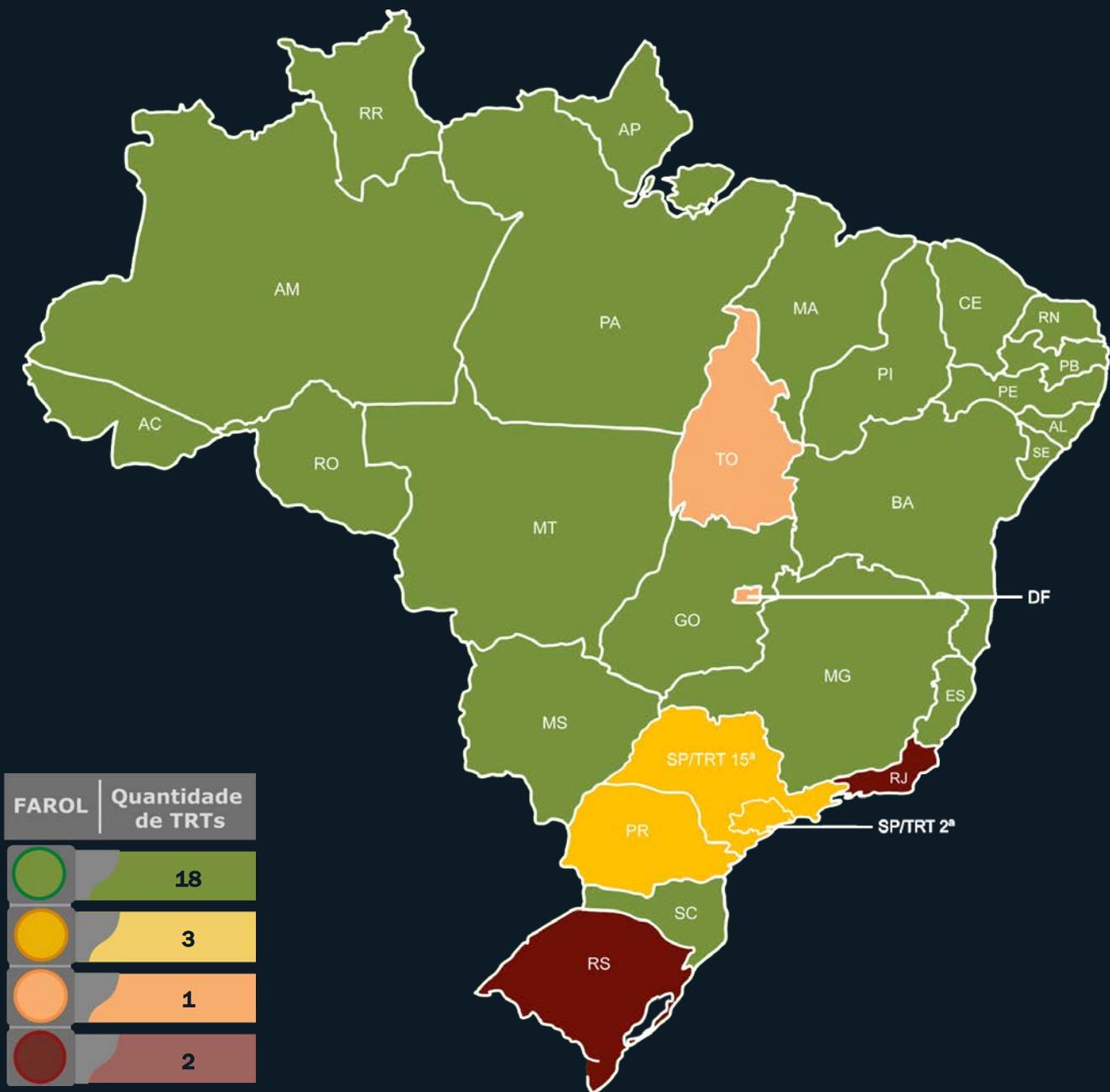


8

META

Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 2º Grau

Cumprimento da meta 8 do 2º grau de jurisdição da Justiça do Trabalho por região geográfica



● $R \geq 100\%$ ● $90\% \leq R < 100\%$ ● $80\% \leq R < 90\%$ ● $R < 80\%$

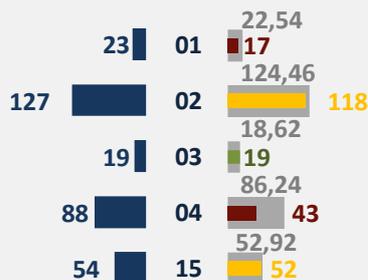
META

Resultados dos TRTs por Porte

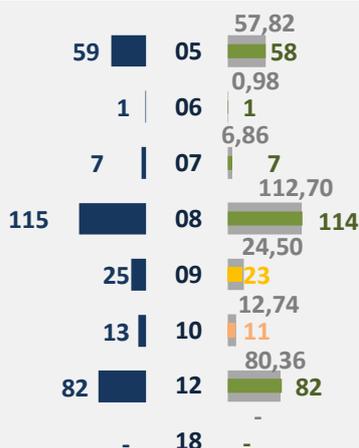
Distribuídas

Julgadas

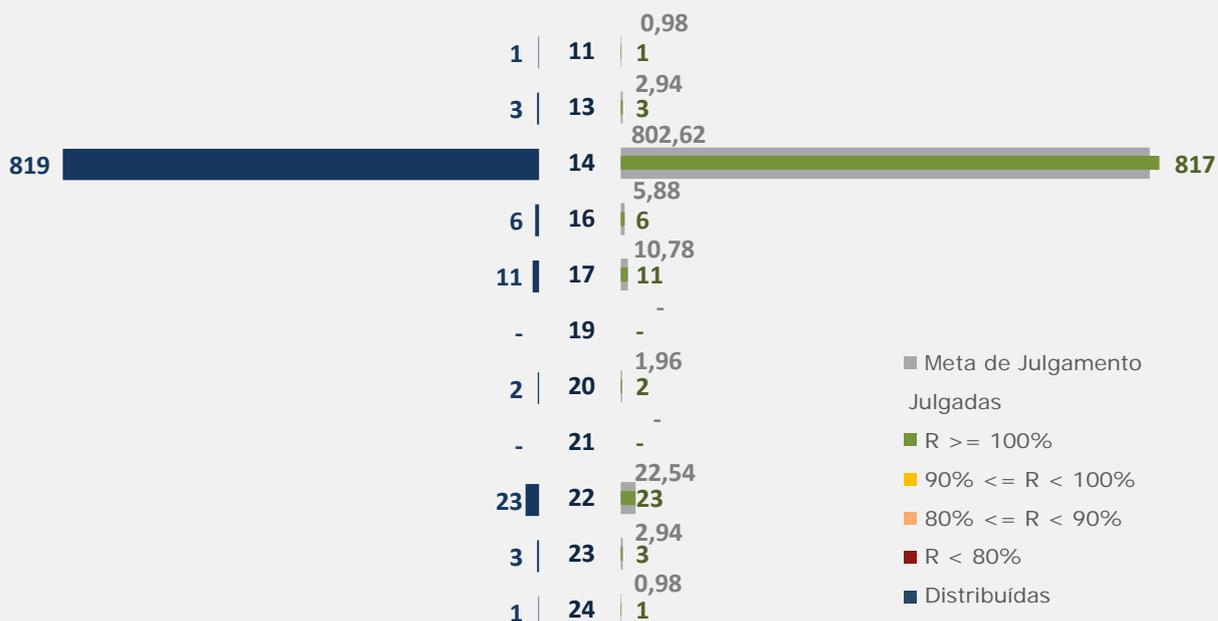
Grande Porte



Médio Porte

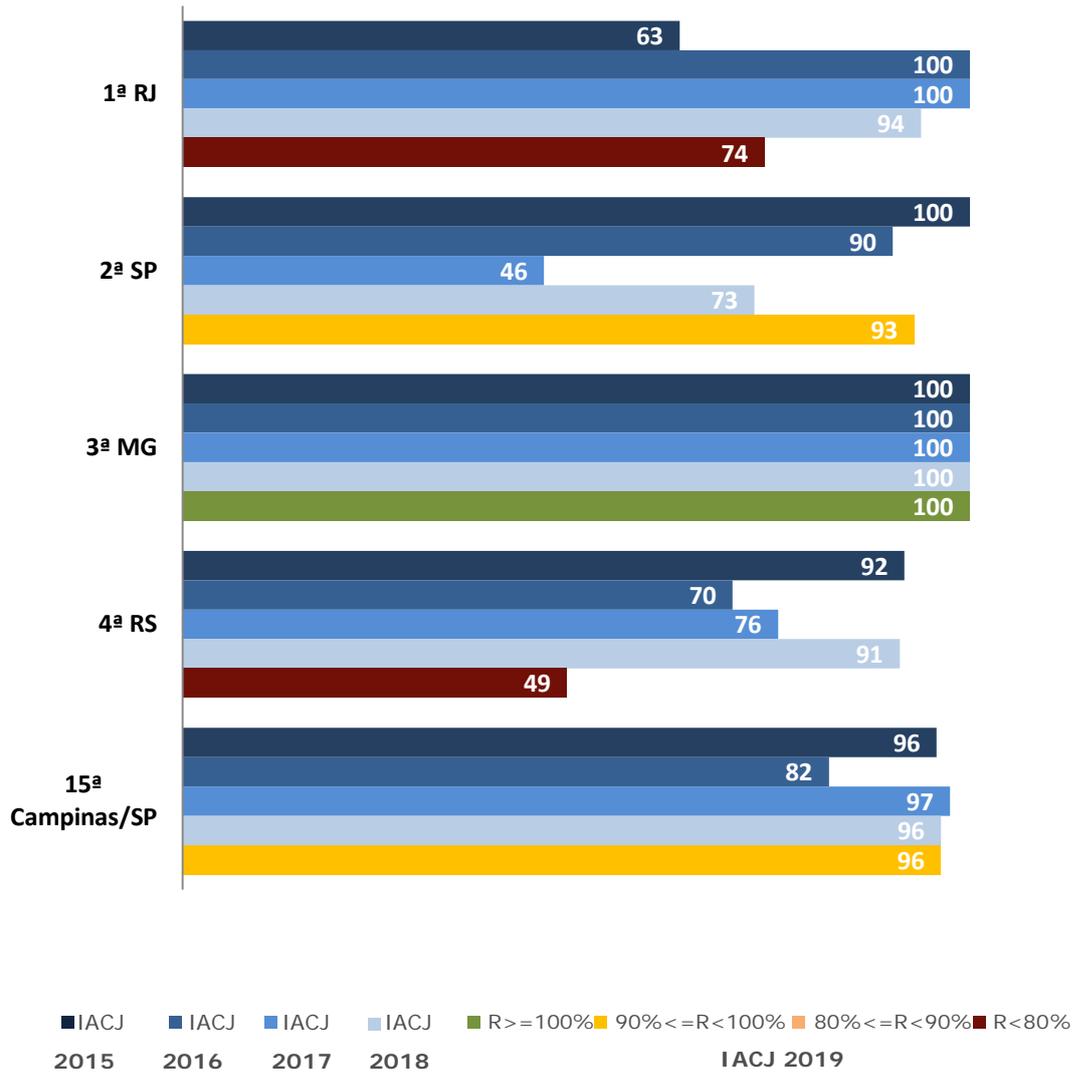


Pequeno Porte

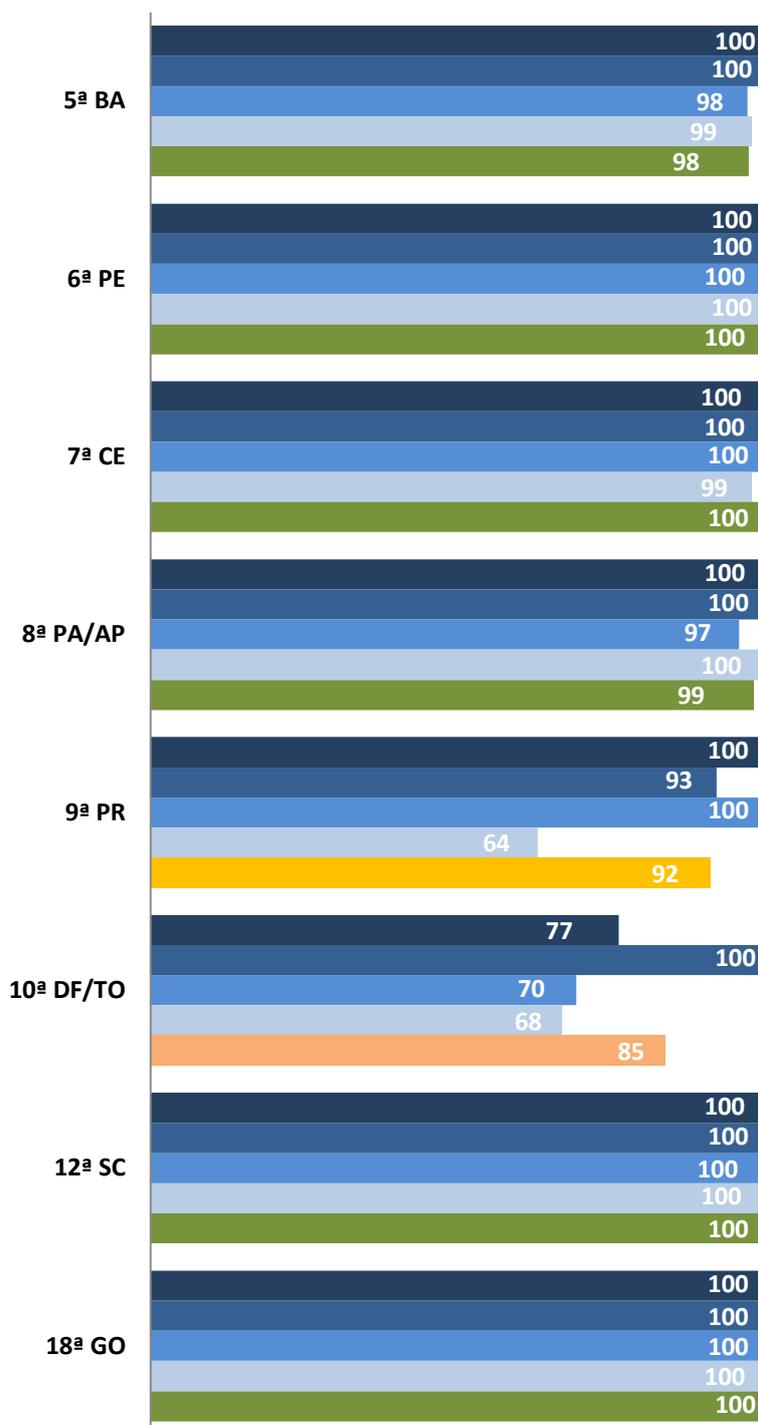


■ Meta de Julgamento
 ■ Julgadas
 ■ R >= 100%
 ■ 90% <= R < 100%
 ■ 80% <= R < 90%
 ■ R < 80%
 ■ Distribuídas

Série Histórica do IACJ – 2º grau por TRT - 2015 a 2019 (%)

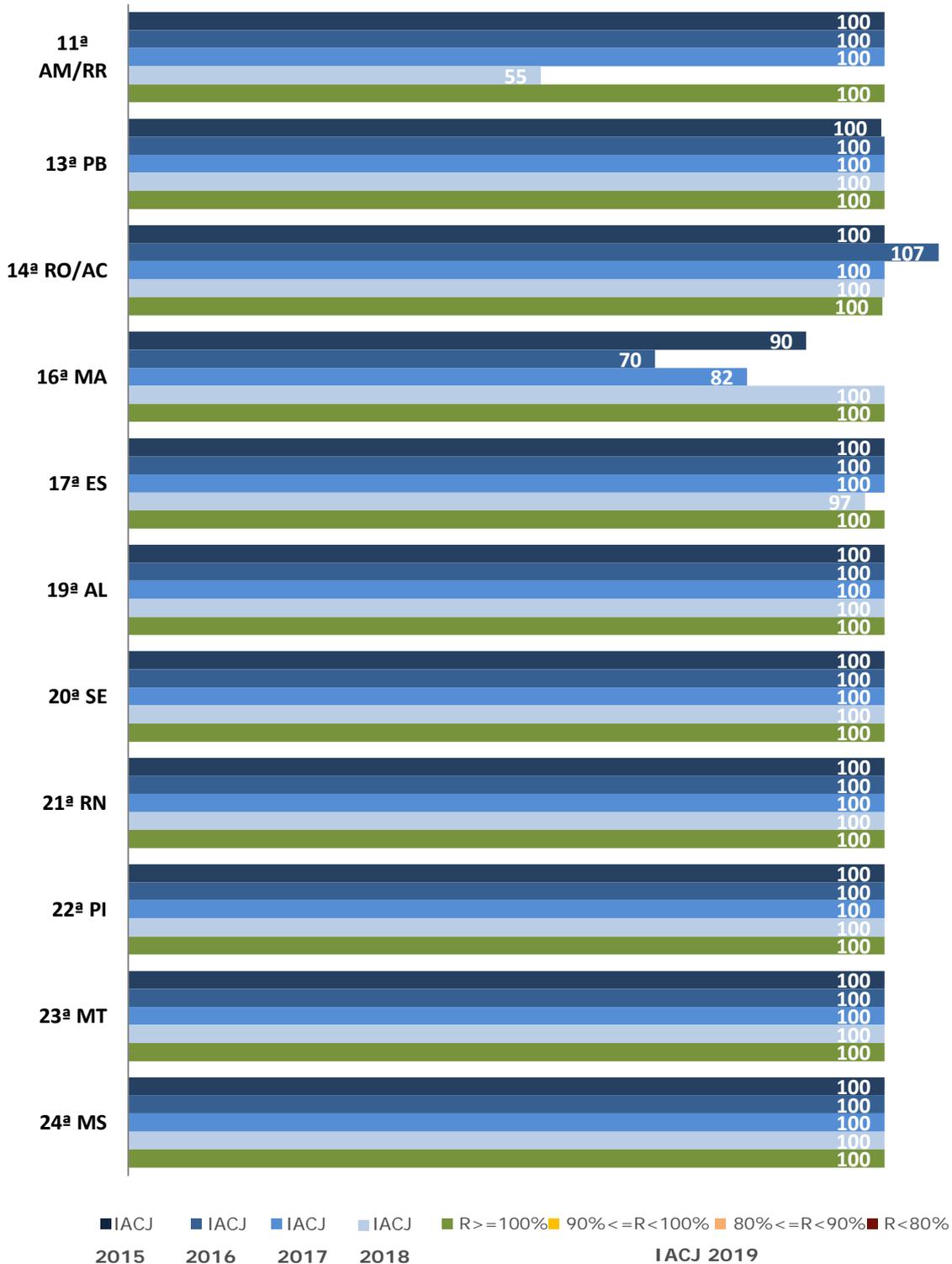


Série Histórica do IACJ – 2º grau por TRT - 2015 a 2019 (%)



IACJ 2015
 IACJ 2016
 IACJ 2017
 IACJ 2018
 R >= 100%
 90% <= R < 100%
 80% <= R < 90%
 R < 80%

Série Histórica do IACJ – 2º grau por TRT - 2015 a 2019 (%)





16 TRTs
100%

Melhor Resultado

TRTs da 3ª, 6ª, 7ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Regiões

.....DESTAQUE.....

Teve o terceiro maior número de ações coletivas julgadas no 2º grau.
Em 2019, deixou apenas uma ação coletiva sem julgamento e obteve bons índices nos anos anteriores.

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	97%	100%	99%



**TRT 8ª
Região**

A meta 8 equivale à Meta Nacional 6 para 2019, aprovada no 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Consiste em Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau.

A Justiça do Trabalho, em 2019, obteve o segundo maior percentual no Índice de Ações Coletivas Julgadas do 2º grau. No total, foram distribuídas 1.480 ações coletivas de 2º grau e julgadas 1.412, com cumprimento de 95,41%. O pequeno porte foi o que mais julgou ações coletivas, dentro dos critérios da meta, no segundo grau em termos numéricos, com 867 ações, seguido pelo médio porte, com 362 ações e o grande porte, com 249 ações.

Quinze Tribunais Regionais julgaram todo o acervo das ações coletivas que se enquadravam nos critérios da meta. Três ficaram na faixa amarela de cumprimento da meta, um na laranja e dois na vermelha.

A Meta em 2020

Para 2020, manteve-se a meta de identificar e julgar, no 2º grau, 98% das ações coletivas pendentes de julgamento, com o acréscimo de um ano em relação ao período de 2017, em conformidade com o padrão dos anos anteriores.

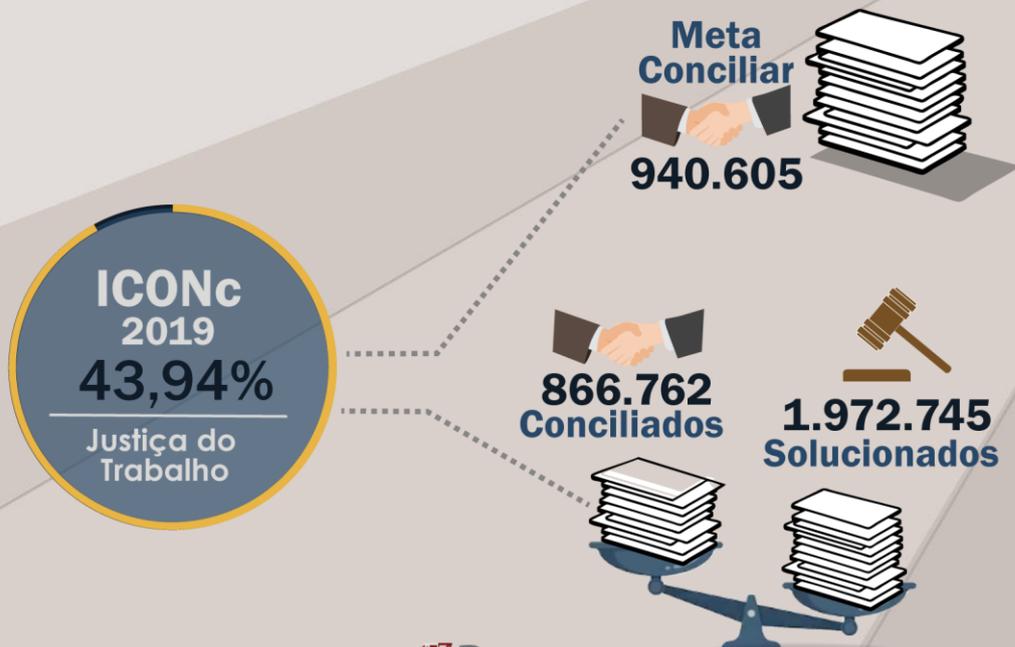
9 META

Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)

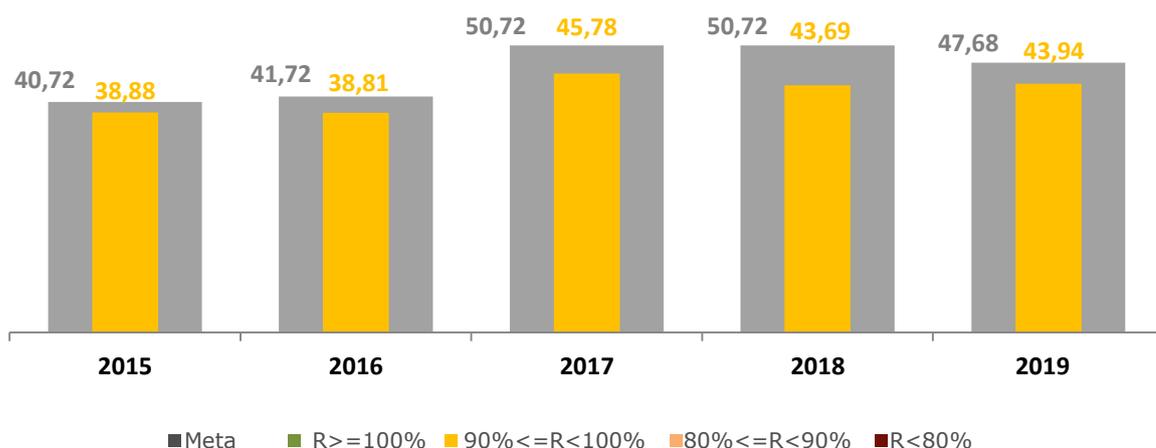


Observação: índice com valor igual ou superior a 45%, a meta será considerada cumprida.

$$\text{ICONc} = \frac{\text{Conciliações}}{\text{Solucionados}} \times 100$$

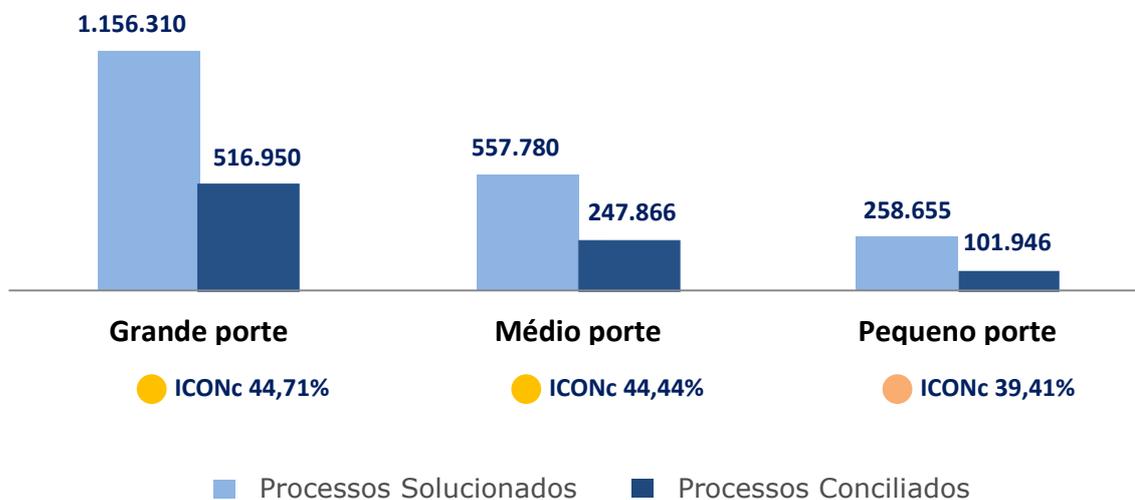


Série Histórica do ICONc da Justiça do Trabalho (%)
2015 a 2019



Resultado por Porte

Processos solucionados X Processos Conciliados – 2019



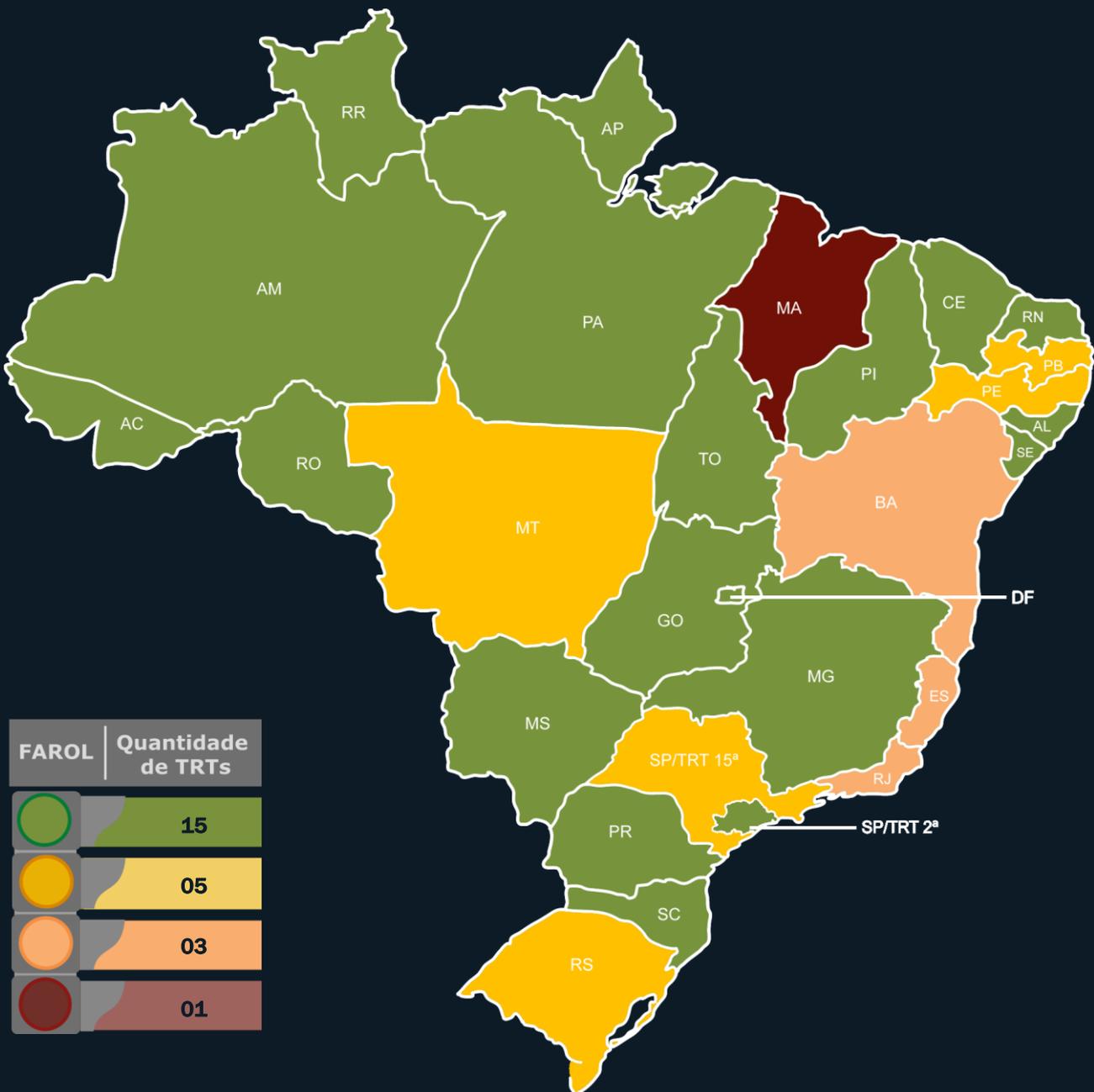
Nota: os faróis dos portes foram calculados a partir da cláusula de barreira (45%).

9

Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)

META

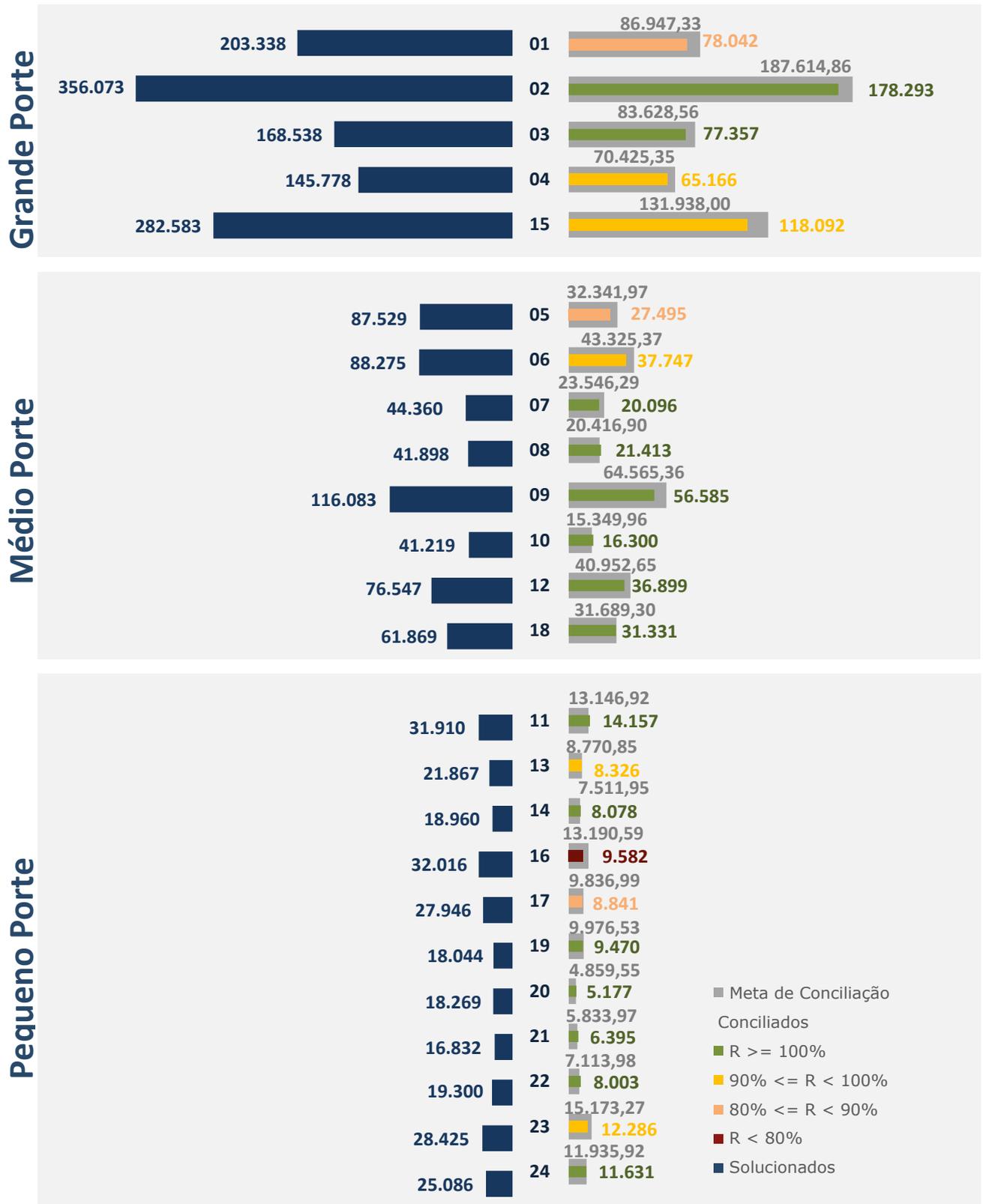
Cumprimento da meta 9 do 1º grau de jurisdição da Justiça do Trabalho por região geográfica



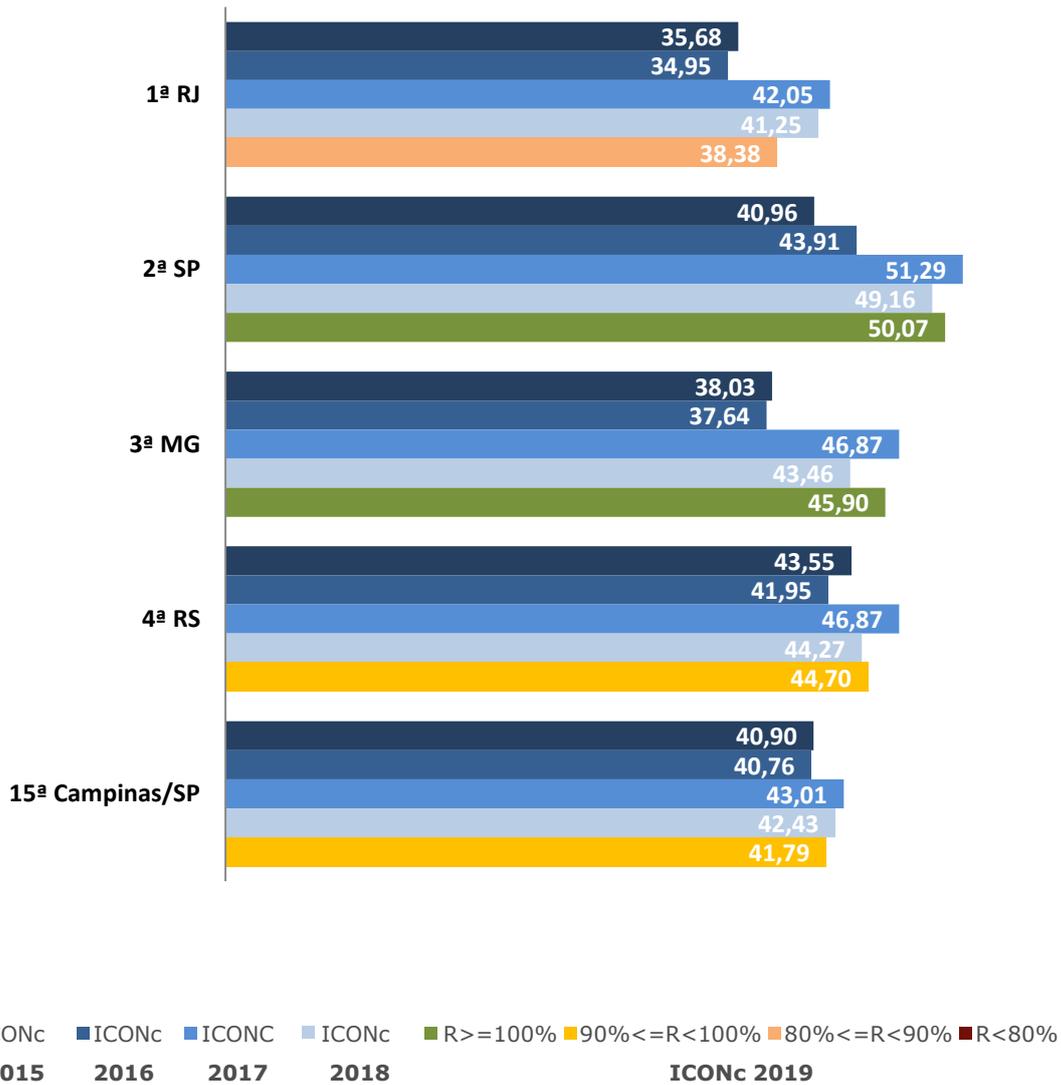
● R >= 100% ● 90% <= R < 100% ● 80% <= R < 90% ● R < 80%

META

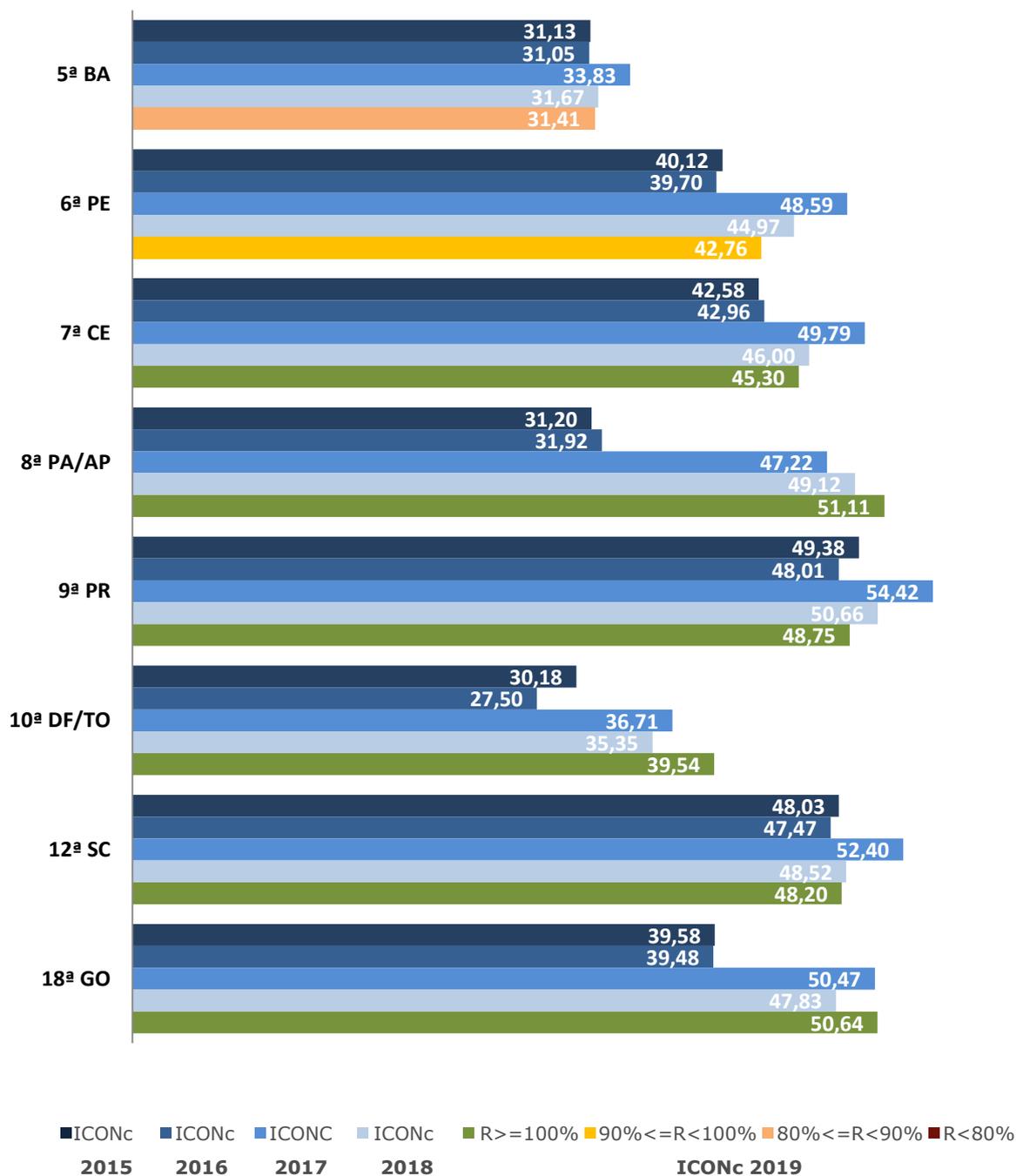
Resultados dos TRTs por Porte



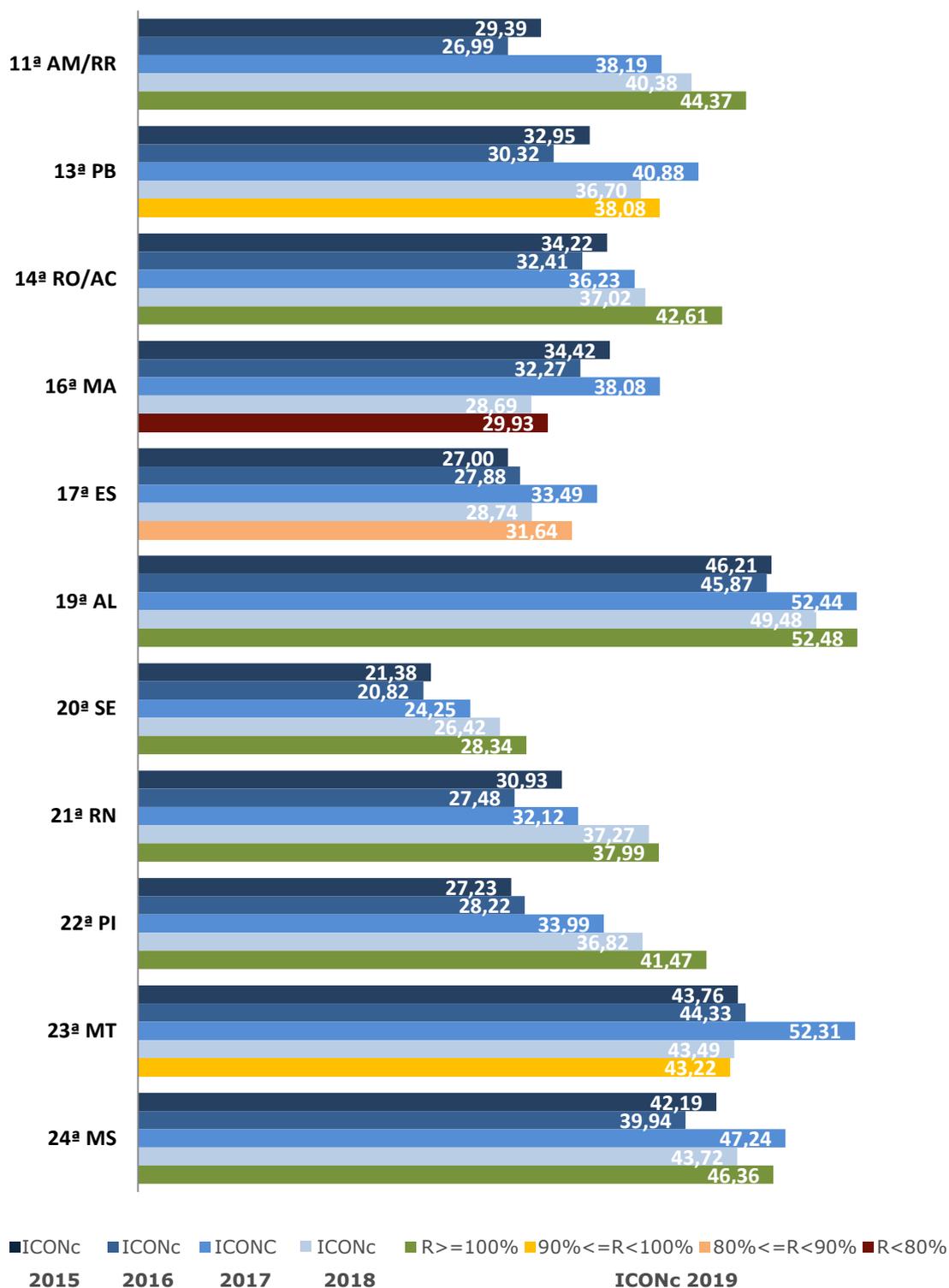
Série Histórica do ICONc por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do ICONc por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do ICONc por TRT – 2015 a 2019 (%)



TRT 19^a
Região
52,48%

Melhor
Resultado



DESTAQUE

Teve o segundo maior ICONc da
Justiça do Trabalho.
Vem aumentando o Índice desde
o início da execução do Plano.

2015	2016	2017	2018	2019
31,20%	31,92%	47,22%	49,12%	51,11%

TRT 8^a
Região

META**Síntese**

A Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus solucionou 1.972.745 processos dentro do critério da meta. Destes, 866.762 foram por conciliação, ou seja, 43,94% do total. Apesar de estar abaixo da meta, este foi o segundo maior percentual observado durante a execução do Plano Estratégico 2015-2020.

No caso dos Tribunais Regionais do Trabalho, nove apresentaram seus maiores índices no ano de 2019. Destacam-se os TRTs da 11ª e 14ª Regiões que mantinham índices entre 26 e 40% e, em 2019, alcançaram índices de 44,37% e de 42,61%, respectivamente.

No panorama geral, quinze Tribunais Regionais cumpriram a meta, sendo seis TRTs em razão da cláusula de barreira de 45%, e nove TRTs devido ao alcance da meta estipulada, variando entre 26 e 48%.

A meta 9 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho equivale à Meta Nacional 3 para 2019, aprovada no 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

A Meta em 2020

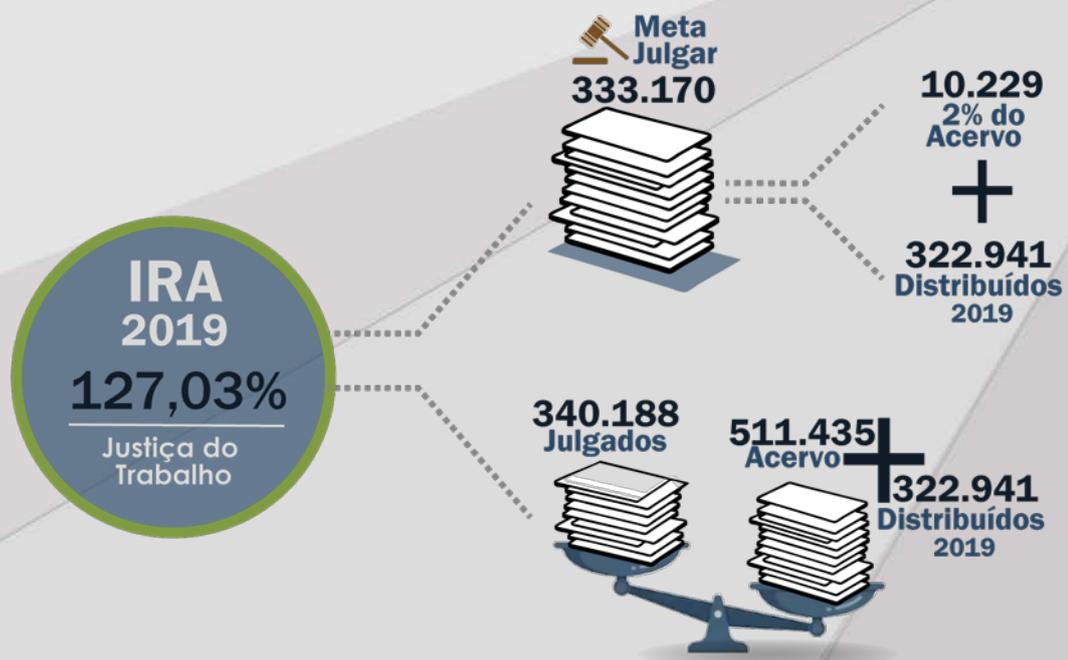
Para 2020, aprovou-se a mudança do biênio de referência para 2017/2018.

10 META

Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

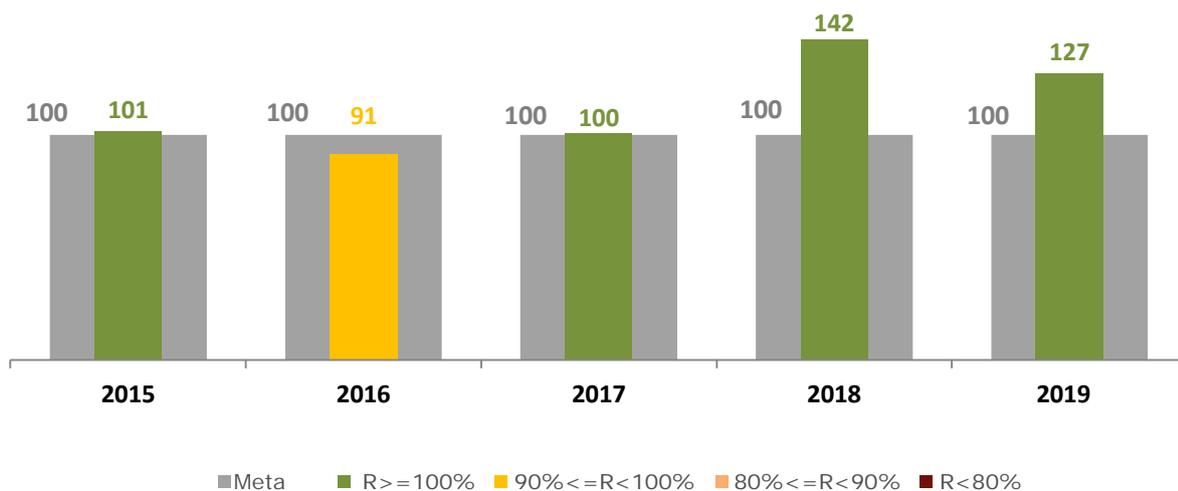


$$\text{IRA} = \frac{\text{Processos pendentes de julgamento no ano anterior} \times 0,98}{\text{Processos pendentes de julgamento no ano anterior} + \text{Distribuídos} - \text{Julgados}} \times 100$$



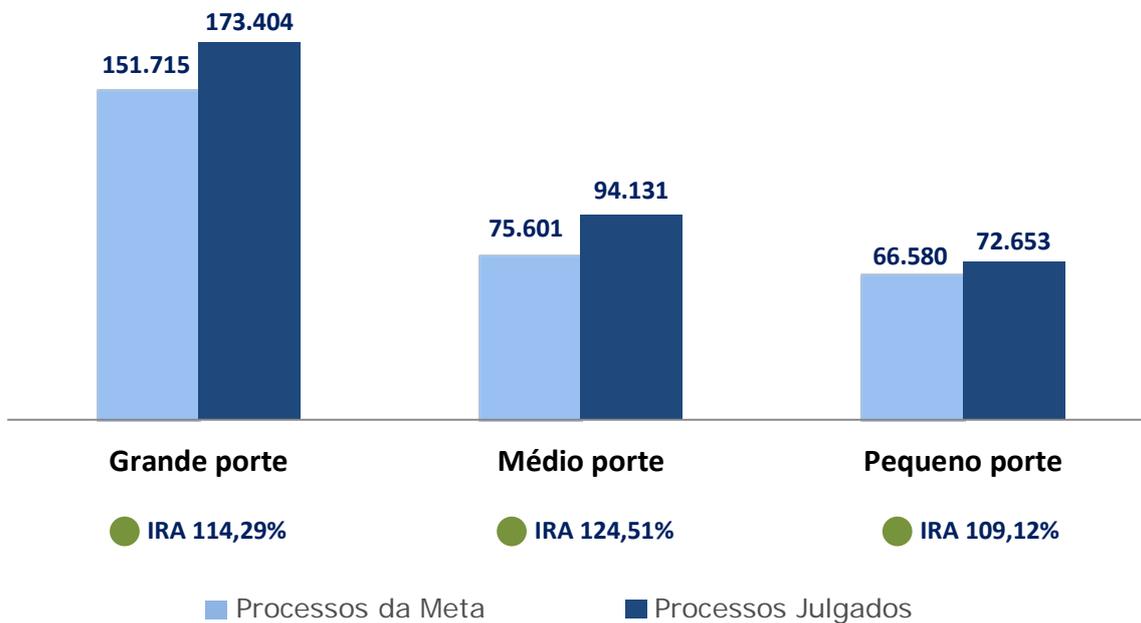
Série Histórica do IRA da Justiça do Trabalho (%)

2015 a 2019



Resultado por Porte

IRA X Processos da Meta X Processos Julgados - 2019

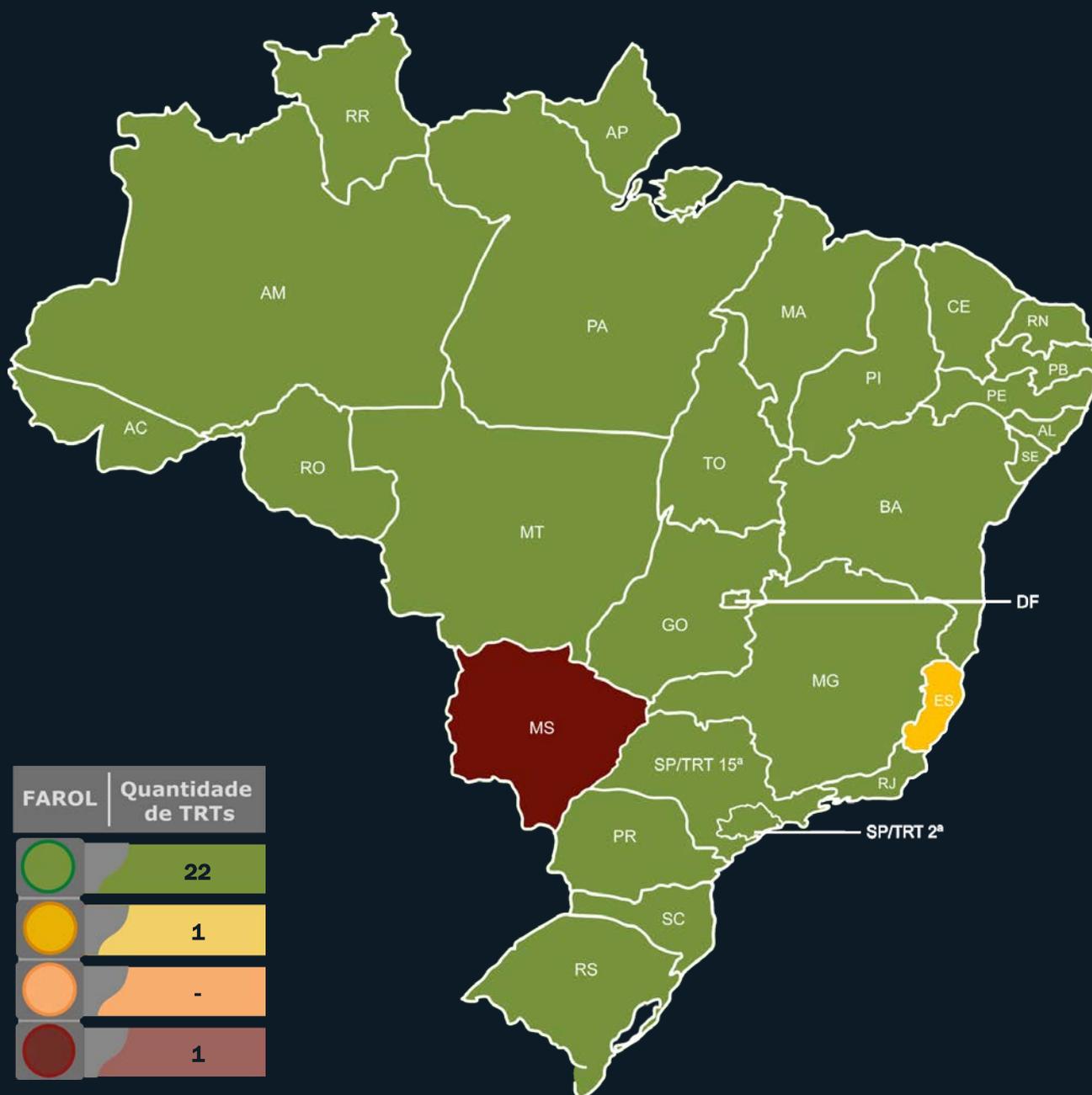


10

Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

META

Cumprimento da meta 10 da Justiça do Trabalho por região geográfica



● R >= 100% ● 90% <= R < 100% ● 80% <= R < 90% ● R < 80%

Nota: sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

10

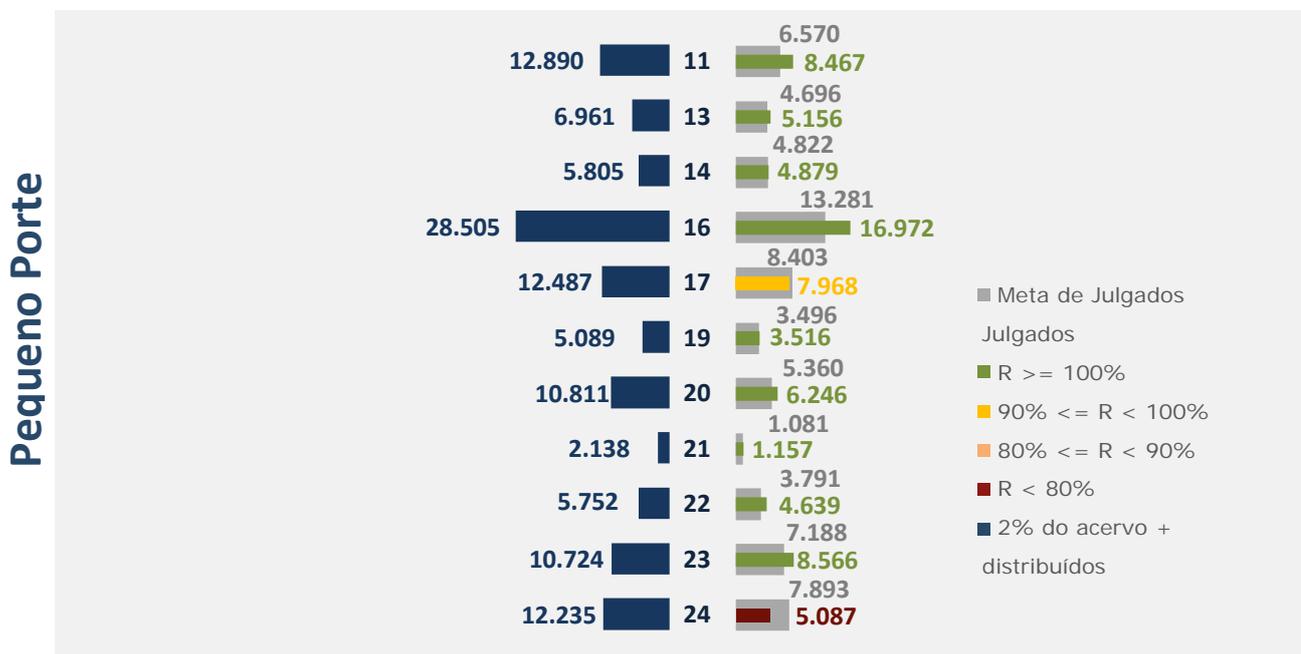
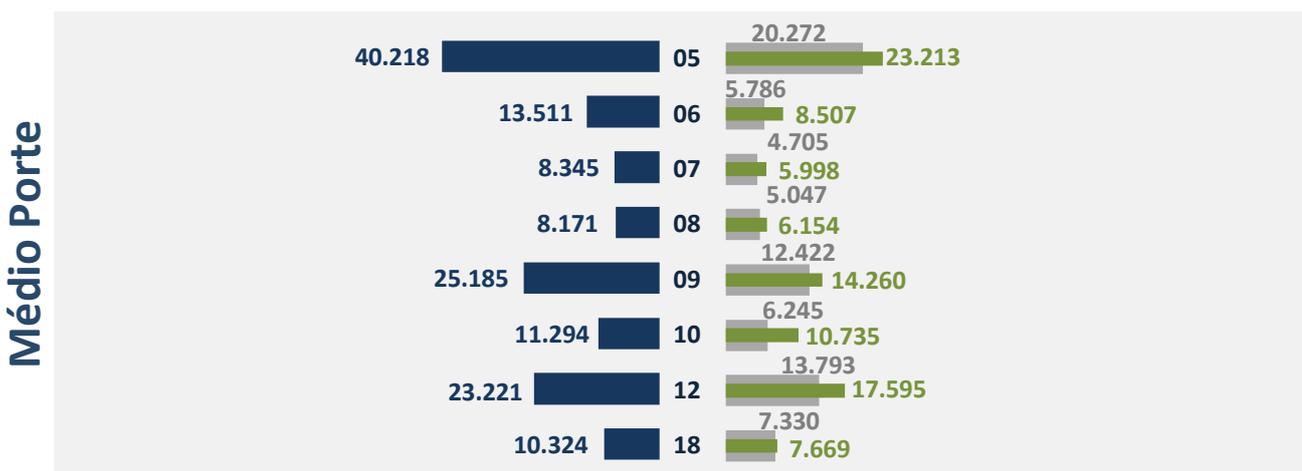
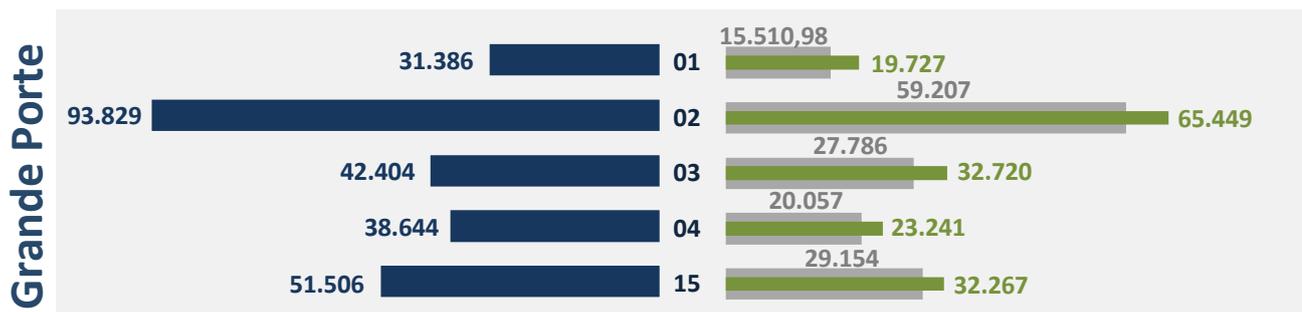
Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

META

Resultados dos TRTs por Porte

 **2% do Acervo +
Distribuídos 2019**

Julgados 

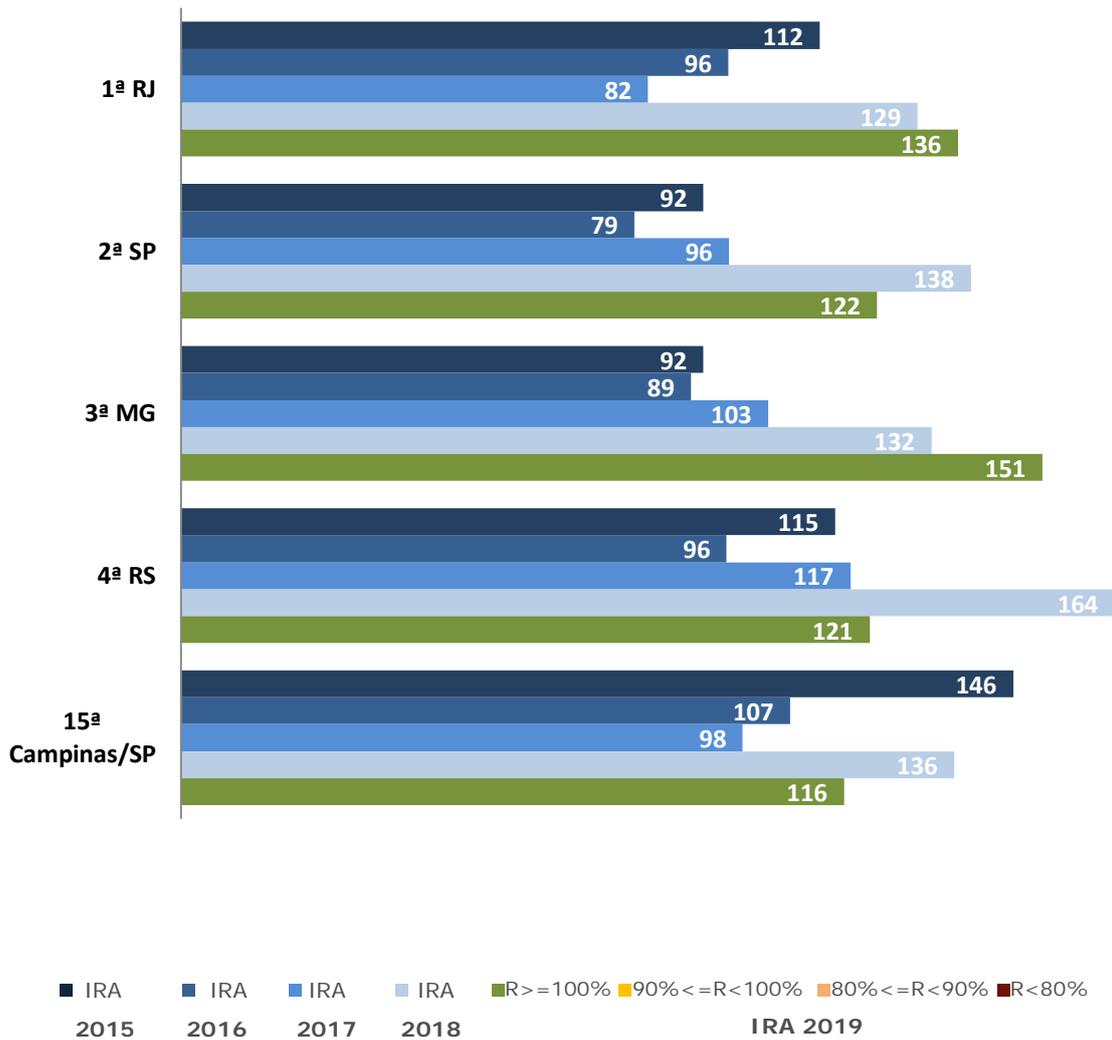


- Meta de Julgados
- Julgados
- R >= 100%
- 90% <= R < 100%
- 80% <= R < 90%
- R < 80%
- 2% do acervo + distribuídos

META

Grande Porte

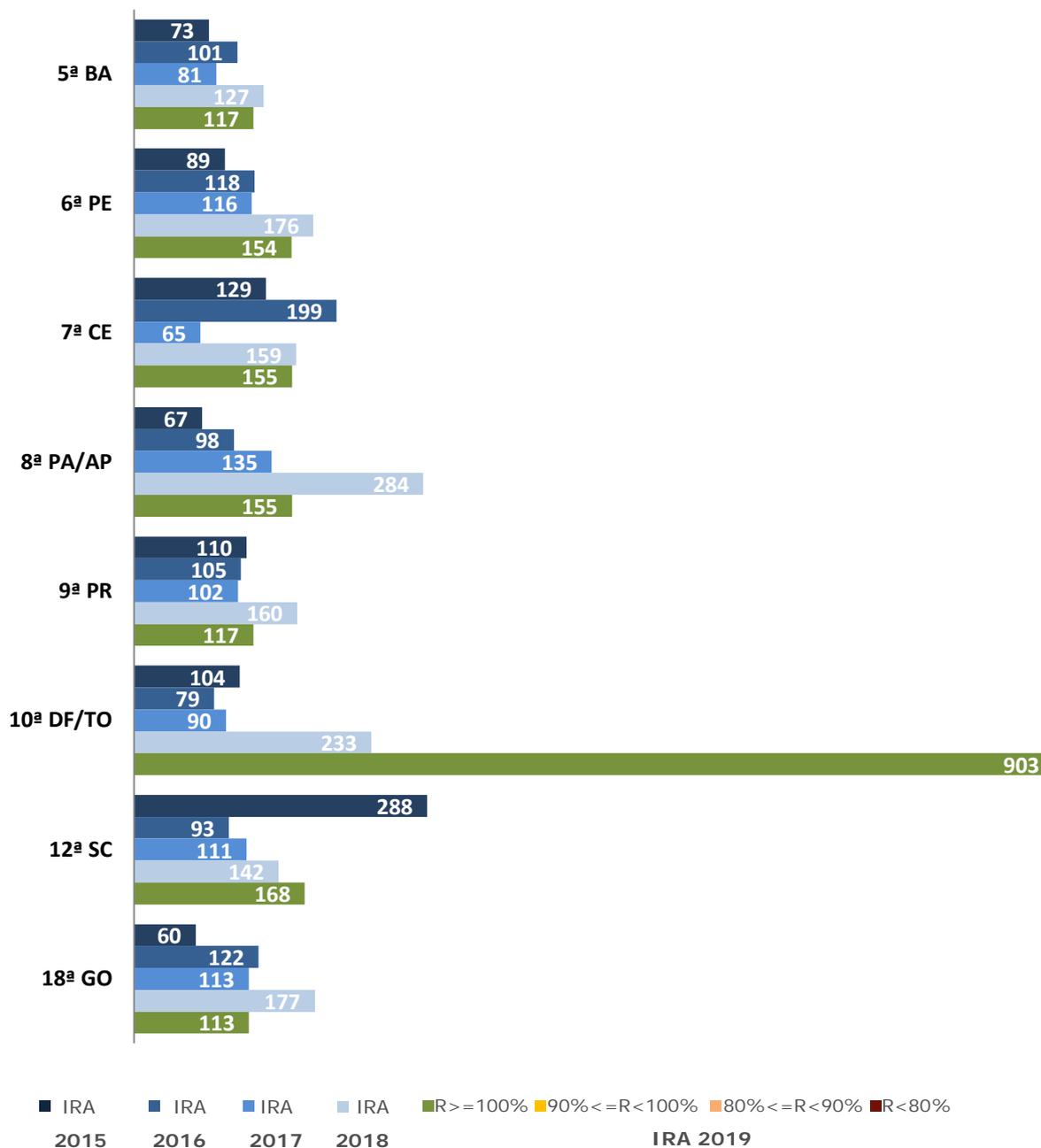
Série Histórica do IRA por TRT – 2015 a 2019 (%)



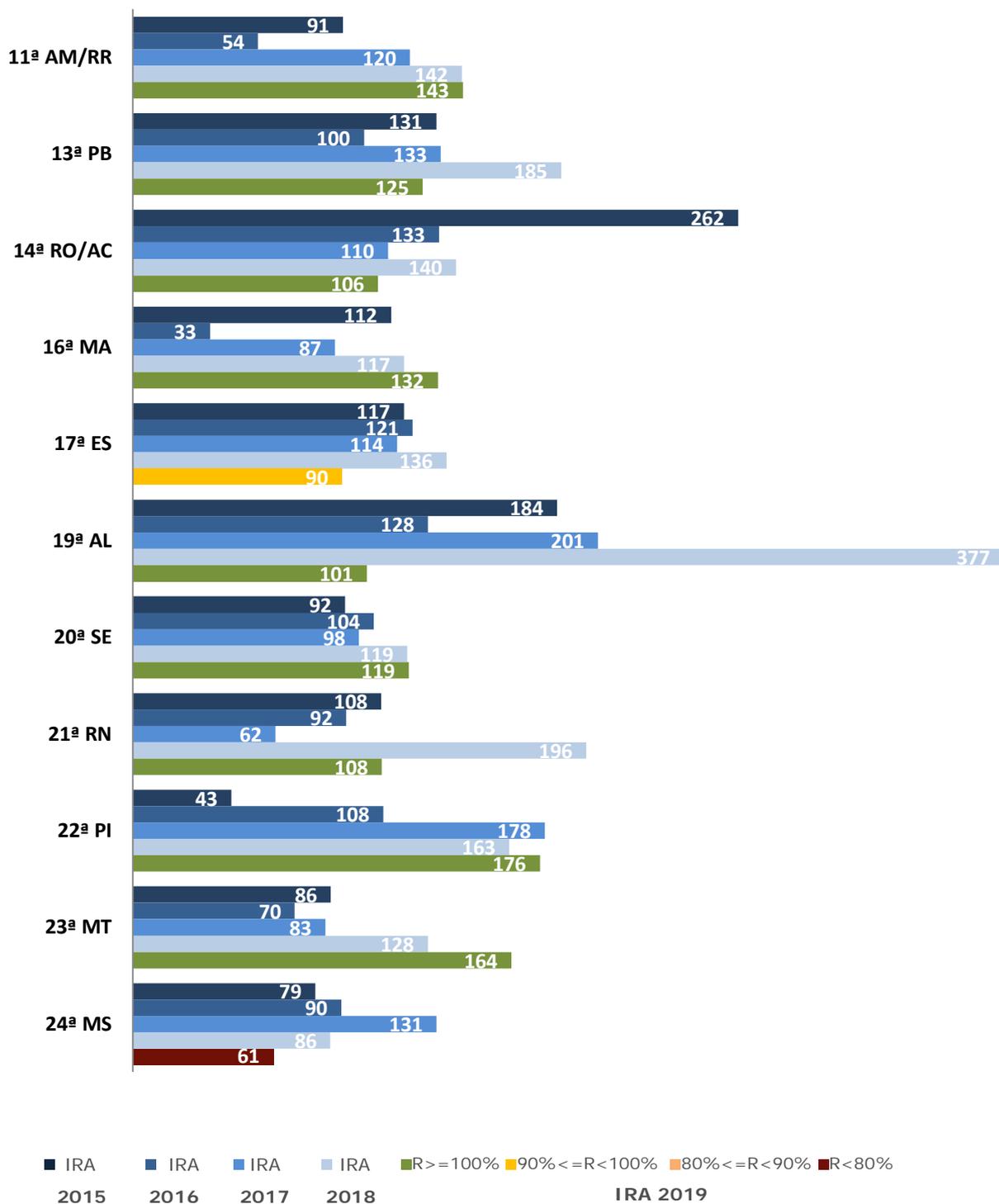
META

Médio Porte

Série Histórica do IRA por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do IRA por TRT – 2015 a 2019 (%)



10

Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

META

Destaques



TRT 10^a
Região
903,21%

Melhor
Resultado



..... DESTAQUE

Manteve o IRA em nível elevado, o que resultou em um baixo acervo dos 10 maiores litigantes.

2015	2016	2017	2018	2019
131,29%	100,03%	133,31%	185,37%	125,47%

TRT 13^a
Região

A meta 10 equivale à Meta Nacional 7 para 2019, aprovada no 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Os dados evidenciam o bom desempenho dos Tribunais Regionais e, conseqüentemente, da Justiça do Trabalho, no Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes. Não obstante a maioria dos TRTs apresentarem redução do índice de 2018 para 2019, vinte e duas Cortes Regionais apresentam percentuais maiores que 100%. Apenas dois Tribunais Regionais não alcançaram a meta, sendo que um ficou na faixa amarela de cumprimento e o outro na faixa vermelha.

De forma geral, os resultados demonstram que apesar da impossibilidade de controlar o número de processos distribuídos ao longo do ano, também computados para a meta, a Justiça do Trabalho os julgou e, ainda, diminuiu o acervo em percentual maior do que o esperado.

O TRT da 2ª Região tinha ao final de 2018, 35.329 processos dos maiores litigantes, foram distribuídos, ao longo de 2019, 58.500 processos e julgados 65.449. O índice do Tribunal ficou em 122%. Outro TRT que se destacou foi a 15ª Região, com um acervo de 22.808 processos dos maiores litigantes, uma distribuição de 28.698, em 2019, e com o julgamento de 32.267 processos. Dessa forma, seu percentual foi de 116%.

Esses casos demonstram que empreender ações específicas para o alcance da meta permite o manejo necessário para diminuir o acervo, mesmo tendo em vista a volatilidade do número de processos componentes da meta.

A partir desses exemplos, depreende-se que, mesmo diante da volatilidade do número de processos componentes da meta, é possível empreender ações capazes de permitir o manejo necessário para diminuir o acervo dos maiores litigantes.

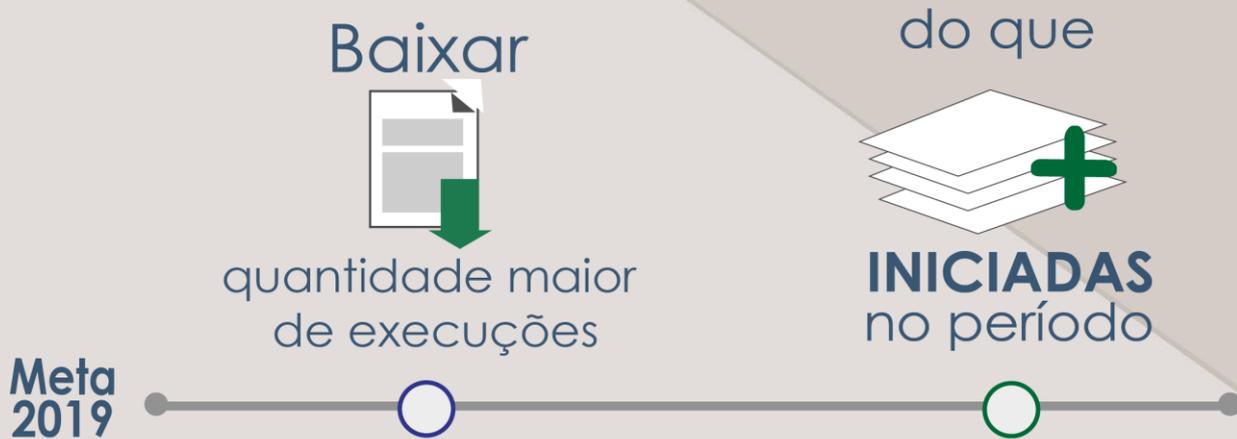
A Meta em 2019

Para 2020, aprovou-se a manutenção da meta de identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

11

META

Índice de Execução (IE)



$$IE = \frac{\text{Execuções Baixadas}}{\text{Execuções Iniciadas}} \times 100$$

IE
2019
104,96%
Justiça do Trabalho

Meta Baixar
945.413



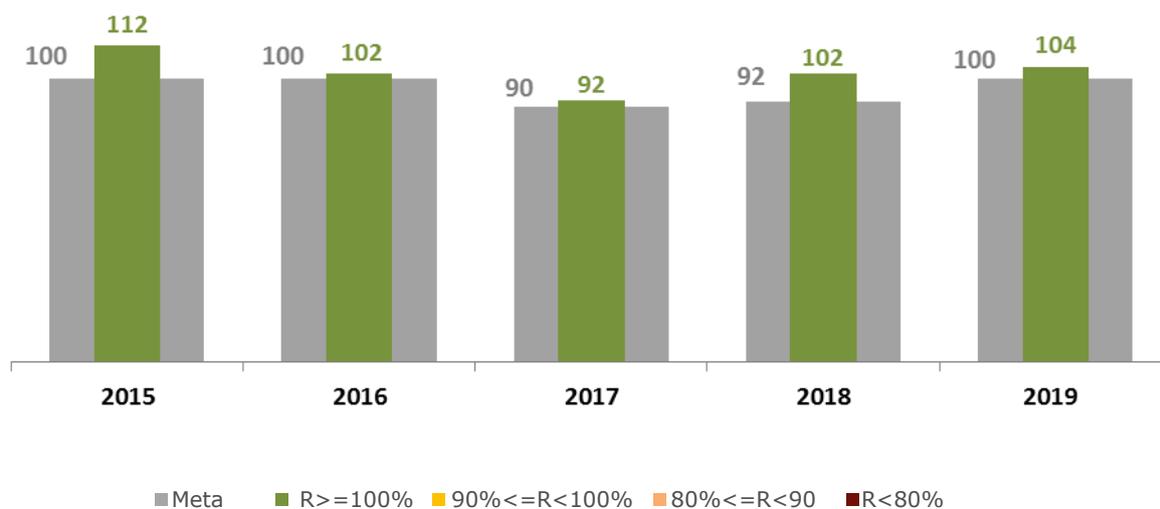
945.412
Iniciadas



985.081
Baixadas

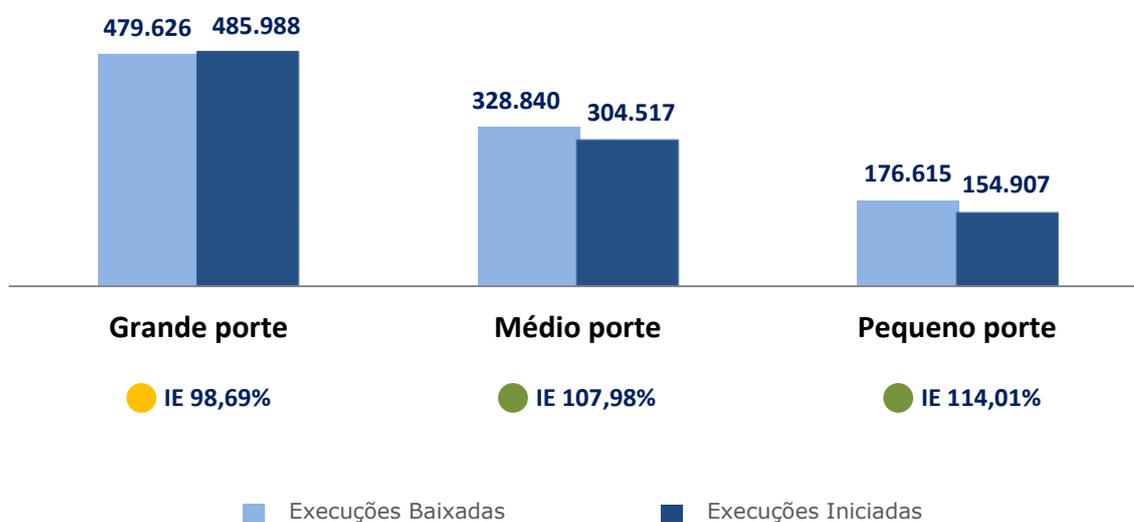


Série Histórica do IE da Justiça do Trabalho (%)
2015 a 2019



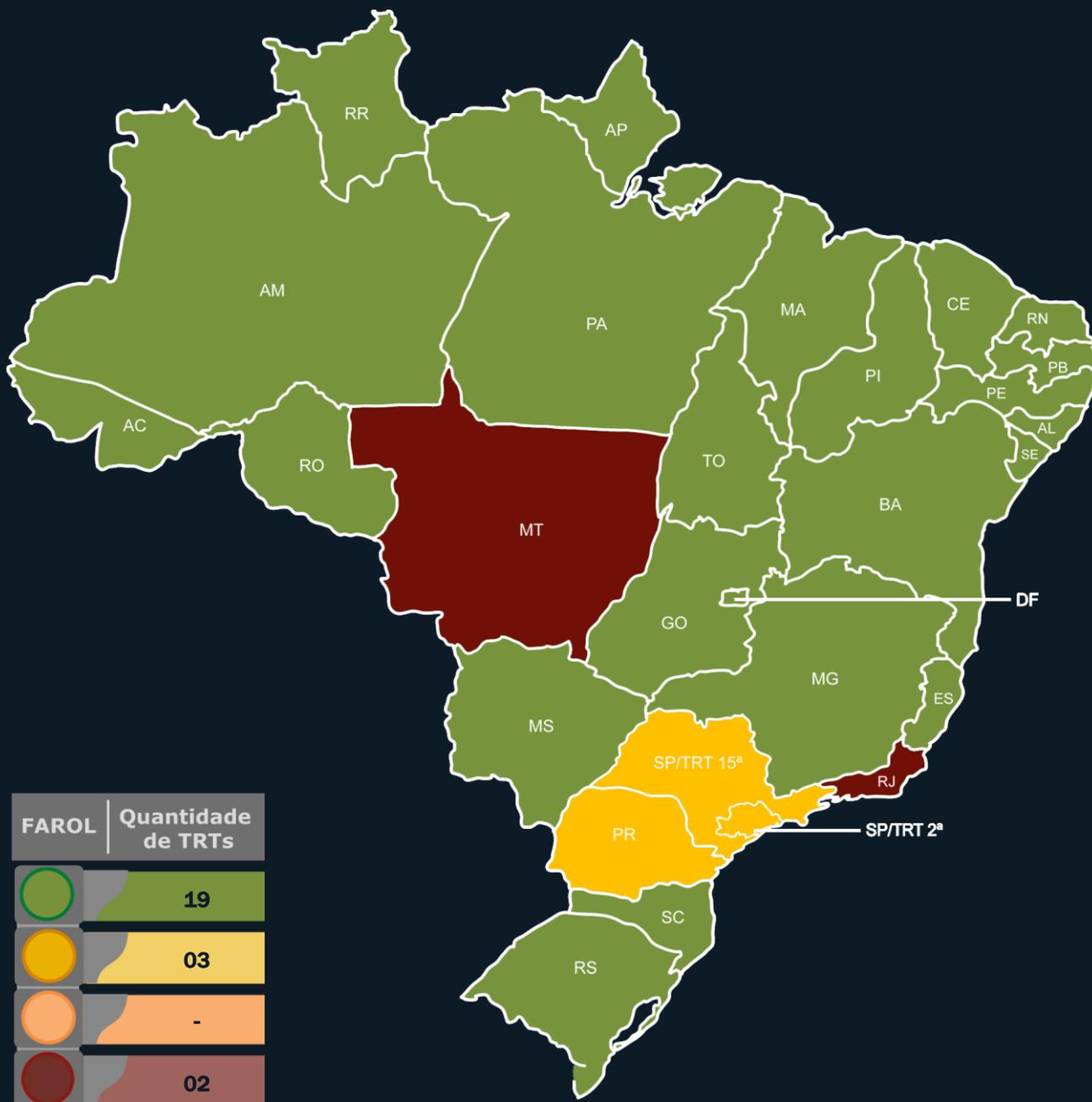
Resultado por Porte

IE x Execuções baixadas x Execuções iniciadas - 2019



META

Cumprimento da meta 11 da Justiça do Trabalho por Região Geográfica



● $R \geq 100\%$
● $90\% \leq R < 100\%$
● $80\% \leq R < 90\%$
● $R < 80\%$

Nota: sinal convencional utilizado: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

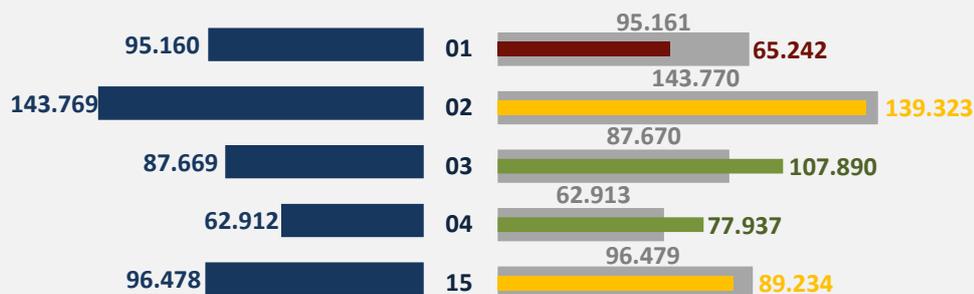
META

Resultados dos TRTs por Porte

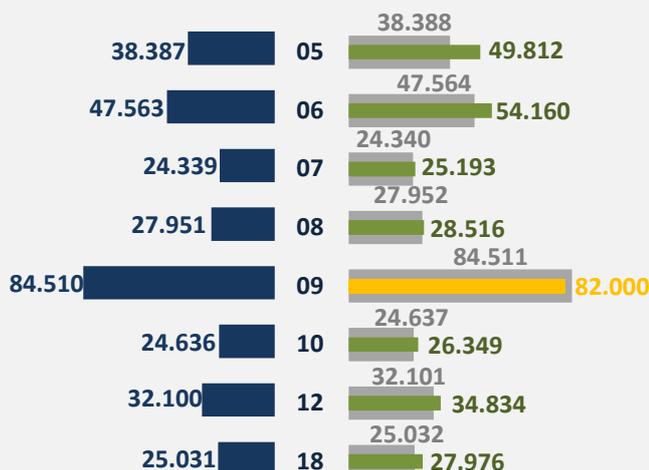
Iniciadas

Baixadas

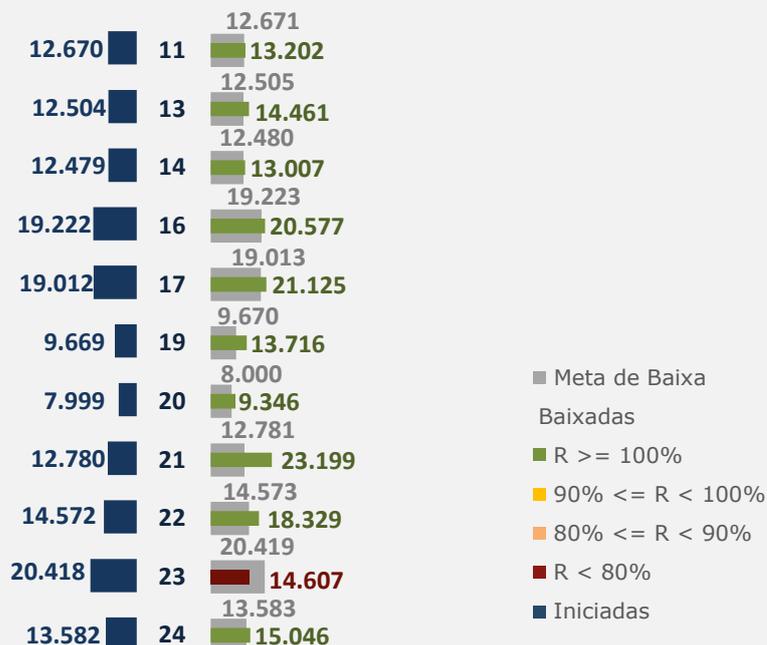
Grande Porte



Médio Porte

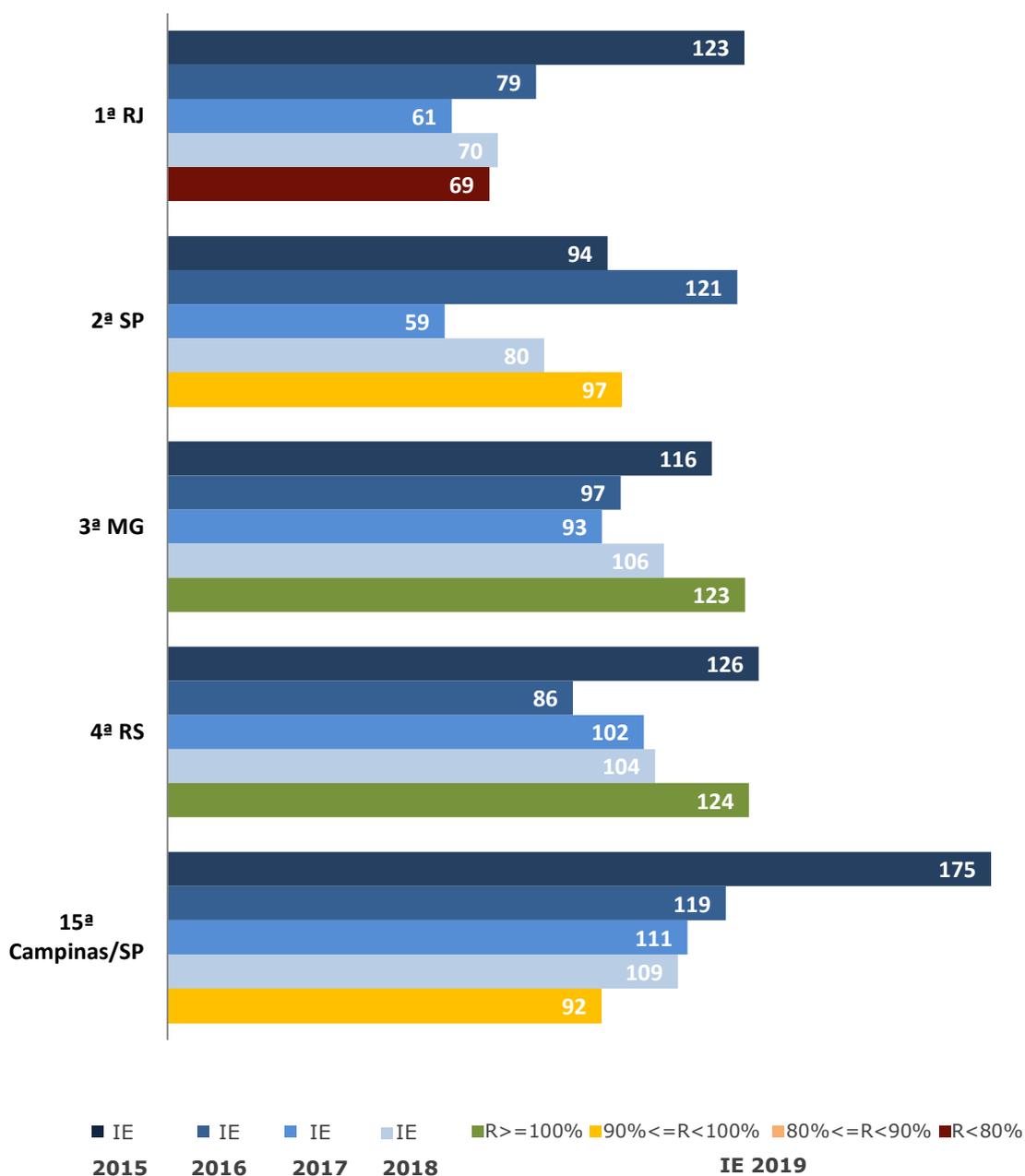


Pequeno Porte

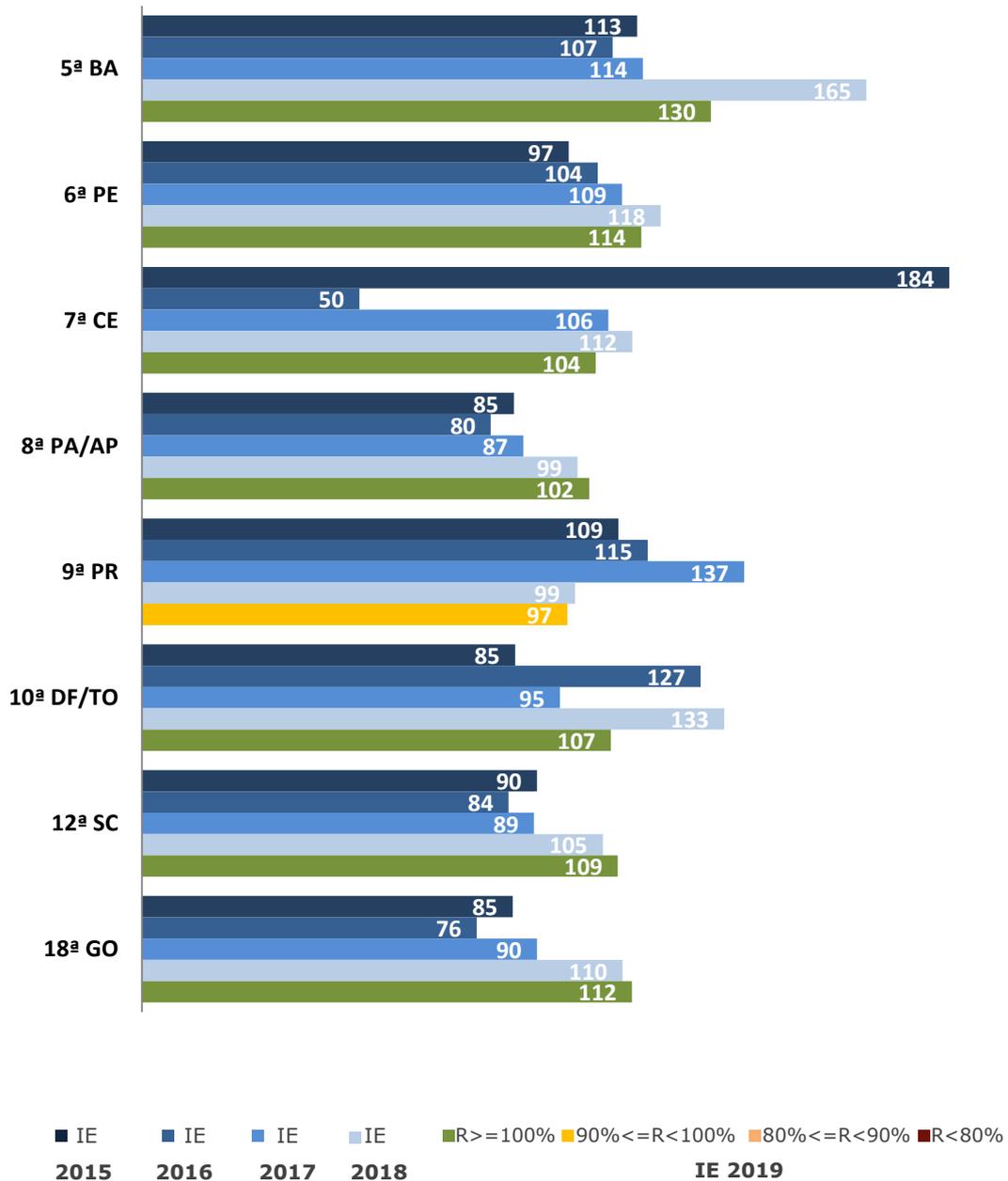


- Meta de Baixa
- Baixadas
- R >= 100%
- 90% <= R < 100%
- 80% <= R < 90%
- R < 80%
- Iniciadas

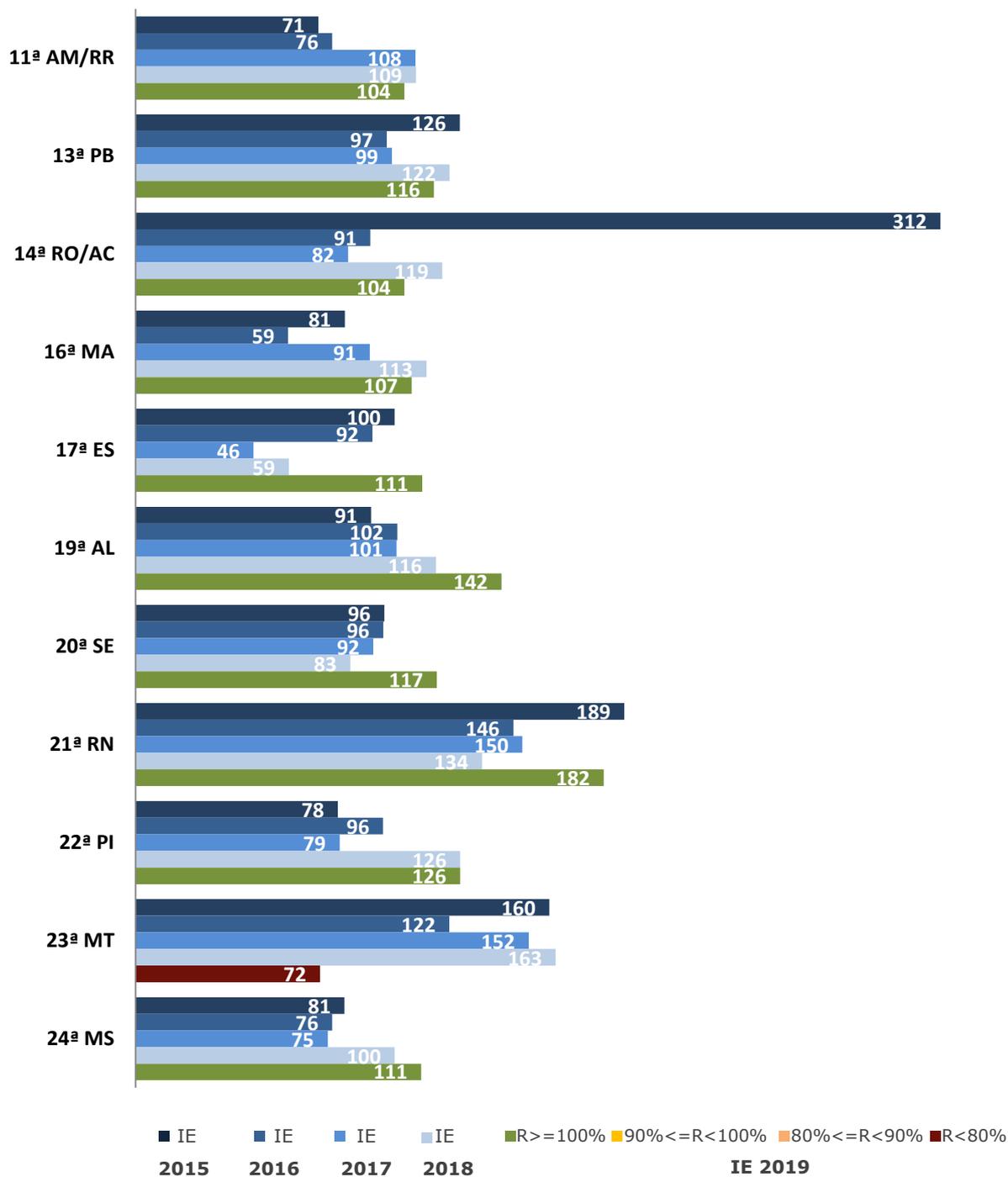
Série Histórica do IE por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do IE por TRT – 2015 a 2019 (%)



Série Histórica do IE por TRT – 2015 a 2019 (%)





**TRT 21^a
Região**
181,53%

**Melhor
Resultado**

◆◆◆◆◆◆◆◆◆◆ **DESTAQUE** ◆◆◆◆◆◆◆◆◆◆

Alcançou resultados superiores a 100% em todos os anos de execução do Plano Estratégico.

2015	2016	2017	2018	2019
113%	107%	114%	165%	130%



**TRT 5^a
Região**

META

Síntese

A meta 11 equivale à Meta Nacional 5 para 2019, aprovada no 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário, e consiste em baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução do ano corrente.

Em 2019, a Justiça do Trabalho baixou 985.081 execuções frente a 945.412 iniciadas no período. Assim, o resultado foi de 104,96%, o segundo maior índice apurado no período de 2015 a 2019. Nesse último ano, houve crescimento do valor apurado em relação a 2018.

Os TRTs da 21ª (181,53%), 19ª (141,86%), 5ª (129,76%), 22ª (125,78%), 4ª (123,88%) e 3ª (123,07%) Regiões foram os que mais se destacaram em relação ao índice de execução (IE). Dois TRTs ficaram abaixo de 80% de cumprimento da meta, enquanto três ficaram na faixa amarela de cumprimento do IE.

No grande porte, o cumprimento da meta ficou em torno de 99%, com 485.988 ações iniciadas e 479.626 baixadas, ao passo que o médio porte registrou aproximadamente 108%, com 304.517 ações iniciadas e 328.840 baixadas, e o pequeno porte, 114%, com 154.907 ações iniciadas e 176.615 baixadas.

O TRT da 2ª Região foi o que mais teve ações iniciadas, no total 143.770. Entretanto, mesmo tendo baixado um número significativo de ações, 139.323, atingiu 97% de cumprimento.

No grande porte, destacaram-se a 3ª e a 4ª Região, com 123% e 124% de cumprimento da meta, respectivamente. Já, no médio porte, destaca-se o TRT da 5ª Região, com 130% de cumprimento, o terceiro maior percentual da Justiça do Trabalho. No pequeno porte, estão os tribunais com os três maiores índices de cumprimento da meta de execução.

A Meta em 2020

Diante dos resultados apresentados, aprovou-se a manutenção da meta conforme 2019. Assim, o objetivo dos Tribunais Regionais do Trabalho será baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução do ano corrente.

12

META

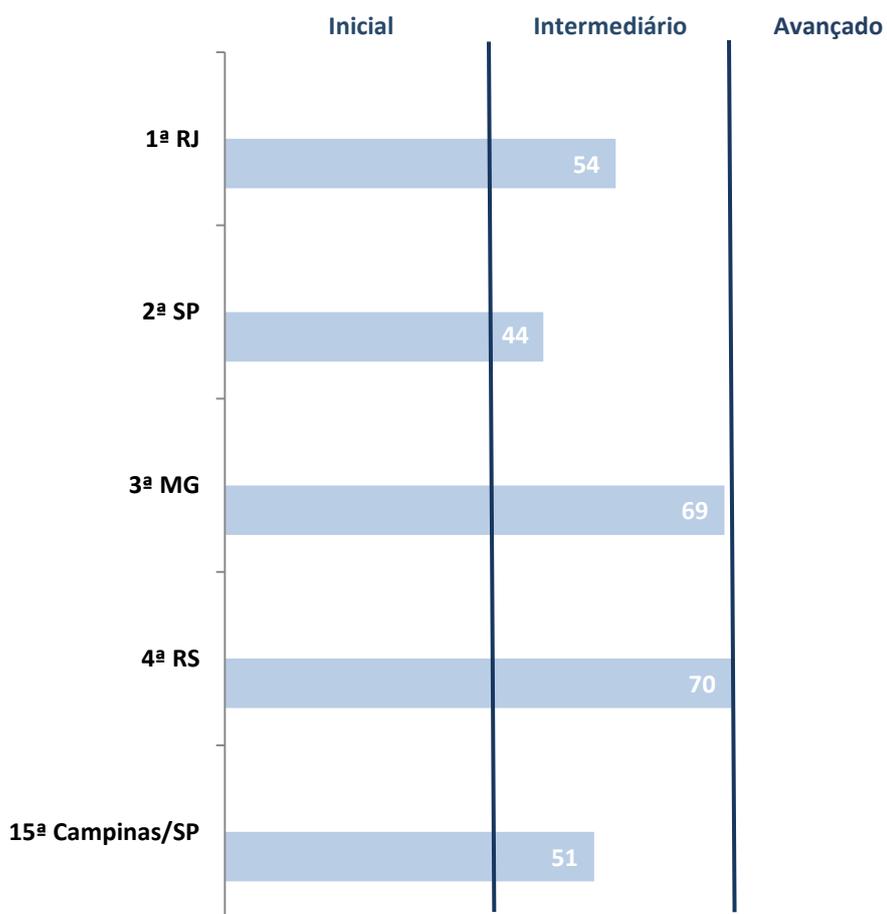
Atingir o nível “Intermediário”



Fórmula: Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov.

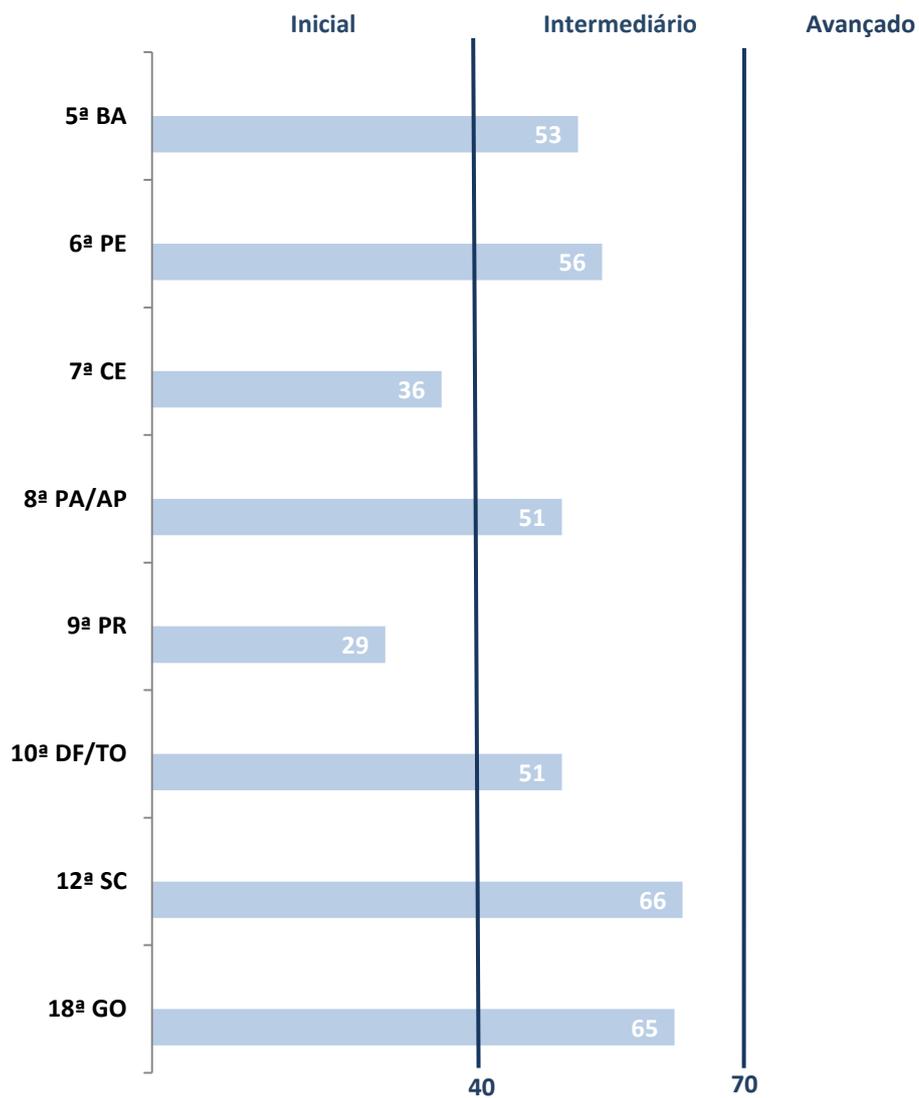
Nota: em 2019, o Tribunal de Contas da União não realizou o Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas e consequentemente não ocorreu à mensuração da meta no ano de 2019. Os dados apresentados abaixo correspondem ao resultado obtido no ciclo 2018.

Resultado do iGov por TRT Ciclo 2018 (%)



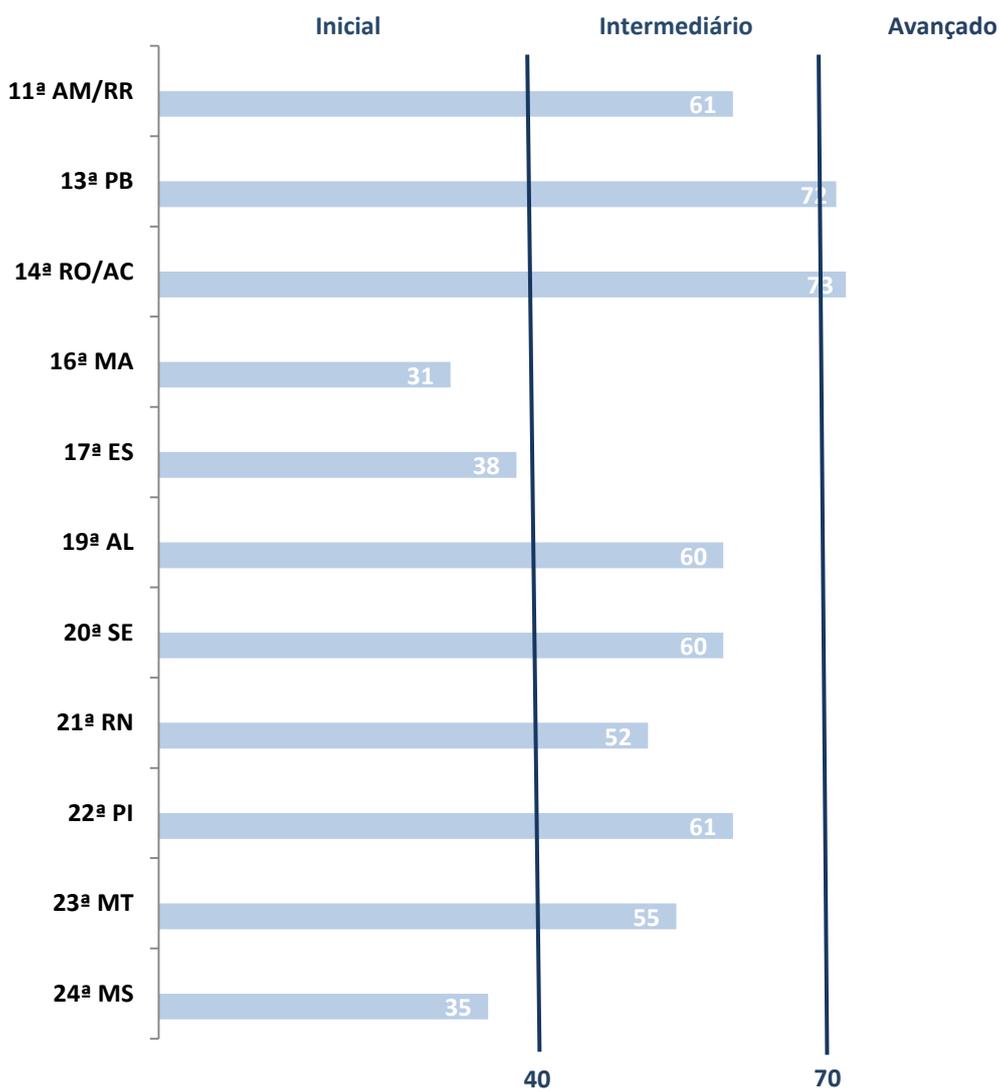
■ iGov
Ciclo 2018

Resultado do iGov por TRT Ciclo 2018 (%)



■ iGov
Ciclo 2018

**Resultado do iGov por TRT
Ciclo 2018 (%)**



■ iGov
Ciclo 2018

A primeira mensuração da Meta 12 ocorreu em 2017 no 1º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – Ciclo 2017. O intervalo percentual para ser enquadrado em um dos níveis de capacidade é definido pelo TCU de acordo com a tabela abaixo:

Nível de Capacidade	Percentual
Inexpressivo	0% a 14,99%
Inicial	15% a 39,99%
Intermediário	40% a 69,99%
Aprimorado	70% a 100%

A aplicação do questionário integrado se dá anualmente. No entanto, a divulgação dos resultados dos ciclos 2017 (1º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública) e 2018 (2º Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública), pelo TCU, ocorreu neste último ano. Por isso, a apuração de 2017 foi utilizada como parâmetro para o estabelecimento da meta de 2018 e o resultado de 2018 foi considerado para a averiguação do cumprimento da referida meta naquele ano.

O Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública foi reestruturado durante o ano de 2019. Por esse motivo, não houve aplicação do questionário, inviabilizando a mensuração da meta. A realização de um novo levantamento está prevista para maio de 2020, segundo o site do Tribunal de Contas da União.

A Meta em 2019

Para 2020, aprovou-se a meta: “Attingir o nível de capacidade aprimorado, na avaliação do iGov”.

13

META

Índice de Alcance das Metas (IAM)



$$\text{IAM} = (\Sigma \text{Mp1}) + (\Sigma \text{Mp2} \times 2) + (\Sigma \text{Mp3} \times 3)$$

Variáveis:

Mp1: metas com peso 1 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 1.

Mp2: metas com peso 2 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 2.

13

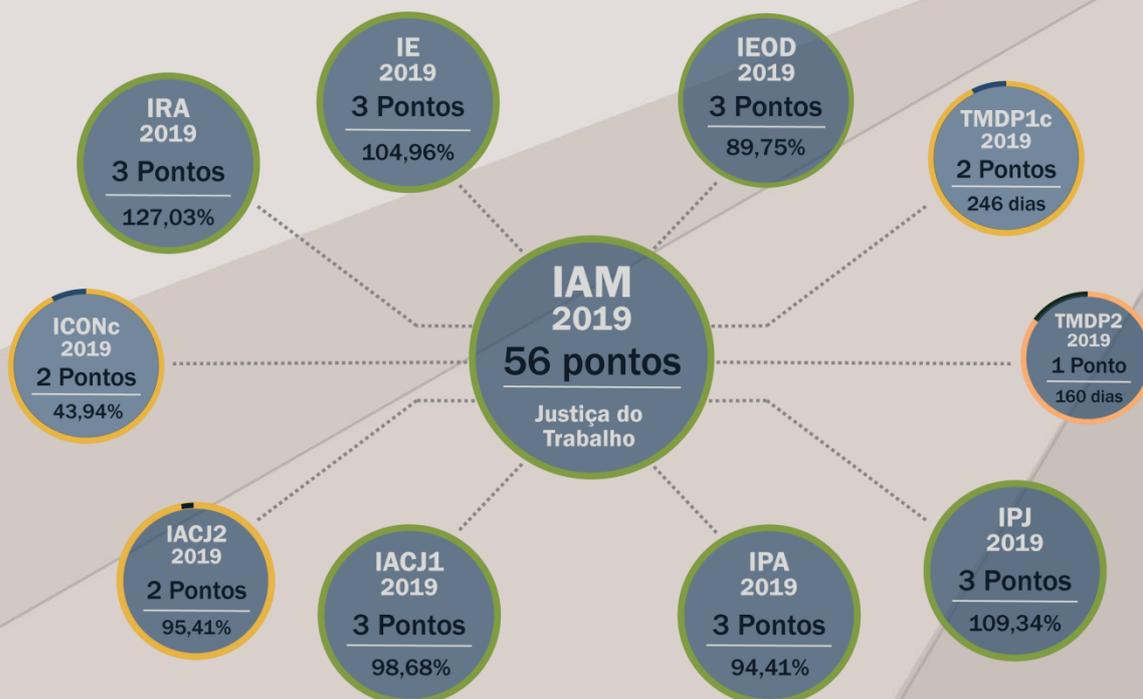
Índice de Alcance das Metas (IAM)

META

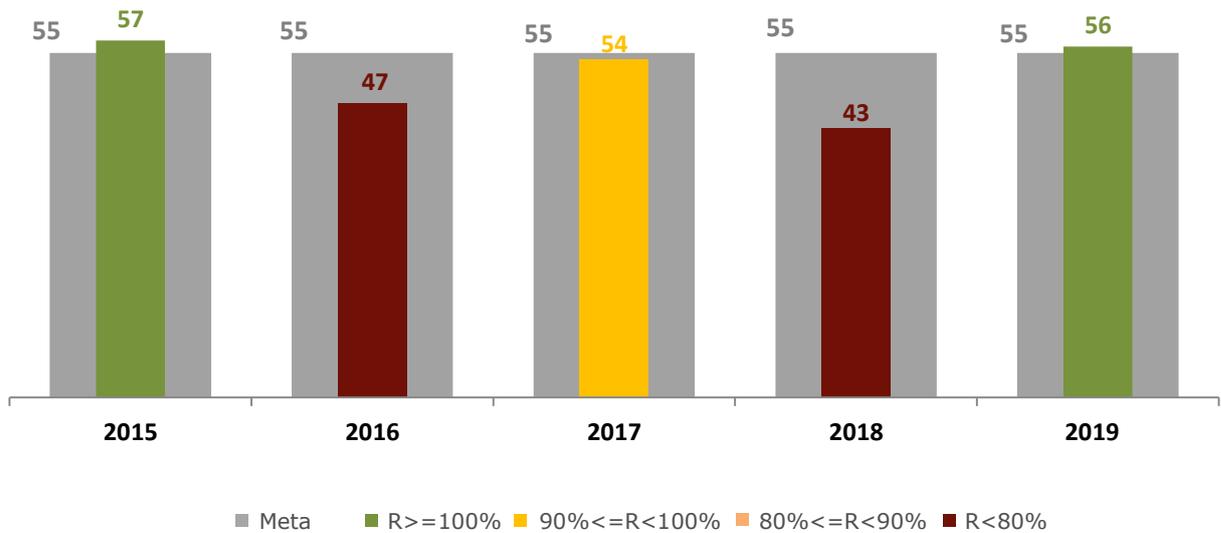
Mp3: metas com peso 3 atribuído, as quais receberão pontuação 1, 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores de 80% a 89,99%, de 90% a 99,99% e valores iguais ou maiores que 100% da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 3.

Observação: valores inferiores a 80% da meta fixada não receberão pontuação.

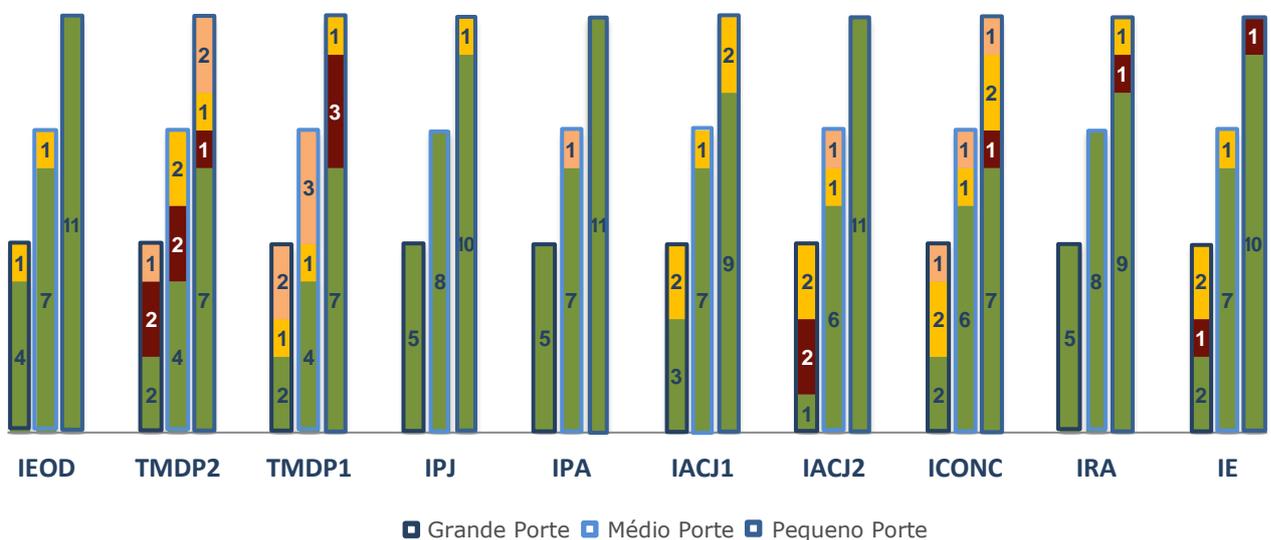
Metas com peso 1	Metas com peso 2	Metas com peso 3
Meta 1 (iGovPessoas)	Meta 7 (IPA)	Meta 4 (TMDP2)
Meta 2 (IEOD)	Meta 8 (IACJ - 1º Grau)	Meta 5 (TMDP1c)
Meta 3 (iGovTI)	Meta 8 (IACJ - 2º Grau)	Meta 6 (IPJ)
Meta 12 (iGov)	Meta 9 (ICONc)	Meta 11 (IE)
	Meta 10 (IRA)	



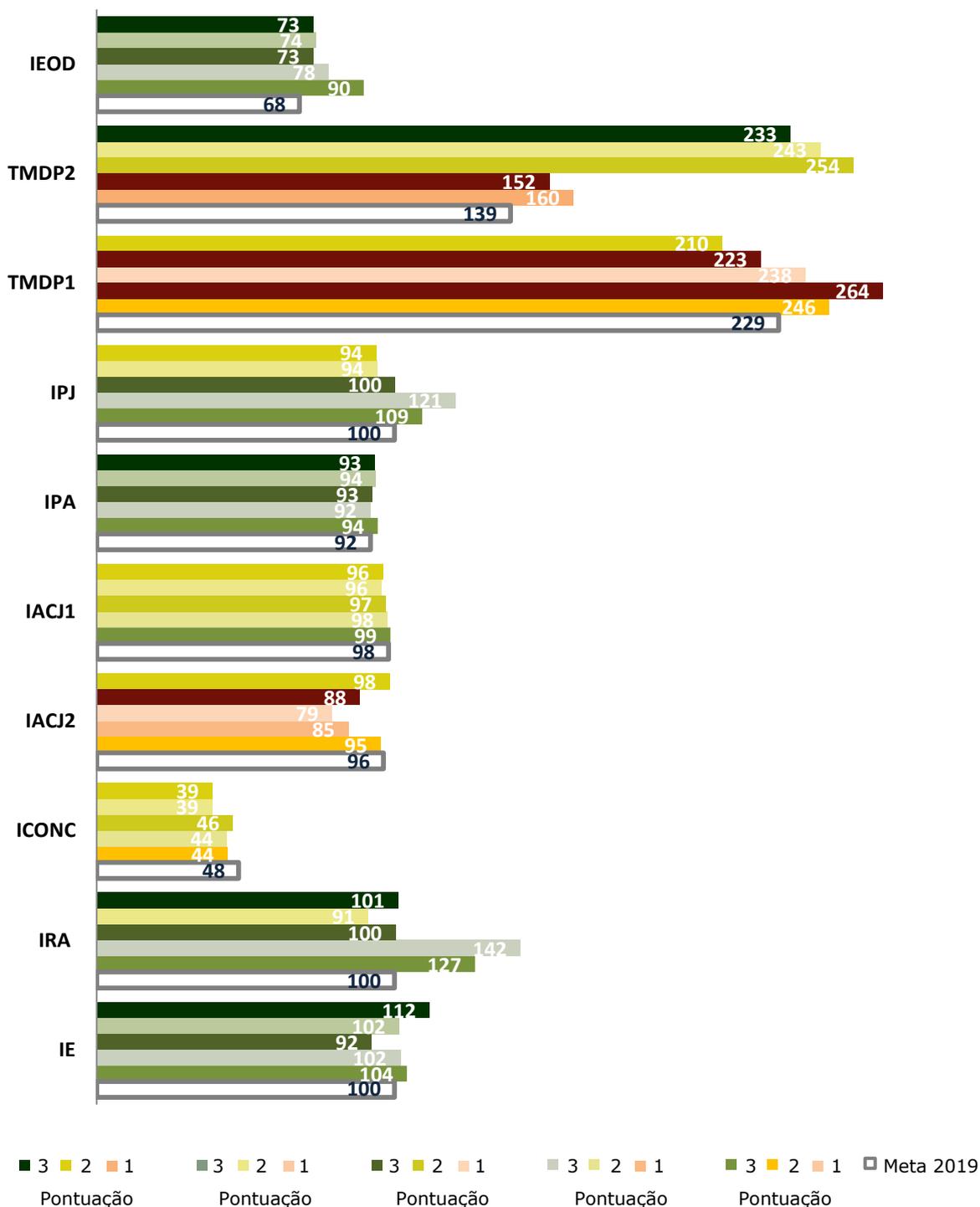
Série Histórica do IAM da Justiça do Trabalho (pontos)
2015 a 2019



Quantidade de TRTs, por porte e por faixa de Desempenho, em cada meta componente do IAM



Série Histórica do IAM – Justiça do Trabalho (pontos) - 2015 a 2019

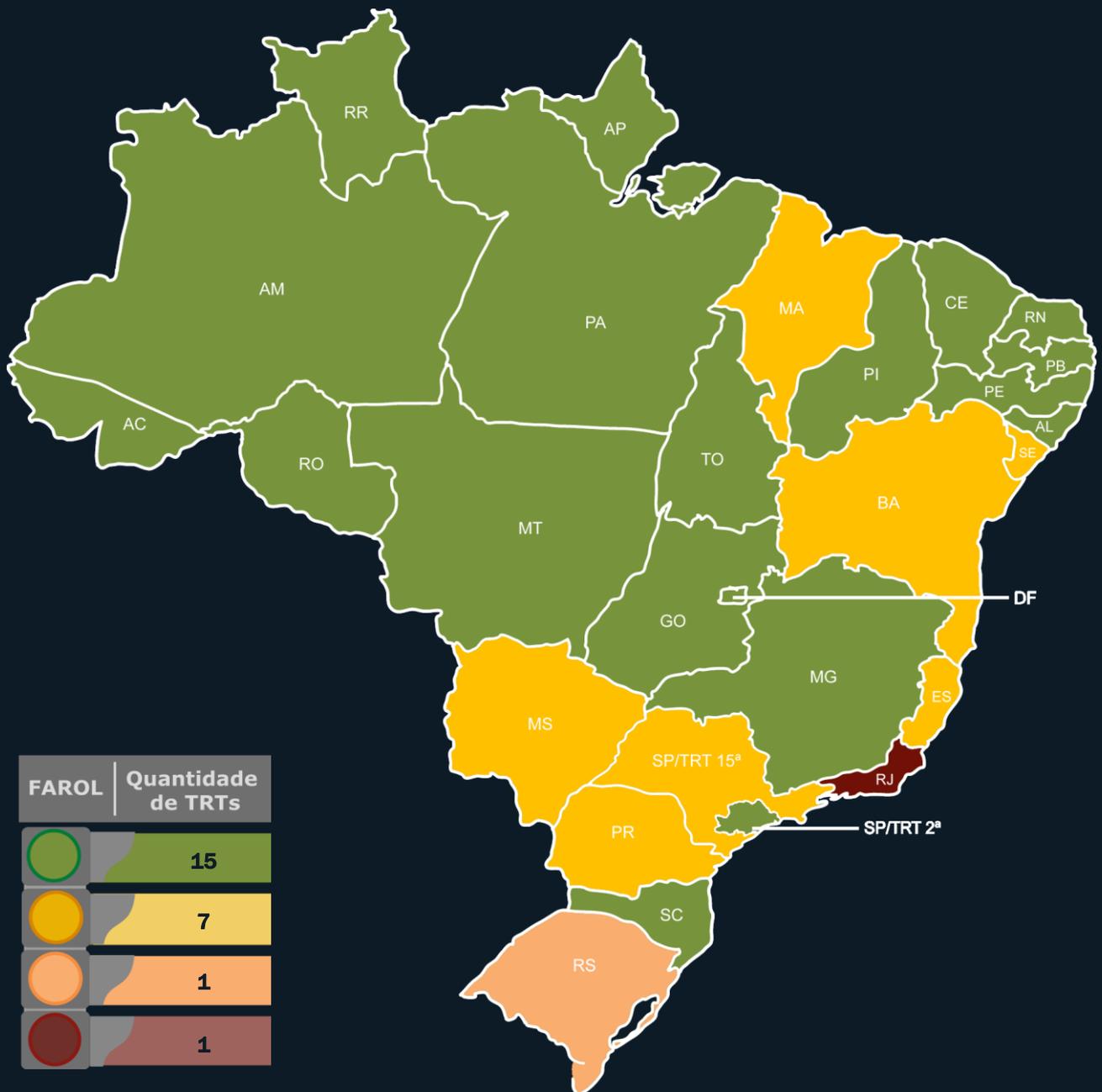


13

Índice de Alcance das Metas (IAM)

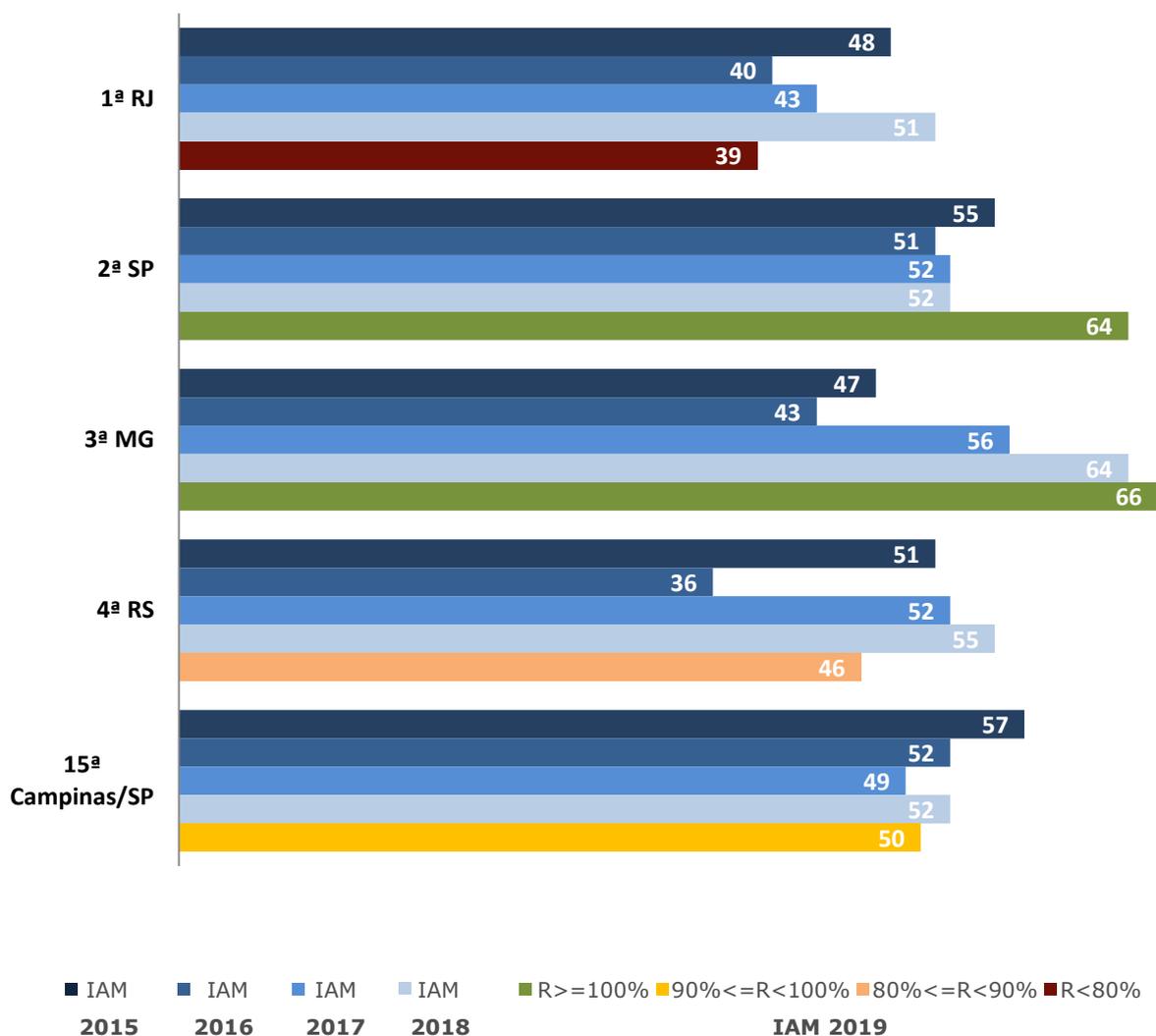
META

Cumprimento da meta 13 da Justiça do Trabalho por região geográfica

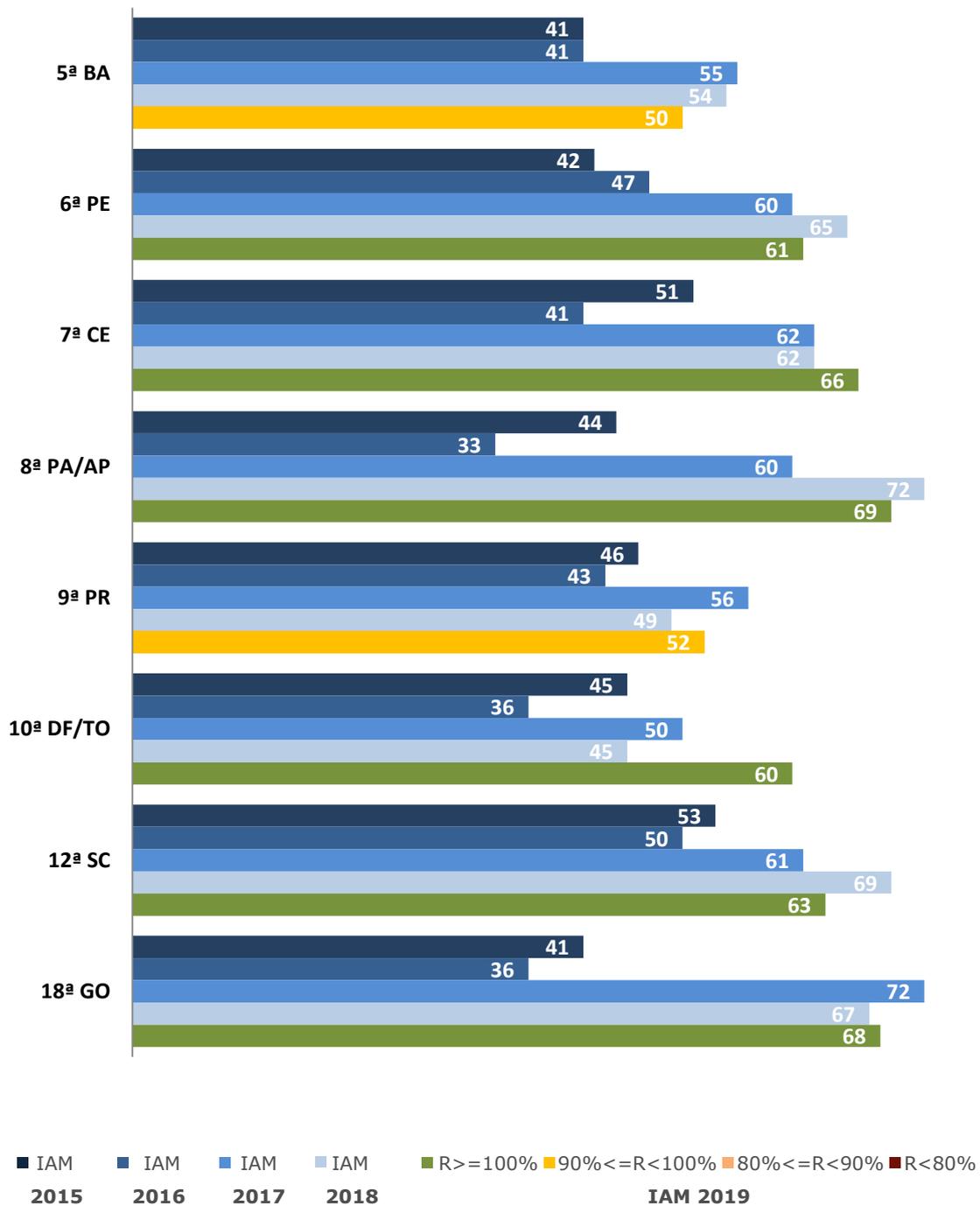


Verde $R \geq 100\%$ Amarelo $90\% \leq R < 100\%$ Laranja $80\% \leq R < 90\%$ Vermelho $R < 80\%$

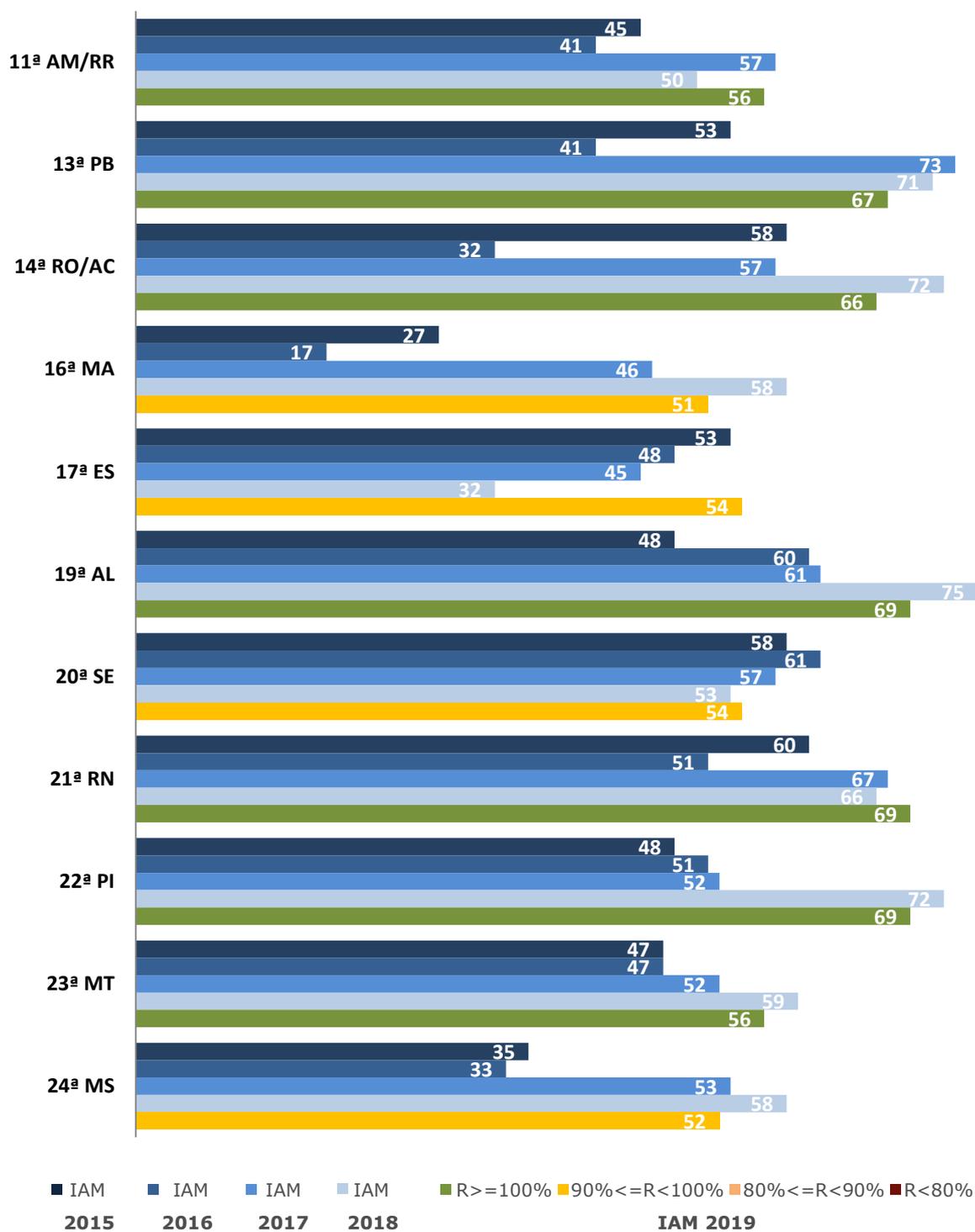
Série Histórica do IAM por TRT- 2015 a 2019 (em pontos)



Série Histórica do IAM por TRT- 2015 a 2019 (em pontos)



Série Histórica do IAM por TRT- 2015 a 2019 (em pontos)





Melhor Resultado

TRTs da
8ª, 19ª, 21ª e 22ª Regiões



..... DESTAQUE

Alcançou a meta em 2015, 2017, 2018 e 2019.
Em 2019, alcançou seu maior IAM.

2015	2016	2017	2018	2019
60 pts	51 pts	67 pts	66 pts	69pts



A Justiça do Trabalho alcançou seu segundo melhor Índice de Alcance das Metas (IAM) no ano de 2019, apenas 1 ponto abaixo do valor aferido em 2015. Esse resultado é produto do bom desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho na execução do Plano Estratégico. Quinze Cortes Regionais ficaram na faixa verde de cumprimento, sendo que os TRTs da 8ª, 19ª, 21ª e 22ª Regiões alcançaram a maior pontuação, 69 pontos, ou seja, atingiram o valor previsto de todas as metas. Sete Tribunais ficaram na faixa amarela, um na faixa laranja e um na faixa vermelha.

De acordo com os resultados avaliados neste Relatório, observa-se impacto positivo das Metas 6 (IPJ), 7 (IPA), 2 (IEOD) e 10 (IRA) no IAM, pois, nos dois primeiros casos, 23 TRTs atingiram os valores esperados e, nos dois últimos, 22 o fizeram. As Metas 8 para o 1º grau (IACJ1) e 11 (IE), apesar de terem tido cinco TRTs sem alcançar o índice estabelecido, também contribuíram para elevar o resultado da Justiça do Trabalho. Nestes indicadores, o cômputo geral de processos julgados e baixados, respectivamente, incluindo os 24 tribunais, foi superior ao necessário.

No ano de 2019, os dados do iGovPessoas, iGovTI e iGov não foram computados, pois não foi realizado o Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa forma, os TRTs deveriam alcançar 55 pontos no IAM.

Diante dos resultados apresentados pelos Tribunais Regionais, identifica-se a possibilidade de otimizar ainda mais o desempenho do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho a partir do gerenciamento periódico das variáveis componentes das Metas, bem como da continuação e do aprimoramento de ações focais.

A Meta em 2020

Para 2020, aprovou-se a manutenção da meta, considerando os resultados do iGovPessoas, iGovTI e iGov. Dessa forma, a meta será: "atingir e manter pontuação entre 62 e 78".

Iniciativas

Do total de 902 iniciativas cadastradas pelos TRTs com vistas ao cumprimento de 10 metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, em 2019, o TRT da 18ª Região foi o que mais apresentou inclusões no Sistema de Gestão Estratégica, com 120 indicativos de iniciativas.

Em relação aos índices, o Índice de Execução – IE foi o que mais contemplou iniciativas dos TRTs, com 131 inclusões, seguido do Índice do Tempo Médio de Duração do Processo - TMDP1 , com 113 inclusões, e do Índice de Processos Julgados - IPJ, com 100 inclusões.

As iniciativas concentradas que tiveram maior participação dos TRTs foram a 9ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, ocorrida de 16 a 20/09/2019 e a 5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, havida de 27 a 31/05/2019.

Destaques para as iniciativas de Alvará Eletrônico do PJe, no qual a Vara do Trabalho tem acesso aos dados das contas judiciais vinculadas aos seus processos; o Projeto Garimpo, que realiza o saneamento de processos judiciais; Robô BACENJUD, que realiza tarefas de bloqueio, desbloqueio de contas e emissão de certidões, criação de grupos de trabalho para adequação da proposta orçamentária de 2020, que obedece à EC 95/2016; lançamento da Wiki Nacional, manual eletrônico de fluxogramas e procedimentos das boas práticas dos Tribunais; investimento na ferramenta Business Intelligence, importante instrumento de gestão; utilização de ferramentas tecnológicas no processo jurisdicional, como Whatsapp; e iniciativas que priorizam e identificam processos que envolvam grandes litigantes e ações coletivas.

A maior parte das capacitações cadastradas como iniciativas referiam-se à área de conciliação.

	META2 IEOD TRTs	META4 TMDP2 TRTs	META5 TMDP1c TRTs	META6 IPJ TRTs	META7 IPA TRTs	META8 IACJ1 TRTs	META8 IACJ2 TRTs	META9 ICONc TRTs	META10 IRA TRTs	META11 IE TRTs
Reuniões de acompanhamento	1 2 3 5 9 11 12 18 22	13 16		1 2 12 14 15 16 18 23	1 16	1 12 16 18	1 16	16 17	1 16	1 6 12 16
Acompanhamento periódico da meta	1 3 6 14 16 23	1 5 7 8 9 11 13 14 15 16 18 23	1 5 10 11 14 15 18 23	1 9 13 14 16 17 18 23	1 5 6 9 11 12 16 17 18 23	1 6 9 14 15 17 18 20	1 3 5 7 9 11 16 18	1 5 6 11 14 16 17 18	1 10 14 16 18	6 9 11 12 14 16 18
Governança Orçamentária (Planos, Políticas, Treinamentos)	4 8 9 10 11 12 14 15 18 20 21 24									
Capacitação para lançamento de dados nos sistemas		1 6 12 22 23	1 6 22 23	22 23	22	11	22			
Saneamento periódico dos processos		1 6 9 11 17	3 6 11 17 23		11 17	6 10 16 18	1 11 17	11 17	3 11 17	1 3 17
Ações de sensibilização sobre as metas		1 5 6 11 24	5 6 11 12 14 24	5 14 18 24	5 14 23 24		5	1 5 14 15	1 5 14	5 10 14 23
Gestão Judiciária		3 5 12 15	3 4 5 9 14 23	4 12 13 15 16 17 18	3 6 9 11 12 13 14 18 20 22	1 10 12 13 14 15 17 18 22	5 6 10 12 13 14 18 20 22 24	17	3 5 7 15 17 18 20 21 22 23 24	1 2 3 7 10 11 15 18 20 21 22 24
Projetos para incentivo à Conciliação		2 3 6 9 11	2 6 11 20	2 3 11 12	2 11	1	2 9 11	2 3 4 6 7 10 11 12 13 15 20 22 24	11 12 13	2 11
Criação de prêmios relacionados ao cumprimento das metas		1 11 1 5 7	1 11 18 1 5 7	1 11 18 1 5 10	1 11 1 7 8	18 1 5 7	1 5 7 1 5 7	1 11 12 5 7 16	1 11 5 7 8	1 11 18 1 4 5
Desenvolvimento de ferramenta para gerenciamento dos indicadores		8 14 16 17 18	8 10 15 17 18 20 21	14 17 18	14 16 17	8 16 17 18 22	8 16 17 18 22	17 18	9 16 17 18	9 15 16 18

Glossário

PERSPECTIVA RECURSOS

Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos da Justiça do Trabalho. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados, à valorização das pessoas, à promoção da saúde ocupacional, à humanização das relações de trabalho, ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
1	iGovPessoas	Atingir o nível de capacidade "Intermediário" na avaliação do iGovPessoas.	Anual

Aperfeiçoar a gestão de custos

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, de investimentos e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
2	IEOD – Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado	Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em: - 10 pontos percentuais, para aqueles TRTs que obtiverem média de até 60%; - 8 pontos percentuais, para aqueles TRTs que obtiverem média de 60,01% até 65%; - 4 pontos percentuais, para aqueles TRTs que obtiverem média superior a 65%.	Mensal

Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Visa garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
3	iGovTI	Atingir o nível de capacidade "Intermediário" na avaliação do iGovTI.	Anual

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
4	TMDP2 - Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância	Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017: - Em 2%, para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 100 dias; - Em 4%, para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de 101 a 150 dias; - Em 9%, para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 150 dias.	Mensal
5	TMDP1c - Tempo Médio de Duração do Processo - Fase de Conhecimento - 1ª Instância	Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017: - Em 2%, para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias; - Em 4%, para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias.	Mensal

6	IPJ - Índice de Processos Julgados	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	Mensal
7	IPA - Índice de Processos Antigos	Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.	Mensal
8	IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas	Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau.	Mensal

Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito

Refere-se ao fomento da conciliação e de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação efetiva do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Diz respeito ainda à formação de agentes comunitários de justiça e à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, as Secretarias de Assistência Social, os Conselhos Tutelares, o Ministério Público, e outras entidades afins.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
9	ICONc - Índice de Conciliação - Fase de Conhecimento	Manter o percentual do biênio 2016/2017 no Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento.	Mensal

Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
10	IRA - Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes	Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.	Mensal

Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis; a utilização do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT; entre outras ações.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
11	IE - Índice de Execução	Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.	Mensal

Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública e à preservação da probidade administrativa, bem como a adoção de medidas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Judiciário do Trabalho. Visa ainda, por meio de formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais, à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à implantação das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
12	iGov	Atingir o nível de capacidade "Intermediário" na avaliação do iGov.	Anual

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania

Trata-se de objetivo estratégico que sintetiza os demais, levando em conta, a partir de conceitos como tempestividade, razoável duração do processo, concretização fática da entrega do direito e gerenciamento dos custos, a satisfação da sociedade no que diz respeito à atuação do Judiciário do Trabalho e o desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II) em sua múltipla

manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão, trabalhador-produtor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias e adotando práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Meta	Indicador	Descrição da Meta para 2019	Acompanhamento
13	IAM - Índice de Alcance das Metas	Atingir e manter pontuação entre 62 e 78.	Mensal

Expediente

Carolina da Silva Ferreira

Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Joaquim Otávio Pereira da Silva Júnior

Chefe do Núcleo de Gestão Estratégica

Servidores

Adhara Vieira

Cris Hellen Xavier Carvalho

Daniele Fernandes Cunha

Renata Freire Camargos

Ricardo de Sousa Valente

Wendy Batista de Araújo

Estagiários

Danilo Mota

Brenda Alves Mendes Freitas Dias

Pablo Mateus de Deus Souza

